



Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Pós-Graduação em Psicologia

*UMA CARTOGRAFIA DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE JUNTO À
MILITÂNCIA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE NATAL-RN*

Ezra Elyon de Oliveira Corrêa

Natal

2018

Ezra Elyon de Oliveira Corrêa

*UMA CARTOGRAFIA DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE JUNTO À
MILITÂNCIA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE NATAL-RN*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Professor Doutor Jáder Ferreira Leite, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal/RN

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Corrêa, Ezra Elyon de Oliveira.

Uma cartografia dos processos de produção de subjetividade junto à militância política da população em situação de rua de Natal-RN / Ezra Elyon de Oliveira Corrêa. - Natal, 2018.
136f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof.º Dr.º Jadér Ferreira Leite.

1. População em situação de rua - Dissertação. 2. Movimentos sociais - Dissertação. 3. Militância política - Dissertação. 4. Produção de subjetividade - Dissertação. I. Leite, Jadér Ferreira. II. Título.

RN/UF/BSE-CCHLA

CDU 316.6:323.3

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação “UMA CARTOGRAFIA DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE JUNTO À MILITÂNCIA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE NATAL-RN” construída por Ezra Elyon de Oliveira Corrêa foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal/RN, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jäder Ferreira Leite (Orientador – UFRN)

Prof. Dr. Rafael Figueiró (membro externo - UNP)

Prof.^a Dra. Maria Teresa Lisboa Nobre (membro interno – UFRN)

Nunca ninguém se torna mestre num domínio em que não conheceu a impotência, e, quem aceita esta ideia, saberá também que tal impotência não se encontra nem no começo nem antes do esforço empreendido, mas sim no seu centro.

Walter Benjamin

Agradecimentos

Até aqui, um caminho se fez, não sem companhias. Aos que puderam comigo dar alguns passos, gratidão

À minha família, local de refúgio para os pés cansados e de tudo mais. À minha mãe, pela doçura do olhar e das palavras. Ao meu pai, primeiro mestre. Aos meus irmãos, melhores amigos. Em especial, Ariel, que em seus passos à frente dos meus, me amparou quando pôde.

À Jáder, meu orientador, que apostou neste trabalho quando ainda muito verde, fazendo-o amadurecer a cada encontro. E que, nos caminhos mais sinuosos, foi sentinela, me acompanhando com atenção, respeito e paciência. Cartografar com você foi uma sina preciosa. Agradeço caetaneando, “Vi que és um homem lindo”!

Aos professores leitores Maria Teresa Lisboa Nobre, João Paulo Macedo e Rafael Figueiró, que em momentos distintos se debruçaram sobre a pesquisa, contribuindo para seu avanço por ocasião das qualificações e da defesa final. Meu muito obrigado!

Aos amigos do mestrado, em especial à Eliane Lucas, Izabelle Primo, Jobson Vital e Waldeci Confessor, sem dúvida, as andanças com o Sol a pino se fizeram amenas com vocês. À Andressa Medeiros, Gabriel Miranda e Nathália Potiguara, saber com vocês foi danado de bom.

À Shirley Medeiros, que me apoiou a empreender essa pesquisa antes do mestrado.

Às queridas Katarina e Maria Eduarda, nosso companheirismo se estende em saberes e sabores para toda a vida. Gratidão especial a vocês!

Aos primos, em especial, Ludmila, Roberta e Franciéllo, pelo apoio e aperseio.

À Monica Gomes, Jaqueline Bezerra, amigadas de âmbitos diferentes, que se assemelham no cuidado e atenção.

Por fim, agradeço a todos que vaguearam entre os caminhos dessa pesquisa.

Em especial, àqueles que com entusiasmo apontaram o caminho, meu muito obrigado. A garra, o brilho na voz e a força aguerrida do coletivo do MNPR/RN, foram sinal, direção e fundamento para a caminhada até aqui. Que as lutas continuem se estendendo por territórios novos, perfazendo um destino de conquistas. As vielas por onde andei, vias e veias se encheram de vida com vocês.

Sumário

Agradecimentos.....	vi
Lista de siglas.....	ix
Resumo.....	xi
Abstract.....	xii
1. Introdução.....	13
1.1. Encontro com o método e com o fenômeno: assombro e encanto.....	13
1.2. D’uma história intransigente.....	17
2. Aspectos metodológicos: cultivando dados.....	38
3. Que lugar? Ou uma terceira margem. A população em situação de rua: contexto histórico e sua relação com a cidade.....	49
3.1. O <i>Homo Sacer</i> na cidade governada pela disciplina.....	55
3.2. Que cidade? Há espaços para além dos muros.....	62
4. Movimentos sociais, militância política e produção de subjetividade.....	69
4.1. A rua em movimento: da rua à rua, do papelão ao avião.....	79
5. O MNPR na cidade do Natal: “Vais encontrar o mundo. Coragem para a luta”.....	87
5.1. “Crônicas de saudade”.....	87
5.2. Companheiro de luta: o CRDH como propulsor do MNPR/RN, algumas considerações.....	94
5.3. Reuniões de formação política, um espaço para o ensaio da efetivação da militância e formas de subjetivação.....	99
5.4. A descoberta da cidadania e seu efeito de subjetivação. O movimento é vivo!.....	112
6. Além de um certo limiar.....	122
Referências.....	126
Anexos.....	138

Lista de siglas

CadÚNICO – Cadastro Único

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CNDDH - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores

CIAMP RUA – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua

CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de rua

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MST – Movimento dos Trabalhados Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPR – Política Nacional da População em Situação de Rua

PSR – População em Situação de Rua

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UFRN – Universidade Federal do rio Grande do Norte

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SINSENAT - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Resumo

A ocupação da rua por um segmento populacional é um fenômeno que remonta ao advento das primeiras cidades, quando camponeses passam a migrar do campo em busca de melhores condições de vida. Na contemporaneidade, esse fenômeno guarda diferentes determinações, que dentre outras questões, se relacionam ao desemprego e à quebra dos vínculos familiares. No Brasil, os processos sócio-históricos de criminalização da população de rua ganham destaque em leis que criminalizam tal condição, resultando em tendências coercitivas e intolerantes no modo como o Estado e a população civil lidam com este segmento. Em resposta à episódios de violência, em 2005, cria-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que vem conquistando diversos avanços e participação na construção de políticas públicas. O objetivo geral da pesquisa é investigar os processos de produção de subjetividade relativos à militância política da população em situação de rua; os específicos, conhecer o processo de constituição do Movimento Nacional da População de Rua na cidade de Natal-RN e identificar os efeitos subjetivos em militantes a partir de sua inserção nas lutas políticas do MNPR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, numa perspectiva cartográfica, a qual permitiu o acompanhamento do fenômeno em sua processualidade, identificando suas forças, relações de poder, discursos e enunciações, por meio de entrevistas e da observação participante. Para escolha dos entrevistados, seguimos o critério de tempo de participação no movimento, sendo escolhidos aqueles que detinham mais tempo de militância. Assim, foi cartografado o processo de organização política, num acompanhamento dos encontros do contexto de militância, nos quais circula a população em situação rua. Identificamos que a organização do movimento enquanto corpo político permite aos seus participantes novas modalidades de subjetivação, os quais se percebem enquanto cidadãos de direito na medida em que exercem repertórios no processo de militância, apontando para possibilidades no alcance de efeitos disruptivos.

Palavras-chave: População em situação de rua; movimentos sociais; militância política; produção de subjetividade.

Abstract

The occupation of the street by a population segment is a phenomenon that goes back to the advent of the first cities, when peasants begin to migrate from the countryside in search of better living conditions. In contemporary times, this phenomenon keeps different determinations, which, among other things, relate to unemployment and the breakdown of family ties. In Brazil, the processes of criminalization of homeless people are highlighted in laws that criminalize the condition, with emphasis on coercive and intolerant tendencies in the way the state and the civil population deal with the segment. In response to episodes of violence, in 2005, the National Movement of the Population of the Street (MNPR) was created, which has been gaining several advances and participation in the construction of public policies. The general objective of the research is to investigate the processes of production of subjectivity relative to the political militancy of the population in street situation; the specifics, to know the process of constitution of the National Movement of the Population in Street Situation in the city of Natal-RN and to identify the subjective effects in the population in the street situation from its insertion in the political struggles of the MNPR. It is a qualitative research, in a cartographic perspective, which allowed the monitoring of the phenomenon in its processuality, identifying its forces, power relations, discourses and enunciations, through interviews and participant observation. To choose the interviewees, we followed the criterion of time of participation in the movement, being chosen those who had more time of militancy. Thus, it charted the process of political organization, a monitoring of militant context of meetings in which circulates the population in street situation. We have identified that the organization of the movement as a political body allows its participants new modalities of subjectivation, which are perceived as citizens of law insofar as they exercise repertoires in the process of militancy, pointing to possibilities in the reach of disruptive effects.

Keywords: homeless; social movements; political militancy; production of subjectivity.

I – Introdução

1.1 – Encontro com o método e com o fenômeno: assombro e encanto

Minha intenção em empreender a presente pesquisa deu-se início em uma noite fria no centro da cidade de Natal. A partir de uma atividade da disciplina Introdução à Psicologia do curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Prof.^a Ms. Laís Barreto Barbosa, tive meu primeiro contato com fenômeno da população em situação de rua e, concomitante, com a experiência cartográfica. Objetivando uma aproximação da realidade vivida por essa população, uma colega e eu fomos ao encontro previamente marcado com um desses atores sociais, no intuito de captar entrevistas gravadas em áudio com autorização prévia dos entrevistados. Excelente local para a realização do encontro: em frente ao Albergue Municipal.

Lá nos deparamos com várias pessoas em situação de rua, dois eram os motivos: o primeiro, rotineiro; esperavam o horário de entrada e a possibilidade de haver vagas para pernoitar - as quais quotidianamente são disputadas, tendo em vista que são insuficientes -, o segundo, uma eventualidade - sorte de pesquisador? - tratava-se de uma reunião que acontecia *a portas fechadas*¹ com a Secretária de Saúde sobre as estratégias do Ministério da Saúde e os eixos específicos que visam trabalhar com essa população. Os que estavam fora tinham os ânimos exaltados, era de se esperar, sentiam-se excluídos, mais uma vez, do direito de decidir sobre questões que os concerniam. Recusamos o convite para entrar no Albergue; próximos aos moradores, a experiência seria excitante.

¹ Fala de um popular que aguardava o término da reunião. Uma fala que se coloca como um analisador da agitação de alguns moradores que estavam extramuros, manifestada com tom de insatisfação por não estar presente na reunião.

Por fim, após ricos diálogos com a população que igualmente aguardava o término da reunião, nos encontramos com nosso entrevistado. Vanilson nos falou sobre sua vida, sua experiência nas ruas, seu tempo em situação de rua e sua escolha por sair dessa condição. Falou-nos sobre seu engajamento político no Movimento Nacional da População em Situação de Rua, suas ações e desafios, e outras falas que nos tocou e até redirecionou os rumos de nossa pesquisa inicial. Resultaram como produtos dessa experiência cartográfica dois diários de campo e um vídeo de doze minutos, confeccionado com o áudio dos relatos captados. Mas a atenção concentrada² insistia fazendo eco, me convocando à evidência de um processo que ali ocorria.

Nesse sentido, Kastrup (2007, p. 18) aponta para o trabalho do cartógrafo e sua experiência em campo, destacando a importância da atenção do pesquisador. Descreve que se vai a campo sem saber ao certo o que perseguir enquanto alvo, este surgirá de modo imprevisível e sem se saber de onde, é importante que o cartógrafo esteja disponível a percebê-lo, por meio da localização de pistas e de signos que apontem para o processo em curso, ou seja, estar “em sintonia fina com o problema”.

Desse modo, todo o complexo de fenômenos ao qual nos deparamos naquela noite junto à fala de Vanilson se ofereceram como parte polifônica dos processos que estávamos a esbarrar. Percebi no relato de Vanilson experiências que decorriam de dois tempos, o primeiro de ida às ruas, seu percurso e dificuldades, e um segundo tempo que trata de sua saída da situação de rua e sua integração à militância política, bem como seu engajamento em a partir de sua própria formação orientar também politicamente seus colegas. Ou seja, um movimento de afastamento da condição de estar nas ruas, parte singular de sua história e

² Segundo Barros e Kastrup (2009), a atenção concentrada faz parte do método cartográfico e deve estar presente quando o cartógrafo se encontra em pesquisa de campo. Trata-se de uma atenção sem foco, mas concentrada no coletivo de forças que afetam o fenômeno estudado.

que diz respeito a sua escolha, mas de um retorno a posteriori a este lugar, agora na condição de militante, defensor dos seus direitos e dos de seu grupo. Aqui, cabe precisar que a saída de Vanilson da condição de viver nas ruas foi uma escolha particular, bem como seu retorno enquanto militante, as duas dizem respeito a sua biografia e que não generalizam o percurso de um popular em situação de rua, ou mesmo de um militante. Pois que, para muitas pessoas em situação de rua, a militância advém da própria experiência da rua e dos enfrentamentos que ali vivenciaram. Não obstante, há maneiras distintas de se vivenciar a experiência do viver nas ruas, e essa experiência pode se colocar para alguns como uma escolha e da qual não querem se desvencilhar.

Contudo, no caso de Vanilson, sua escolha foi por sair dessa condição, a partir de seu contato com a militância e voltando-se para a formação política própria, mas também implicado com a formação de seus companheiros de rua, identificado com suas dores e engajando-se em suas lutas. Esse processo é descrito por Leite e Dimenstein (2011) como parte da formação do militante político, que na construção de sua identidade se reconhece enquanto pertencente a uma classe social, fazendo parte de um modelo cultural, posicionando-se no comprometimento com as reivindicações de determinado coletivo, com o qual se identifica e pelo qual milita.

No contato com essa população em situação de rua, na mesma noite, antes e durante o encontro com Vanilson, chamou-me a atenção a consciência e a articulação política que possuem. O modo como se expressam e a dinâmica de suas falas, sempre acompanhadas com algum tipo de posicionamento reivindicatório, um discurso algumas vezes referenciado de normas dos dispositivos de assistência que diziam serem violadas, e mesmo de leis relacionadas à Política Nacional da População em Situação de Rua. Sempre tive uma relação

amistosa e uma disposição interessada para com a população de rua, colecionando com eles até algumas experiências de encontros e desencontros que um cidadão comum, que não os ignora, pode experimentar. Contudo a surpresa maior de um verdadeiro encontro se deu naquela noite. Além do espanto e da excitação inicial de reconhecer algo interessantíssimo que ocorria ali naquele processo, mas que eu não sabia exatamente o quê, aquela atmosfera destruiu toda a minha ingenuidade - e porque não dizer meu preconceito – relacionado a essa população, pondo no lugar questões e uma vontade de saber. Isso me impulsionou a refletir sobre certa contradição que vai de encontro ao imaginário sociocultural sobre tal população, que perdura e reflete no modo como são concebidos por parte da sociedade, vistos como “vagabundos”, “preguiçosos”, “bêbados”, “drogados” e “delinquentes” (Vergara, 2016; Bessa, 2009; Branco, 2006; Bursztyn, 2003; Valencio, et al.; 2008). No entanto, o que reconheci e encontrei foi um grupo vivaz, ativos em sua posição de cidadão, habitantes da cidade em seu modo mais original, por uma escolha e apesar do tormento de uma cidade capitalista. Um grupo que cotidianamente exerce com astúcia a luta pelo lugar que os é relegado, insistindo em demarcá-lo e ocupá-lo. Uma expressão pulsante de vozes que recentemente se enlaçam em prol de propósitos políticos comuns.

Esse processo efervescente e novo que vem ocorrendo junto à população em situação de rua do país, e mais precisamente da cidade de Natal, sua organização enquanto grupo político se oferecem como processo vibrante e dinâmico, convocando-nos à reflexão e a desvelar as articulações e produções subjetivas que dele emanam.

Se a população em situação de rua é marcada pela vulnerabilidade, pela negação de direitos, pela ocupação de um não-lugar, podemos questionar se há em sua inserção e organização enquanto corpo político um movimento em direção à novas possibilidades para

o alcance de efeitos disruptivos. E é nesse sentido que este estudo se justifica, uma vez que se pretende debruçar sobre o processo em curso e compor junto a ele um saber sobre sua dinâmica e sua potência de subjetivação.

Com isso, a pesquisa tem como objetivo geral investigar os processos de produção de subjetividade relativos à militância política da população em situação de rua. Como objetivos específicos, buscamos conhecer o processo de constituição do Movimento Nacional da População de Rua na cidade de Natal-RN e identificar os efeitos subjetivos na população em situação de rua a partir de sua inserção nas lutas políticas do MNPR.

I.II - D'uma história intransigente

Ainda introduzindo e demarcando esse segmento, bem como apontando seu lugar histórico e suas consequências, faz-se necessário nos dedicarmos a retomar algumas condições históricas estruturais que nos auxiliam a compreender o surgimento e a reprodução dessa condição, como também, compreender que é justamente a partir dessa conjuntura estrutural que se pode pensar em uma militância que se volte para uma resistência e à sua oposição. Adiante damos seguimento a essa demarcação histórica-social do fenômeno.

Bursztyn (2003) aponta que viver na rua não é um fenômeno novo, remonta ao nascimento da própria rua, ou seja, do advento das cidades europeias no início do capitalismo. Com o fim do sistema servil os antigos senhores se desresponsabilizaram pela classe despossuída. Com o advento das sociedades pré-industriais, os camponeses são atraídos para as grandes cidades. Já no início do séc. XVII, as ruas são tomadas por hordas de

camponeses a procura de trabalho. Isso fez com que esses vivessem a perambular nas ruas, expostos a violência de uma sociedade opressora nascente. Surge assim o pauperismo que, ao final do séc. XVIII, forja o fenômeno da população em situação de rua.

Superando os modos de produção feudal, o capitalismo estabelece uma nova lógica, a partir da qual o trabalhador é expropriado dos meios de produção, permanecendo com sua força de trabalho, produzindo um agravo nas condições de pobreza e desigualdade social. Da pobreza à miséria, o pauperismo generaliza-se, compondo uma massa que não era absorvida pelo sistema. Uma população marcada pela servidão, dependente da caridade e da mendicância, pois que para o Estado não passava de “mendigos”, “vagabundos” e “ladrões” (Bursztyn, 2003; Branco, 2006).

No século XIX, o Estado dirige o olhar para essa população, mas racionalizando modos de lidar com a pobreza e miséria que vinham acometendo as sociedades. Cria-se duras legislações orientadas pela moral e disciplina contra a vadiagem e a mendicância. Leis que claramente visam dirimir as manifestações urbanas da pobreza, limpar as cidades sem, contudo, tocar na questão central, qual seja, a exploração do trabalhador (Bursztyn, 2003; Silva, 2006).

O historiador britânico Peter Burke (2010) descreve que com o advento e alargamento da imprensa, o conhecimento dos problemas relacionados ao Estado, bem como suas possíveis soluções são difundidos, motivando a opinião pública. Os artesãos e camponeses passam a demonstrar maior interesse pelas ações do governo e a se envolverem com a discussão política, principalmente na Europa ocidental.

Durante o séc. XIX é que a “questão social” enquanto categoria teórica é problematizada pelo Estado na Europa. Os miseráveis não possuíam nenhuma função

política. Todavia, as manifestações do proletariado fazem com que a dura situação da população das ruas ganhe visibilidade. Mas ainda assim, os miseráveis eram mudos políticos, as organizações sindicais não os convocavam às manifestações (Bessa, 2009; Branco, 2006).

Bursztyn (2003) descreve que no séc. XX são criadas políticas de proteção de riscos sociais. Tem-se a impressão de uma diminuição das desigualdades, e do trabalho como conquista por meio de vínculos empregatícios nas empresas. Bessa (2009) aponta a criação no séc. XX do “Estado de bem-estar social”, uma pretensão em manter o equilíbrio social. No entanto, já na década de 1970, o próprio avanço do capitalismo interfere nas intenções do Estado, o emprego e uma classe assalariada são os alvos para a compreensão da pobreza, não mais a pauperização. Segundo a autora, essa é então a “nova questão social”, centrada na vulnerabilidade e precariedade das massas.

Contudo, Bessa argumenta que, para se pensar na questão social do Brasil, é preciso ter clareza que as reflexões sobre a história da pobreza levam em consideração o contexto social europeu. No Brasil, a realidade de um Estado de bem-estar nunca ocorreu, tão pouco a ocupação empregatícia por parte de quase toda sociedade. Sendo a pobreza uma realidade no campo e nas cidades (Bessa, 2009).

Em contraponto a noção de uma “nova questão social”, autores como Netto (2001) e Pastorini (2004) apontam com Marx que a “questão social” se articula a partir da relação capital/trabalho, tendo como consequente a *exploração*. Isso pode ser verificado com o surgimento do neoliberalismo, o qual evidencia que o capital não possui nenhum compromisso com o bem-estar social. Apesar da sensação de bem-estar social, e de que há um novo tipo de pobreza gerada pela exclusão ou vulnerabilidade de alguns, a questão social - seja ela aparente sob novas ou velhas maneiras de manifestação - tem na sua origem a

mesma base: a intensificação da exploração pelo capital. Portanto, não se trata de uma nova questão social, mas, acima de tudo, de determinar a relação entre a questão social e os novos modos emergentes de exploração³.

Para Pastorini (2004), a exploração relacionada à questão social pode ser vista como sua reprodução molecular, mas não sua causa única, uma vez que é preciso considerar os componentes históricos, políticos, culturais e etc., que a determinam. Para além disso, está também a dimensão da política intermediada pelo social e pelas lutas de classe. Portanto, a militância tem sim um efeito sobre a dimensão social da questão social.

No limiar do século XXI temos a disposição do processo de emprego e do mercado de trabalho como estruturas sociais e espaciais que conduzem para base da escala da pirâmide social um “precariado pós-industrial”, o qual se expressa nas periferias urbanas. Esta fragmentação de classe se deu após o declínio do trabalho tradicional, vindo da era fordista e keynesiana, entre os anos de 1880 e 1980, com a desindustrialização, bem como, com o aumento do emprego de massa e da difusão da precariedade do trabalho (Wacquant L., 2014).

Wacquant (2014) propõe que tal degradação urbana pode ocorrer de modos diferentes em determinados contextos. Nos EUA, por exemplo, é determinada pela etnicidade, articulada pela ordenação de classe após os anos 1960 e intensificada pelo Estado. Já na França e nos países circunvizinhos o que deflagra a degradação urbana é a desigualdade de classe com a influência da etnicidade, todavia tem-se a ação pública intervindo, ainda que parcialmente, como conciliadora. O autor conclui que, ao contrário de seguir construindo espaços sociais de guetos como enquadramento étnico, a área urbana

³ Esse ponto será resgatado no item II. *A população em situação de rua: contexto histórico e sua relação com a cidade.*

despossuída nas cidades europeias tendem a se desviar disso, sendo caracterizados como lugares antiquetos. Ocorre, portanto, um novo regime de pobreza na cidade, sustentado e retroalimentado através da fragmentação do trabalho assalariado, pela recusa do Estado em prover proteção social e pela estigmatização territorial. Desse modo, é possível visualizar a função que o Estado desempenha no tocante a produção e distribuição da marginalidade urbana, "o destino do precariado pós-industrial revela-se economicamente subdeterminado e politicamente sobredeterminado" (p. 145).

A teorização acima toma os Estados Unidos e a França como exemplos opostos para a reprodução, criminalização e/ou perpetuação da pobreza, contudo é necessário se ater a realidade brasileira. Escorel (1999) sinaliza que não podemos tomar o trabalho ou a falta dele unicamente como um componente consequente para a vulnerabilidade dessa população. É necessário compreender que no Brasil onde contingentes populacionais encaram grandes dificuldades para se inserirem na esfera produtiva durante o período republicano, ocorreu como consequência o não alcance de um status pleno de cidadão por parte da população, que depositou em sua estrutura familiar um principal suporte para as relações sociais, sendo essa uma das esferas que devem ser consideradas em relação a população vulnerável. Portanto, "limitar o conceito de exclusão social à esfera do trabalho reduz as possibilidades de compreensão do fenômeno" (p. 258).

Para Escorel (1999), na exclusão desse grupo social há um espectro de diferentes fatores que incidem sobre as histórias de suas vidas, por meio de um processo de vulnerabilidade, enfraquecimento e quebra dos vínculos em proporções variadas. Assim o melhor modo de tentar compreender essa população é estar advertido dos variados graus e extensões que as desvinculações sociais atingem a população em situação de rua.

Podemos pensar com o autor sobre a realidade brasileira, na qual a diferença de classe e a distribuição de recursos é expressamente discrepante. Há, igualmente, a formação de zonas urbanas periféricas que são parte do cenário urbano e onde o Estado desempenha uma função quase inoperante, impotente frente a pobreza e a miséria que caracteriza tais contextos, também onde se encontra a precariedade do trabalho assalariado e no qual a desproporcional distribuição dos serviços e equipamentos públicos é uma realidade, assim como o alto nível de poluição e o aumento da violência. Igualmente faz parte da realidade do país a forte segmentação de classes, marcada pelo etnicismo, ou seja, uma pobreza encontrada em maior grau na população negra, tendo como manifestação social a exclusão e a exposição à discriminação através, por exemplo, do racismo.

Tomás Melo (2013) aponta que ocorre no Brasil uma série de processos históricos e sociais de criminalização deste segmento populacional. Refere que no século XIX, a prática da mendicância é criminalizada pelas Leis Criminais do Império (1830), pelo Código Penal da República (1890), e pela Constituição de 1934. Mais recente são os resquícios que aparecem na Lei das Contravenções Penais, de 1941, que distingue os vadios dos mendigos, penalizando-os por permanecerem desocupados e ociosos nas ruas. O Estado no Brasil passa a desempenhar – de modo legal e público - a repressão e condenação da pobreza, por meio do direito e em nome de uma “segurança”.

Nesse sentido, autores como Valencio et al. (2008) descreve que o Brasil vem apresentando duas tendências coercitivas para lidar com a população em situação de rua. Por um lado, uma conjuntura que passa da intolerância tácita para intolerância explícita, que permite a prática pública e truculenta na eliminação do sujeito vulnerável, em ações do Estado e de grupos organizados. Desse modo, os maus tratos e a tortura passam a ser vistos

como formas legítimas de tratar a desigualdade social que tende à naturalização. De outro, protestos de novos segmentos, numa perspectiva de classe, se opõem ao discurso dos direitos humanos, focando na ampliação da segurança pública, passam a considerar o grupo da população em situação de rua como ameaça ao ordenamento público. Ao invés de se posicionarem ao avanço dos direitos humanos, pedem sua regressão.

Episódios de violência corroboram esses dados. Dentre eles, destaca-se o “Massacre da Sé” que aconteceu nos dias 19 a 22 de agosto de 2004, ocasião em que dezesseis pessoas em situação de rua foram agredidas e sete foram assassinadas na cidade de São Paulo (Folha de São Paulo, 2004). E, mais evidentemente uma ação do Estado, ocorreu em março de 2007, na cidade de Apucarana/PR, onde assistentes sociais e Policiais Militares percorreram as ruas na busca de mendigos e andarilhos, levando-os para a delegacia. Ao fim do itinerante, quinze pessoas foram recolhidas – em sua maioria, pessoas de outras cidades. Mesmo sem antecedentes criminais, todos foram fichados (Gazeta do Povo Online, 2007).

Já na cidade de São Paulo, ainda durante a gestão de Fernando Haddad foram cometidos atos de violência no tratamento para com esse segmento. A Defensoria Pública, o Ministério Público e entidades da sociedade civil organizada lançaram uma medida que culminou no Decreto 57.069, de 2016. A medida demarcava condições de cuidado durante as abordagens da zeladoria urbana e intervenções da Guarda Municipal, como por exemplo o horário em que as abordagens e ações da zeladoria urbana deveriam ser preferencialmente realizadas, entre as 07hs e 18hs, para evitar ações enquanto as pessoas estivessem dormindo. Também era coibido a retirada dos moradores de itens portáteis de sobrevivência e, em caso de resistência, o diálogo seria adotado como maneira primeira de supressão de conflitos, sendo inadmissível conduta que fira a integridade física ou moral da pessoa em situação de

rua. O Decreto foi uma conquista da população de rua, mais em menos de um ano, na gestão do Prefeito João Doria, a medida foi vetada e os populares tiveram seus pertences confiscados por equipes da Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar e empresas de limpeza urbana terceirizadas. Todos os itens que caracterizam “estabelecimento permanente em locais públicos” passaram a ser apreendidos, tais como cobertores, barracas desmontáveis, colchonetes, travesseiros e papelões. Afora isso, se estabeleceu novamente um espaço no qual as violações de direito ganham possibilidade e legitimidade reais de perdurarem. Uma das moradoras relata: “Consegui salvar o meu saco de roupas. Não tem o que fazer, é levantar a mão para cabeça e aceitar”. Ações como estas têm por objetivo claramente impelir os moradores de saírem de determinadas regiões da cidade, uma ação higienista, onde literalmente empresas responsáveis pela zeladoria urbana fazem a “limpeza social”, na tentativa de retirar toda e qualquer população vulnerável e considerada “indesejável” das vistas públicas, deixando o acesso livre aos “legítimos” cidadãos, como corrobora a fala de uma popular: “Levaram tudo, nem colchão eu tenho mais. Para eles não somos nada, somos lixo” (Folha de São Paulo, 2017a; Folha de São Paulo, 2017b).

Outra violação truculenta perpetrada durante a gestão Doria foi acordar pessoas em situação de rua com jatos de água. A ação foi praticada por empresas terceirizadas durante a limpeza urbana. Os populares se indignaram ao terem seus cobertores e roupas encharcados após madrugada mais fria do ano na cidade (O Globo, 2017). Cabe ressaltar que em 2016 ao menos seis pessoas em situação de rua morreram devido as baixas temperaturas durante o período de junho e julho em São Paulo, até julho de 2017 duas mortes foram registradas, uma em São Paulo e outra em Curitiba (Folha de São Paulo, 2017c).

Esses padrões da maneira do trato público para com esse segmento populacional, sancionado e legitimado pelo Estado, em suas mais diversas versões históricas, revelam a atual condição desse público. Um contingente que cada vez mais se expande, ocupando um lugar social fronteiriço, localizado entre o estigma do estrangeiro de um lado, estranho a dinâmica que diz respeito a cidade, e o cidadão do outro, uma vez que as leis que regulamentam a cidade incidem sobre suas vidas à maneira do controle e da punição.

Uma contradição que é expressa no nome dado ao projeto de extensão voltado para o trabalho com esse público do Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH/UFRN que leva a seguinte frase no título: “Descartáveis urbanos” ou cidadãos de direito?⁴

Em resposta a esses padrões sociais de violência e exclusão, mais precisamente ao crime que ficou conhecido como o Massacre da Sé, ocorrido em 2004, cria-se o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), o qual vem conquistando diversos avanços. Dentre eles, destacam-se a conquista de um assento no Conselho Nacional de Saúde em 2013, e a implantação de comitês Estaduais e Municipais da População em Situação de Rua e a primeira Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua em 2008, (Brasil, 2008; Brasil, 2014).

⁴ Conforme publicado na página do CRDH. O Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) é um órgão nacional com unidades em diversas regiões do Brasil coordenadas pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). No RN existem dois centros, em Mossoró e Natal. No nosso caso o Centro funciona como um Programa de Extensão da UFRN, sendo, portanto, grande parte dos membros vinculados à instituição, seja como docentes, discentes ou funcionários técnicos. O início de suas atividades se deu no ano de 2011. Juntamente com grupos parceiros, os núcleos atuam na defesa dos direitos da comunidade LGBT, da População de Rua, dos usuários de serviços de saúde mental, bem como no combate a tortura, extermínio da juventude e a intolerância religiosa. O Centro funciona como uma ponte entre a comunidade e os demais órgãos institucionais, a partir do qual são implementadas ações que se voltam à garantia, defesa e promoção dos Direitos Humanos, bem como o acesso à justiça e o estímulo ao debate sobre cidadania, no intuito de influenciar positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos. Para tanto, o CRDH atua prestando serviços de atendimento jurídico, social e psicológico, capacitação em Direitos Humanos, mediação de conflitos, apoio e articulação de atores públicos e de movimentos sociais, bem como na produção de conhecimento sobre Direitos Humanos. Para a realização do nosso trabalho contamos com profissionais, estagiários e bolsistas das áreas do direito, da psicologia, do serviço social e de áreas correlatas das ciências humanas. Disponível em: <http://crdhufrn.wixsite.com/crdh-ufrn/sobre-o-crdhufn>

A referida pesquisa se deu entre agosto de 2007 e março 2008, por iniciativa Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Brasil, 2008) - atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - em Parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco. Abrangeu 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, bem como outras 23 capitais, totalizando 71 municípios, abordando uma população maior de 18 anos. Os resultados apontaram para um total de 31.922 pessoas em situação de rua. São pessoas que se abrigam em espaços públicos, tendo como moradia (itinerante ou não) praças, calçadas, terrenos baldios, construções abandonadas, ou sob viadutos e áreas cobertas, dentre outros, e que fazem uso de albergues públicos ou são assistidas por entidades sociais e ONGs (Brasil, 2008).

A partir dos dados obtidos é instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPR e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento CIAMP RUA, por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Também no âmbito da saúde é publicado o Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde para a População em Situação de Rua e a implantação de Programa Consultório de Rua. (Brasil, 2009; Brasil, 2012). Autores apontam para a atualidade da compreensão da negação histórica dessas pessoas como cidadãos de direitos e seu reconhecimento enquanto tal e que precisa ser acolhida pela sociedade. A partir do momento em que tal população é contabilizada e reconhecida enquanto um segmento específico pelo Estado, passam a ganhar visibilidade não apenas no âmbito governamental, mas institui-se um espaço em que podem ser ouvidas e reconhecidas em seus direitos no campo social (Melo, 2013; Valencio, 2008). Contudo, vale ressaltar que a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua excluiu os municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília, uma vez que estes possuíam

suas próprias pesquisas semelhantes em andamento ou concluídas. Somando-se os dados obtidos pelo senso nacional às pesquisas feitas por tais cidades, calculou-se na época um número estimado de 50.000 pessoas em situação de rua no país (Brasil, 2008; Schuch, P., 2015).

Ocorre que, no Brasil, não há estimativa oficial sobre os dados referentes a população em situação de rua. Sua contagem não está entre os objetivos nem do censo demográfico decenal, tampouco nas contagens periódicas da população. Isso incorre numa ampliação e reprodução da invisibilidade dessa população, por parte não só da sociedade, mas, principalmente, do poder público, causando prejuízos sérios na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas a este segmento populacional.

É muito recente a atenção que o Estado e a sociedade lançam sobre a população em situação de rua. Podemos compreender que isso expressa a luta desse próprio segmento em ser reconhecido enquanto cidadãos, uma vez que a partir de sua organização política é que movimentos relacionados a sociedade organizadas se juntam a sua militância.

Não resta dúvidas que a partir desta pesquisa de maior abrangência a população em situação de rua ganha uma notória visibilidade, o que serviu de base para o desenvolvimento das políticas públicas já citadas voltadas à categoria. Nota-se, todavia, que o próprio relatório final assume que sua pretensão não era a de contabilizar a totalidade da população em situação de rua, dado os limites de seu alcance, sem qualquer estratégia de acompanhamento desse número e de seu crescimento. Desse modo, os dados passam a ser insuficientes e transitórios, como fica claro na análise do crescimento da população em situação de rua na cidade de São Paulo, onde o aumento ocorre numa taxa de 5,14 ao ano entre 2000 e 2009, e de 2,56% ao ano entre 2009 e 2015 (Fipe, 2015).

Isto aponta para a urgência do desenvolvimento de uma pesquisa nacional coordenada, que mire na necessidade de obter uma melhor e maior extensão da realidade dessa população, o que já está entre as pautas de reivindicações do MNPR. Desse modo, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - Ciamp-Rua, requisitou ao Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas - IBGE para que, a partir do censo previsto para o ano de 2020, seja incluído a população em situação de rua (Natalino, 2016).

Na tentativa de enfrentar esta dificuldade, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA se utilizou dos dados do Sistema Único de Assistência Social - Censo Suas e do Cadastro Único – CadÚNICO para Programas Sociais para obter uma estimativa da população em situação de rua no Brasil. Abrangendo um total de 1.924 municípios, o instituto apresenta uma estimativa em relação ao ano de 2015 de 101.854 pessoas em situação de rua. Dado que registra mais que o dobro contabilizado pela pesquisa nacional. Desse total, estima-se que 40,1% vivam em municípios com mais de 900 mil habitantes; 77,02% vivam em municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes; e 6,63% do total estejam distribuídos entre 3.919 municípios com até 10 mil habitantes. Indicando que a população em situação de rua é um fenômeno de número superior em municípios de maior porte (Natalino, 2016).

Importante observar que, na medida em que no Brasil há uma série de alcances no sentido de políticas públicas e de ganho de visibilidade para as pessoas em situação de rua, a insistência das violações de direito e mesmo da violência sobre tal população é alarmante. Os dados do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores (CNDDH), com sede em Belo Horizonte (MG), apontam para 165

assassinatos da população em situação de rua no Brasil, no período entre abril de 2011 e março de 2012, soma-se a isso 35 tentativas de homicídios e outros casos de lesão corporal. Os números causam ainda mais indignação quando se sabe que os autores de tais crimes seguem impunes (Lima, 2014).

Silva (2006) assinala que no Brasil, os condicionantes à vivência nas ruas apontam para diferentes fatores, como, estruturais – inexistência de moradia, trabalho e renda; fatores biográficos que estão relacionados à vida particular do indivíduo – por exemplo, a quebra de vínculos familiares, desentendimento ou perda parental, doenças mentais e uso abusivo de álcool ou drogas; e fatos da natureza – como terremotos ou inundações.

Em Natal-RN, segundo Carvalho, Seixas & Yamamoto (2002, p. 135), o crescimento dessa população deu-se início com o fim da Segunda Guerra Mundial. Após retirada das tropas estadunidenses, o aumento populacional é acrescido de uma crise generalizada oriunda do desemprego. Ocorre um alargamento da “mendicância” e da “vagabundagem”, e o aumento do número da “prostituição” e de “crianças e adolescentes delinquentes”, os quais passam a chamam atenção das autoridades e de entidades da Igreja Católica.

A partir da década de 1980, com o crescimento demográfico e o grande investimento em infraestrutura, Natal torna-se uma cidade com grande potencial turístico. O principal fator para isso deu-se com a construção da Av. Senador Dinarte Mariz - Via Costeira, estrada que liga a cidade da Zona Sul à Zona Leste. Tal avenida não é somente onde se encontram os hotéis cinco estrelas da capital, mas, sobretudo, passa a compor parte do imaginário da cidade enquanto lógica de consumo, “Trata-se de um espaço que se espetaculariza considerando o embelezamento da cidade, o que corrobora o entendimento da necessidade de Natal se mostrar mais bonita para os visitantes” (Furtado, 2007, p. 208).

Com o desenvolvimento do turismo, os gestores passam a investir nos bairros que se constituem corredores turísticos, em um processo de embelezamento e harmonização da cidade. Cresce a exploração turística e os empreendimentos imobiliários. Ocorre em Natal, segundo Soares (2012), um processo de privatização do espaço público, que tem seus efeitos na territorialização da cidade e na relação dos seus habitantes para com ela.

Nesse sentido, Oliveira (2007) é elucidativa quando descreve o conceito de cidade. Longe de ser o lugar de encontro com a sorte, a cidade é um espaço segregacionista, foco de investimentos e de movimentação de mercadorias, onde a segregação entre ricos e pobres acontece, dividindo a cidade em regiões de mercado inflado e de medo e insegurança, ocorre a invenção de uma cidade restrita a uma parcela de seus cidadãos. É nesse espaço público, por diversas vezes privatizado, e/ou em suas periferias, que a população de rua de Natal insiste ocupar. Alguns desses pontos de ocupação podem ser localizados como locais privilegiados da capital, como na Avenida Prudente de Moraes e no Centro da Cidade, seja em suas praças ou nas calçadas.

Refletindo a realidade do Brasil, os dados sobre a população em situação de rua da cidade de Natal-RN também não possuem um número oficial. Segundo a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, a estimativa desse público em Natal se caracterizaria por uma soma de 223 pessoas em situação de rua. Desse total, 83% do sexo masculino e 17% do sexo feminino; dos quais mais da metade, 55%, é composta por população adulta, na faixa etária de 25 e 44 anos, analfabetos ou semi-analfabetos (Brasil, 2008). Este dado pode ser claramente refutado, basta um passeio pelas avenidas da cidade e percebe-se que este contingente não mais refere a situação atual, que mesmo sem dados oficiais, traduz um número muito maior de pessoas nesta condição.

Em outra pesquisa realizada no ano de 2010, numa parceria entre o Centro Universitário da Faculdade de Ciências e Cultura e Extensão do RN (UNIFACEX) e a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), o número estimado foi 2.200 pessoas em situação de rua (Barreto, 2016).

Por meio de uma investigação mais detalhada, mas de menor abrangência, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) juntamente com o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) realizaram entre os anos de 2013 a 2015 a pesquisa intitulada “Direitos Humanos da População em Situação de Rua na Cidade de Natal: Investigando Limites e Possibilidades de Vida” e “Direitos Humanos e População em Situação de Rua: Conhecer Intervindo em Contextos de Vulnerabilidade Social”. Tal pesquisa teve seu ponto de maior atuação nas localidades da Cidade Alta e Ribeira - locais onde há a maior concentração de população em situação de rua e onde encontra-se os dispositivos de atendimento, Albergue Municipal e Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - e com menos atuação nos bairros de Alecrim, Candelária, Capim Macio e Cidade da Esperança. Com público alvo constituído por adultos, o número aproximado foi de 159 pessoas em situação de rua (UFRN, 2016).

No ano de 2016 a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social divulgou dados que expressavam o número de atendimentos voltados a população em situação de rua. No ano de 2014, a quantidade de pessoas em situação de rua atendidas era aproximadamente 317, em 2016 esse número passou para 1.082, o que aponta para mais que o triplo de atendimentos ocorridos no intervalo de dois anos. Este aumento de 240% não significa precisamente um maior número de pessoas em situação de rua na cidade, mas a sua circulação nos serviços (Tribuna do Norte, 2016).

Localizado na Av. Princesa Isabel, o Albergue Municipal é um dos serviços ofertados a essa população, o qual tem funcionado de modo insatisfatório. Destinado a acolher o grupo durante a noite, disponibiliza 59 leitos, os quais são insuficientes. Existe igualmente o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), unidade de referência destinado a esse grupo, o qual prioriza o fornecimento de refeições e a retirada de documentos, atendendo cerca de 160 pessoas por dia.

Em relação ao tratamento ofertado nos dispositivos de acolhimento institucional, durante o período em que essa pesquisa se desenrolou, vários foram os discursos por parte da população em situação de rua que fazem uso desses serviços apontando diversos tipos de constrangimentos e negação de direitos ocorridos pelos profissionais que compõem esses serviços. Quando não atendidos por falta de vaga, as condições de acesso se mostravam duras e inadequadas à realidade desse público, numa lógica de controle extremo e sanção no uso do serviço.

Aqui podemos tomar Foucault (2005) para refletir sobre as maneiras pelas quais o Estado pode se valer da disciplina e da consequente punição como modo de assegurar certo ordenamento social. A partir dos séculos XVII e XIX são forjadas técnicas disciplinares que visam o corpo como objeto de intervenção. Já no séc. XIX, a população geral passa a ser o alvo de controle. Agora o foco é a população, e todos os eventos naturais que a acometem: natalidade, doenças, produção, etc. Nasce a estatização do biológico. Um controle dos processos da vida social pelo Estado por meio da norma, o corpo como ponto de ancoragem dos padrões da lógica do domínio e do poder, dando legitimidade a lógica que Foucault denomina de biopolítica.

Hanna Arendt (2010) aponta para o mesmo problema, descreve que o que chamamos

de sociedade moderna pode ser compreendido como o conjunto de uma grande família, em que se congregam todas as necessidades que devem ser administradas. Desse modo, temos o social como um espaço criado para dirigir a vida humana, com objetivo de administrar a vida humana fora da política, ou seja, fora da autonomia dos sujeitos.

É justamente desse cenário e na tendência de fazer resistência a ele que um grupo de moradores de rua se unem às forças políticas do município - Fórum Potiguar de População em Situação de Rua; Movimento Nacional da População em Situação de Rua/RN; Centro de Referência de Direitos Humanos da UFRN - para se organizarem em prol de seus propósitos políticos, fazendo ressonância às reivindicações de sua categoria. Uma militância que desafia tal lógica, pois que é surpreendentemente produzida a partir de um grupo cujo a vida nas ruas se intensifica nos tensionamentos com o biopoder.

Em pesquisa feita com os integrantes do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, Leite e Dimenstein (2011) demonstram que a indignação, o desejo de produzir um modo diferente de vida, o anseio de desvencilhar-se das situações adversas - tanto do militante, quanto do grupo com o qual milita – é desde sempre uma maneira de “sustentação” da militância no interior do corpo do movimento político. Sendo assim, também a população em situação de rua é sujeita a tal processo, pois suas experiências podem ser apontadas como sustentação e causa de sua militância, uma vez que é no real dos seus corpos que foram marcados. Portanto, uma subjetividade que passa antes pela experiência daquilo mesmo pelo qual militam.

A participação da população de rua no protagonismo político se inscreve de forma particular nos desafios e efeitos dessa militância. A partir do acompanhamento e participação no Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Melo (2013) aponta

que existem duas categorias que se configuram como campos de demarcação que ocorrem no processo de tensionamento nos encontros do MNPR: Rua e Sociedade. As discussões que se inserem nos encontros são apresentadas pelos que experienciaram o estar nas Ruas, e os outros participantes do movimento, sejam eles técnicos ou apoiadores. O autor expõe que a forma com que a Rua e a Sociedade são experienciadas por essa população confere legitimidade aos seus propósitos políticos. A Rua produziria uma experiência radical naqueles que nela vivem, determinando um conhecimento específico do seu modo de funcionamento e, em consequência, de formas para seu enfrentamento que se contrapõe ao modelo da Sociedade. A Sociedade seria o oposto da Rua, um lugar distinto privilegiado, no qual as pessoas têm seus direitos respeitados e garantidos.

Gohn (2012) percebe os movimentos sociais como grupos que se relacionam e geram efeitos de mutação e transformação social, tendo como pauta o entendimento sobre seus direitos e sua cidadania. Não se trata de uma cidadania individual, mas coletiva, que se produz no e pelo processo de luta. A prática dessa cidadania coletiva criada no interior dos grupos sociais, se manifesta através do reconhecimento e do enfrentamento das ameaças a sua consolidação.

Cardoso (2003) apoiado em Foucault assinala que a subjetividade se dá através de processos históricos, pelos quais experienciamos o mundo. São práticas de si que vigoram por meio de práticas discursivas - saberes - e práticas de poder. Ou seja, todo modo de experiência subjetiva perpassa pelos modos construídos historicamente (saber/poder) sobre determinada experiência. Ocorre que Foucault descobre pontos de resistência ao regime de saber/poder, nos quais os processos de subjetivação escapam, perfazendo uma história de confronto à rede de poder.

Desse modo, em termos metodológicos, adotamos a perspectiva cartográfica como guia para a obtenção dos objetivos pretendidos. Trata-se de uma concepção metodológica na pesquisa em ciências humanas e sociais que visa acompanhar fenômenos em vias de processamento, que não estacionados, mas em plena ebulição, captando o que deles emanam enquanto força produtiva e quais as interferências e potencialidades do fenômeno em curso. Por meio da cartografia foi possível identificar os modos de circulação dos atores participantes do fenômeno estudado e conduzir uma análise dos modos de produção de subjetividade junto a eles, a partir de suas práticas narrativas e de suas produções individuais e coletivas.

Com esse intuito, foram feitas entrevistas e participações junto às reuniões de formação política do Movimento Nacional da População de Rua de Natal, também foi acompanhada parte de sua agenda, da qual participei igualmente de reuniões e seminários. Os encontros foram registrados em diário de campo e as entrevistas foram gravadas com autorização dos atores sociais participantes.

O texto dissertativo está organizado da seguinte maneira:

No capítulo seguinte, demonstramos nossa escolha pela perspectiva investigativa cartográfica, como um recurso potente em capturar os desejos em devir dos sujeitos aos quais nos aproximamos ao longo da pesquisa. Tratamos também de detalhar o percurso metodológico seguido durante a pesquisa e de como o pesquisador entreveio sob o processo de produção da pesquisa.

No terceiro capítulo, tratamos sobre o tema da cidade correlacionado a produção da população em situação de rua. Abordamos a cidade primeiramente sobre a sua lógica mercantil, tratando sobre o trabalho e sobre a questão social, apontando a população em

situação de rua como uma expressão da desigualdade da composição capitalista urbana, marcados pelo signo da diferença e refletindo sobre o lugar de outsider que este segmento provoca na cidade. No segundo bloco deste mesmo capítulo, apresentamos a ideia do filósofo Agamben sobre o *homo sacer* e a vida nua, numa contextualização do modo de governabilidade desempenhado pelo Estado junto à população em situação de rua, que os inclui de algum modo dentro das leis que regem a cidade sem, contudo, garantir-lhes seus direitos básicos, posicionando essa população numa espécie de meio termo jurídico, no qual algumas violações são permitidas e até legitimadas. No terceiro bloco, fazemos uma explanação sobre a cidade e os limites dos seus muros, sobre como esses muros criam, no mais das vezes, territórios simbólicos excludentes. Não se trata apenas de muros concretos, mas de como a cidade tende a proteger-se de tudo o que seja contrário à sua engrenagem de mercado, repelindo do seu território capitalizável tudo o que não o for. Contudo, destacamos a dimensão transformadora do contato com o diferente dentro das cidades, possibilitando a geração de novos *circuitos* e experiências.

Com o quarto capítulo, contextualizamos as formações dos movimentos sociais, sua força em produzir deslocamentos no campo social e político. Tratamos também sobre a produção de subjetividade que pode advir do interior dos movimentos sociais, abordando estes como um promotor de subjetivação. Destacamos num segundo bloco a formação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, apontando suas principais características.

No quinto capítulo, fazemos uma contextualização da constituição do MNPR na capital potiguar, fazendo uso de recortes das falas de nossos entrevistados, vamos construindo um texto memorialista dos principais marcos do que foi a formação do

MNPR/RN. Neste capítulo, a discussão sobre o acompanhamento do fenômeno e sua potência de subjetivação ganha corpo. Seguimos num entrelaçamento entre bibliografia, as falas dos atores sociais e das experiências de campo para compor uma imagem cartográfica do movimento em Natal. Identificamos uma importante parceria entre o MNPR/RN e o CRDH/UFRN, contudo, verificamos a necessidade de um esforço para um maior fortalecimento da independência do movimento, para que este possa se fazer autônomo. Sobre o funcionamento do MNPR/RN encontramos modo de trabalho desenhado em rede, a partir do qual se conectam para identificação, encaminhamento e resolução de suas demandas. As reuniões do movimento se apresentaram como oportunidade dos populares participantes operarem seus repertórios de militância, na livre colocação de suas falas. Verificou-se que no processo de militância, os atores se percebiam enquanto sujeitos de direito, proporcionando a mobilização da luta para o alcance dos direitos adquiridos e para novas conquistas.

II – Aspectos metodológicos: cultivando dados

A fim de atingirmos nosso objetivo, buscamos compor uma cartografia dos processos de produção de subjetividade junto à militância política da população em situação de rua de Natal-RN. A escolha pelo método cartográfico dá-se por sua adequação às características do próprio fenômeno estudado, já que se trata de um processo de organização política que vem ocorrendo e que, como processo, deve ser acessado tendo em vistas o plano coletivo de forças que o constitui.

A perspectiva de pesquisa aqui exposta se distingue da cartografia que faz uso as ciências geográficas. Não se trata de compor mapas geográficos por meio de técnicas e estatísticas, nem do estudo de determinado terreno, compondo suas características físicas, quantitativas e naturais ou populacional. Trata-se de uma perspectiva metodológica que se debruça sobre fenômenos das ciências humanas e sociais, fenômenos esses que se encontram em processualidade, em vias de movimento, e que sobre eles confluem forças, relações que podem ser de poder, discursos e enunciações, e que promove modos de subjetivação ou objetivação, práticas disruptivas, linhas de fuga e de enfrentamento.

Guattari (1996; p. 17) descreve no livro *Micropolítica. Cartografias do desejo* que estes processos se dariam na contramão da produção subjetiva engendrada pela cultura de massa, a qual produz indivíduos normatizados ligados a sistemas de hierarquias. Tais processos, por outro lado, seriam capazes de desenvolver modos singulares de existir, que Guattari chama de “*processos de singularização*”. Nas palavras do autor, seria uma atitude perante os sistemas de submissão, estabelecendo assim “modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular”, ou

seja, “Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos” (p. 17).

Rolnik (2006, p. 66) assinala que a ética do cartógrafo se sustenta no estabelecimento de uma sintonia com as estratégias de formação do desejo no campo social, seja nos movimentos sociais, nas mudanças coletivas, nos fenômenos de violência ou delinquência e etc. Não importa o aporte teórico do cartógrafo, uma vez que a teoria sempre estará maleável às mudanças exigidas pelo fenômeno. Portanto, não há procedimentos *a priori* dos quais o cartógrafo irá se instrumentalizar, esses serão manejados, improvisados em cada contexto de aproximação. “O que define, portanto, o perfil do cartógrafo é exclusivamente um tipo de sensibilidade”. Desse modo, a autora aponta que o cartógrafo deve dispor de um “*corpo vibrátil*” que esteja atento às tensões que surgem dos movimentos de fluxos de tensão.

Durante o processo cartográfico é necessário que o pesquisador entre em campo sem distinguir a que alvo direcionar sua atenção, o fenômeno aparecerá de modo imprevisível, sem que se saiba de onde provém. É importante que o cartógrafo localize pistas e signos de algo que está em processualidade. “O objetivo é atingir uma atenção movente, imediata e rente ao objeto-processo” (Kastrup, 2010 p. 18).

Segundo Romagnoli (2009), o método cartográfico diferencia-se do método científico moderno, no qual objeto e pesquisador necessariamente precisam distanciar-se, na perspectiva de manter certa neutralidade e garantir racionalidade sobre os dados obtidos. Ocorre que nesse sentido, o fenômeno estudado encontra-se reduzido às “descobertas” do pesquisador, preso aos discursos já instituídos sobre ele, ao rigor e à precisão. Na cartografia, o objetivo seria romper com as dicotomias teoria-prática, sujeito-objeto, permitindo uma relação direta entre pesquisador e fenômeno pesquisado. A autora enfatiza ainda que a

perspectiva cartográfica não busca na história ou no presente a compreensão dos acontecimentos reduzidos a estados de coisas. Mais que isso, a cartografia possibilita a visibilidade das forças, contribuindo à criação. Um método que estabelece com o presente e com a história uma relação atemporal, numa relação de simultaneidade possibilitando modos de interrogar e narrar (Romagnoli, 2009).

Na cartografia, temos que a “análise dos dados” não obedece a um curso tal qual o sentido tradicional, de sua coleta e posterior análise. O “dado” cartográfico é construído na interação com o fenômeno, que desde o primeiro contato já permite produção de realidade. Não há dados anteriores ao encontro do pesquisador com o fenômeno, o cultivo dos dados se dá da interação entre os dois. Por isso, a construção da realidade sobre determinado fenômeno ocorre já no início da pesquisa, não obedecendo cronograma programado para um fim determinado (Barros; Kastrup, 2010; Passos; Benevides, 2010).

Isso estabelece uma característica peculiar na construção e cultivo de todo o processo cartográfico. Apesar de o pesquisador estabelecer seu contato com o fenômeno em processo sem qualquer pretensão de coleta, o que guiará sua atenção concentrada será seu aporte teórico. Se toda análise é análise de implicação, o pesquisador está implicado na pesquisa desde sempre e sua subjetividade será também agente no processo de construção da realidade de tal fenômeno. Aqui não há neutralidade analítica, o cultivo dos dados se dá mediante a problematização e o reposicionamento dos lugares ocupados pelos participantes na pesquisa. Certamente há o contato com a objetividade e produção de sentidos que o fenômeno possa apresentar, mas promovendo igualmente singularização (Rodrigues, 2012; Passos; Benevides, 2010).

A presente pesquisa se desenvolveu de maneira prática a partir de aproximações e

encontros com os atores militantes que constituem o Movimento Nacional da População em Situação de Rua/RN (MNPR/RN). Como o objetivo da pesquisa foi acessar as forças de produção de subjetividade na medida em que esses atores participam do MNPR/RN e se constroem enquanto sujeitos militantes, nossa escolha para as entrevistas se deu junto aos participantes que se encontravam em militância contínua e ativa e que compunham o corpo do movimento e acompanhavam sua agenda. O contato com a população foi obtido por meio da aproximação e participação junto aos moradores nas reuniões do movimento e de formação política. Essa imersão empírica se decorreu durante cerca de oito meses, que teve seu primeiro registro em diário de campo no dia 07/04/2017 e o último no dia 05/12/2017. Ouve um período anterior a esse primeiro registro em diário de campo, no qual o cartógrafo já se inseriu no campo, que serviu como uma aproximação do campo e dos sujeitos da pesquisa, contudo, esse período não precedeu de registro em diário de campo. Durante o período de oito meses, foram registrados em diário de campo 12 encontros de formação política do MNPR. Igualmente, foi feito acompanhamento da agenda política da população em outras reuniões e encontros, oportunidade em que foi feito uso da observação. Como exposto, cada ida à campo foi sucedida de um diário de campo contendo registros das impressões e experiências vivenciadas.

A escolha dos participantes para as entrevistas se deu mediante a disponibilidade dos próprios populares em colaborar com a pesquisa, bem como de seus modos singulares de inserção nas ações políticas dos agentes de interação, sendo possível a sugestão de entrevistados por indicação de seus pares. Como roteiro para orientação das entrevistas, foi elaborado algumas questões que podem ser acessadas no anexo. Tais questões nortearam a entrevista em conformidade com os objetivos da pesquisa. Esclarecendo que não se tratava

de perguntas fechadas, mas de um roteiro norteador, que se fez menos importante do que a própria conversa e fala dos participantes. A bússola que orientava as questões eram as próprias falas dos atores entrevistados, o que permitia com que detalhes e novas questões pudessem ser colocadas e acrescentadas no momento das conversas.

Os contatos com os participantes para a conversa/entrevista se dava, na maioria das vezes, sob um caráter informal, para a qual todos se mostravam receptivos e com interesse em colaborar. Todavia, devido a própria rotina dos populares, os encontros eram marcados por intercorrências. Optou-se por encontros antes ou depois das reuniões semanais de formação política do MNPR, para facilitar o acesso e utilizando a disponibilidade dos entrevistados, uma vez que já estariam presentes nas reuniões. Ainda assim, haviam imprevisibilidades, como o atraso ou ausência nos encontros marcados para antes das reuniões e, principalmente, para os encontros no horário após o término das reuniões, momento em que cada popular, devido à proximidade do horário do almoço, saía às pressas para providenciar seu alimento. Desse modo, a estratégia para a execução das entrevistas precisou ser ainda mais modelável e fluida, possibilitando que ocorressem a qualquer momento, a depender sempre do desejo dos participantes em concedê-la. Assim, para a alcance das entrevistas, dois encontros foram feitos no local das reuniões do movimento; outro realizado na rua, mais precisamente na Praça André de Albuquerque, conhecida como Praça Vermelha, onde se concentra parte da população em situação de rua de Natal; e o outro foi realizado no local de trabalho de um dos participantes.

Essa aproximação com relação as realidades dos participantes das entrevistas, seja próximo do seu cotidiano na militância, seja ali em sua realidade da rua, ouvindo junto com sua fala os sons da rua, como badalar dos sinos da igreja, ou mesmo em seu local de trabalho,

onde a entrevista era interrompida pela rotina do trabalho, possibilitou capturar algo para além da própria entrevista, mas um dado genuíno do encontro com a alteridade do outro, uma experiência que dirimiu até a radicalidade das diferenças. A pesquisa assim ficou mais próxima de um trabalho cartográfico.

Nesse contexto, foram feitas quatro entrevistas. Seguimos o critério de escolha por populares que já estivessem há algum tempo engajados na militância. Desse modo, três entrevistados tinham pouco mais de três anos de participação e envolvimento contínuo no movimento, e um participava desde a instituição do MNPR no município, em 2012, completando à época da entrevista cinco anos de militância. Foram entrevistados, dois homens, e duas mulheres. Os homens tinham 46 e 30 anos, e as mulheres 33 e 32 anos. Sobre o tempo cronológico de vivência nas ruas dos entrevistados, as experiências variam entre 27 anos de situação de rua e pouco mais de 40 dias nesta condição.

Em relação a esse último dado, consideramos que a marcação do tempo cronológico aqui opera de modo menos decisivo - no tocante à disposição para a militância ou da experiência a que diz respeito - do que o tempo lógico de cada indivíduo se decidir em relação a atuação militante. A situação de rua é cruel em todos os seus aspectos de desamparo e estigma social, a variação do tempo nesta situação - se para mais ou para menos - aponta para a exposição diante essa vulnerabilidade, contudo, esse mesmo tempo não é determinante em relação a produção de um militante. O que está em jogo na formação de um militante é sua aposta no coletivo organizado como dispositivo para o alcance das demandas pelas quais se luta.

Desde o início das pesquisas, tínhamos a pretensão de utilizar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. À medida em que fomos nos inserindo no

campo, conhecendo seus atores sociais e os sujeitos envolvidos na pesquisa, percebemos algumas dificuldades no uso desse instrumento como modo de garantia ética. Portanto, consideramos as particularidades do público alvo da pesquisa e percebemos que o desenrolar da pesquisa precisaria está intrinsicamente colocado em relação aos desafios éticos que foram se dando. Em função das especificidades dos modos de vida da população em situação de rua, algumas providências tiveram que ser tomadas, para a consideração dessas particularidades. Uma questão que se apresentou foi a dificuldade na execução das entrevistas, que se davam nas oportunidades favoráveis aos populares, numa espontaneidade, sem marcação de horário e sem acordo prévio, sendo muitas vezes solicitados pelos entrevistados em momentos em que o TCLE se encontrava indisponível para assegurar as entrevistas. Apesar disso, consideramos que este próprio modo de execução das entrevistas desenvolveu-se considerando a dimensão ética do contexto de pesquisa, uma vez que os entrevistados se ofereciam para as entrevistas no seu tempo possível, já conhecedores do que tal pesquisa se tratava, fato que não eximia o pesquisador em detalhar brevemente, sem leitura de documento e num esforço de transmissão, qual a proposta da pesquisa e seus objetivos. Para designação dos entrevistados, utilizamos apenas iniciais e ano em que o relato foi gerado. Desse modo, acreditamos que as condições para execução de uma pesquisa de campo fizeram parte de nossa postura ética, pois que foi considerado ativamente para desenvolvimento da pesquisa e para a construção dos dados os populares em situação de rua, bem como as suas práticas e seus discursos, o que revela nosso compromisso com o campo investigado e com os sujeitos que o constituem. Para Passos e Benevides (2010 p. 18), trata-se de guiar a pesquisa considerando sempre os efeitos do processo da pesquisa sobre o fenômeno, o pesquisador e os resultados. A análise é

estabelecida sem distanciamento, mergulha-se na experiência coletiva a que todos estão implicados, “experiência entendida como um saber fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer”. Conhecer é, portanto, estabelecer uma realidade de si e do mundo, implicando em ato político.

Nas participações em reuniões e em alguns eventos, cada participante se apresentava. Na oportunidade, igualmente o cartógrafo se apresentava, falando de sua intenção em estar ali enquanto pesquisador do movimento, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, falando brevemente quais os objetivos da pesquisa. Em primeiro contato com as reuniões do movimento, ao falar sobre produção de subjetividade, um termo que usava para dizer sobre o tema da pesquisa, um dos participantes da reunião pergunta: “*Então fala para a gente o que é subjetividade*”, exigindo do pesquisador novamente um esforço para transmissão das intenções de pesquisa e dos conceitos aos quais estava interessado em pesquisar. Essas interpelações ocorriam vez em quando, não sem embaraço, demandando uma reflexão acerca de uma postura crítica e ética por parte do pesquisador frente ao contexto do grupo, sem dúvida, contribuindo para a produção e circulação do saber.

Costa e Prado (2016, p. 224) problematizam a questão da pesquisa na psicologia social crítica relacionada aos movimentos sociais: “Qual o lugar da ação intelectual e, assim, da relação entre teoria e prática na luta política?”. Apontam para o entendimento acerca da dicotomia sujeito-objeto, afirmando seu caráter relacional, dialógico e horizontal. Contudo, problematizam a noção de consciência como um aspecto de dominação do pesquisador sobre os pesquisados. Precisam que a superação desse pensamento é uma compreensão política das relações de subordinação, dando preferência a noção de identificação, na qual o

intelectual não se relaciona como um legislador, mas numa proposta relacional de construção e expansão de discursos democráticos. Sendo assim, "o lugar do intelectual" cai em desuso, uma vez que tanto pesquisador quanto pesquisado podem assumir esse lugar, numa circulação do saber entre os movimentos sociais e a academia.

O pesquisador seguia participando dos encontros e registrando em diário de campo o que despontava e que percebia como tensionamento, fosse político ou não, no que era observado e ouvido durante as reuniões. As observações ocorriam ao longo das participações, sem que se eximisse de falar ou de expressar alguma opinião, contudo, na maior parte dos encontros, dava preferência a escuta das produções discursivas que emergiam no processo de pesquisa. Assim participava dos encontros ao mesmo tempo que pesquisava e se conectava com o desenrolar das relações estabelecidas em campo, procedimento condizente com a observação participante.

Como colocam os autores que trabalham com a cartografia, nesta perspectiva de pesquisa, lança-se mão da observação participante porque mantém-se em campo, diretamente em contato com as pessoas e seus territórios existenciais. Uma postura que exige do cartógrafo além da simples observação, que se sintonize, em certa medida, à vida que há em campo, ao tempo corrido e ao tempo modificado pela experiência cartográfica. Ocorre na cartografia um fenômeno apontado como transversalização, que produz experiências de dissolução de classificações, hierarquizações e dicotomias instituídas, permitindo a composição de um campo relacional que produz ressonância e aproximação entre diferentes realidades, estas concebidas como redes de relações (Barros e Kastrup, 2010; Escóssia e Tedesco, 2010).

O enlaçamento das ideias desenvolvidas no decorrer da dissertação deriva, portanto,

como fruto das experiências que obtivemos em campo com esses atores, bem como da leitura teórica. Ou seja, os dados emergiram da relação entre o contato com o campo empírico junto com o material teórico, um dando suporte à emergência do outro. Apresentamos deste modo, pois, na medida em que surgisse no campo algo que já estivesse presente no repertório de leitura, uma atenção mais concentrada ocorria. Mas o contrário também acontecia, no sentido de uma fala ou processo que demandava ainda mais atenção por estarem *separados* de uma experiência empírica do pesquisador, exigindo, em alguns casos, mais estudo e implicação teórica, ou principalmente, uma aproximação dos atores pesquisados para que a escuta e registro em diário de campo pudesse expressar o mais acertado possível o que realmente estivesse sendo dito e experienciado.

Essa costura entre prática e teoria se harmonizou com a perspectiva cartográfica, permitindo e exigindo do pesquisador uma posição ativa quando presente em campo, para não perder de vista os processos inventivos que estavam a desaguar, no aqui e agora sim, mas como fenômenos com construções e implicações históricas. Nesse sentido, as anotações em diário de campo sempre consideravam a eminência do que emergia da relação empírica com o fenômeno, seguidas de anotações referentes a conceitos teóricos e autores, ou mesmo dúvidas que surgiam no momento do registro. Esses registros auxiliaram a demarcar a relação entre os registros e a dinâmica da pesquisa e do posicionamento do pesquisador, bem como sinalizavam particularidades que emergiam e que mereciam atenção, como dúvidas, achados, interpretações, afetações.

Assim, Barros e Kastrup (2010) descrevem que as anotações regulares contendo informações precisas em diário de campo, na pesquisa cartográfica, colaboram para a produção de dados que têm a função de transformar as observações e frases experienciadas

em campo em conhecimento e novos modos de fazer, permitindo a transformação de experiência em conhecimento e do conhecimento em experiência. Assinalam que o objetivo da cartografia é justamente o de desenhar a rede de forças à qual o dado objeto ou fenômeno estudado se acha interligado, refletindo sobre suas modulações e seu movimento constante.

Escóssia e Tedesco (2010) apontam para a cartografia como método privilegiado na concepção de forças processuais de um coletivo, uma vez que esta visa ampliar nossa concepção de mundo para incluir o plano movente da realidade das coisas. Assim, igualmente Barros e Kastrup (2010) delineiam a cartografia como método que promove práticas de acompanhamento de processos inventivos, nos quais ocorre produção de subjetividade. A cartografia escapa ao método científico tradicional, pois não tende a captar o fenômeno enquanto objeto, mas acompanhar um processo de produção (Barros e Kastrup, 2010; Kastrup, 2007).

III - Que lugar? Ou uma terceira margem. A população em situação de rua: contexto histórico e sua relação com a cidade.

Início este capítulo com uma tentativa de parafrasear Baptista e Silva (2007) no brilhante artigo *A cidade dos anjos do improrrogável*, no qual constroem uma narrativa poética, porém densa, sobre a cidade, numa perspectiva materialista filosófica, que se seguiu assim:

Nas cidades trafegam vidas desencantadas, num movimento errante. Em estado de alerta, sem estar verdadeiramente acordados. Os que escrevem sobre a cidade, escrevem talvez mais do que por ela andam. A produção de vida e subjetividades dentro das cidades, seguem a lógica da performance das nuvens, que arbitrariamente se dissociam em formas variantes, como carneiros, camelos, mapas ou mandalas. Uma prática de vida materialista na cidade precisa manter o caráter profano dos anjos urbanos, em um processo que subverte a lógica da vida urbana.

É nessa perspectiva que convido o leitor a caminhar sobre as reflexões acerca da cidade e de seu aspecto duro e concreto, que nos enfia aos poucos, sem percebermos, em um lugar monótono e ordinário, mas também convido-os à atenção para o que se processa nas esquinas, nos barulhos dos gritos, nos cheiros e odores, nas risadas e batuques, nos choros e silêncios - *silere*⁵ -, na escuridão e nas sombras, na multidão e no esquisito das ruas, nos anjos urbanos, as possibilidades são infinitas e podem nos arrebatrar com lucidez para um lugar em que nosso encontro com a alteridade nos arranque da mesmice das nossas vidas.

⁵ Como encontrado no artigo de Ribeiro e Baptista (2016) *Ruídos e silêncios de um corpo na cidade: paradoxos da produção da diferença no contemporâneo*. *Silere* se opõe a *tacere*, como silêncio da fala. *Silere*, na antiguidade grega se referia a silêncio da natureza, empregado para se falar do silêncio da noite, do vento ou do mar. *Silere*, afirma a potência da força dos eventos naturais, ou do que ainda não surgiu, ou da própria morte. *Silere* igualmente se refere ao campo da literatura e da política.

Uma alteridade bem reconhecida e demarcada historicamente, como já abordado, é a própria condição do “morador” de rua. Morador entre aspas, pois sabemos, morar designa habitar, residir, estar em determinado lugar, permanecer e reconhecer-se nele. Evidente que, salvo algumas exceções, para a população em situação de rua, a condição de estar e viver das ruas não é uma escolha, mas sim uma condição.

Entender que o fenômeno da população em situação de rua tem suas causas históricas e processuais é importante para depreender que se trata de um fenômeno de múltiplas determinações, que encontra relevância principal a partir da constituição e produção do sistema capitalista. Como descrito acima, surge ainda nas cidades pré-industriais da Europa e, a partir de então, passa a ocupar o cenário do cotidiano da vida urbana, trazendo novos contornos às cidades e produzindo modos de relação entre os cidadãos e os deslocados “recém-chegados”. Também faço aspas à “recém-chegados”, pois esses eram radicados do local cidadão, mas que se viram forçados a deixar suas terras na condição de camponeses e produtores de seu próprio sustento, para um retorno à cidade agora na condição de miserável.

Apesar do fenômeno ter sua maior incidência durante as sociedades pré-industriais, Stoffels (1977) apresenta que tal fenômeno remonta à Grécia Antiga, onde já havia registros de pessoas itinerantes, mendigos e indigentes que, pelo fato da expansão das cidades e as decorrentes desapropriação de terras, ocupavam as ruas das cidades. Ou seja, é a cidade, seu crescimento e limites, que inaugura tal fenômeno.

A iniciativa do Estado em relação à pobreza durante o período pré-industrial se dá primeiramente com a criação das Leis dos Pobres. Se tratavam de leis instituídas pelo Estado para minimizar as tensões sociais provenientes da mudança do sistema feudal para o

capitalismo na Europa, mais precisamente na Grã-Bretanha do século XIV. Assim, institui-se o Statute of Labourers (lei dos Trabalhadores) e a Poor Law Act (Lei dos Pobres) de 1388, ambas para impedir que os novos cidadãos perambularem em busca de melhores condições e trabalho, bem como para controlar as relações de trabalho. Desse modo, a circulação de pessoas era vista como uma grave importunação pública às cidades, cabia ao Estado impedir e tratar a vagabundagem e a mendicância de forma violenta, por meio de correções corporais, surras e queimaduras (Pereira, 2009).

Silva (2006) descreve precisamente tal processo, apontando para o fato que implica a relação do sistema capitalista na dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção. Assim, o sistema capitalista sobrevive nas condições propícias, nas quais encontra sempre força de trabalho disponível aos seus serviços, uma vez que tal trabalhador sempre precisará submeter-se à exploração, na medida em que necessita subsistir, vendendo sua força de trabalho. Esse processo transformou produtores rurais e antigos camponeses em assalariados, que se vêm agora a mercê do proprietário, depois que lhes foram retirados seus meios de produção. A autora assinala que Marx nomeia tal processo histórico como acumulação primitiva, uma vez que é a partir dele que o modo capitalista começa a operar.

No século XVI o Estado faz uma diferenciação entre os vagabundos que apresentavam alguma invalidez e os que tinham possibilidade de trabalhar e que permaneciam dentro dos limites da cidade. Aos primeiros era permitida a mendicância, os filhos menores eram separados dos pais e relegados a abrigos, já aos que tinham condições de executar trabalho, as punições brutais permaneciam, tendo como consequência da reincidência na vagabundagem o castigo da condenação à morte (Pereira, 2009).

Frangella (2004) faz uma conexão com o tratamento dispensado a população em situação de rua nas cidades da Idade Média e com o nosso tempo, relata que a errância poderia ser aceita como forma passageira de vida, mas vista com entranhamento, como o é atualmente, se o indivíduo permanece vadio, justamente pela desocupação em relação ao trabalho, “o imaginário em torno dos errantes os marcam como agentes poluidores, perigosos; mais contemporaneamente, como fracassados”. O não trabalhar, o desemprego, a desocupação passa a designar o tratamento aos desapropriados.

Segundo Frangella (2004, p. 38), no contexto europeu da Idade Média, houveram variadas formas em momentos diferentes para a categorização de toda essa população que permanecia itinerante e sem ocupação aparente pelas ruas das cidades, eram chamados “vagabundos”, “migrantes”, “mendigos”, “incapacitados”, ou mesmo “perigosos”, “maus-caracteres”, “merecedores de caridade” e etc. Mas o que se faz comum aos períodos é que os errantes se constituem sempre à margem social. Os que insistem nesse movimento itinerante são vistos pelos que escolhem a vida sedentária por um caráter *outsider*. “Cria-se então uma relação de poder entre as duas ordens, interdependentes, com as tensões inerentes a essas relações projetadas sobre os que se deslocam permanentemente na contramão dos modelos dominantes de organização econômica e social”. Para a autora, tal relação de fricção entre esses segmentos sociais, os que possuem casa e os sem casa, emprego e renda, gera uma anomia, estranheza, conferindo estigma a essa população, produzindo reações de medo e hostis para com a população de rua.

Nesse sentido, escreve Escorel (1999, p. 259): “O vocábulo *exclusão* expressa de forma potente uma condição em que se está fora, em que não se é integrante, na qual não se pertence, em que não se tem lugar”. Com Arendt (1989), a autora aponta para a exclusão

como um processo dos grupos pensados como “supérfluos e desnecessários à vida social”, são os desenraizados, os que não têm raízes, sem mais lugar onde se fixar. Nas cidades humanas, os grupos sociais excluídos estão fora das trocas de mercado no que diz respeito a sua escolha, sem vínculos com o mundo formal de trabalho e com a cidadania, os sem direitos, cuja a potencialidade de sua vida e humanidade está apenas em conseguir sobreviver. São reduzidos a condição de *animal laborans*, cuja única preocupação é manter seu metabolismo vivo. “Sua eliminação (matando, mandando matar ou deixando morrer) não interpela pelas responsabilidades públicas nem sociais. Sua sobrevivência, preocupação exclusivamente individual (...) circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro” (p. 81).

Retomando a problemática sobre as novas questões sociais ou uma mesma questão sob novas roupagens, Netto (2001) descreve que o emprego do termo “questão social” é relativamente recente, datado da terceira década do século XIX, para designar o fenômeno da pauperização massiva da população em decorrência do início da revolução industrial do fim do século XVIII na Inglaterra. Um novo modo de reprodução da pobreza que crescia na medida do crescimento da capacidade social de produção de riquezas. Ou seja, a progressiva capacidade de ampliar a produção e acumulação de bens e serviços passa a gerar simultaneamente um grupo social que não tinham acesso a tais serviços e pior, permaneciam privados das condições de produção e dos materiais que outrora possuíam, tendo a população em situação de rua como uma de suas expressões mais agudas.

Nesse contexto, os pauperizados ficaram inconformados. A partir da primeira década até a metade do século XIX ocorreram protestos das mais variadas formas, ameaçando a ordem burguesa, fazendo com que tal ameaça causada pelos pauperizados fosse vista como

uma questão social. Assim o termo “questão social” passa a fazer parte do vocabulário dos grupos conservadores, sob uma ótica de naturalização das condições de precarização da vida. A pobreza, a desigualdade, o desemprego e a miséria passam a ser entendidas como condição *sine qua non* da ordem social. Desse modo, a forma como o Estado se debruça sobre a questão social segue um modelo moralista, que tende a enfrentar a manifestação do pauperismo sem, contudo, tocar em seu ponto nevrálgico, a propriedade privada de produção, mas antes e sobretudo, protegendo-a. Ou seja, “um reformismo para conservar” dirá Netto (2001, p. 155). Contudo, as vanguardas trabalhadoras compreendem em seu processo de luta que a questão social está relacionada intrinsecamente a ordem burguesa, trazendo isso à sua consciência política e entendendo que “somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (Netto, 2001).

Pastorini (2004) persegue a mesma questão, quando descreve que a questão social só se torna questão também por sua processualidade pela esfera pública, pela emergência política que permite problematizá-la. Transformar a questão social em demanda política é parte importante do processo, não se podendo esquecer os sujeitos coletivos que estão envolvidos nele. Pastorini (2004) faz uma crítica a alguns teóricos que tendem a naturalizar a questão social, tornando-a desconectada das mobilizações sociais e políticas organizadas. Refere que Castel e Rosanvallon seguem nesse erro, pois desconsideram as classes sociais e a socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras. Portanto, tende-se a analisar a questão social perdendo seu caráter políticos, econômico, social e ideológico, que está imbricada entre forças de diferentes classes e setores, inserida igualmente em lutas de movimentos sociais pela hegemonia.

Ainda no tocante a população em situação de rua e o trabalho, é importante ressaltar que um número considerado dessa população desenvolve atividades remuneradas, como por exemplo o trabalho com materiais recicláveis, uma atividade importante para a questão ambiental, mas que é praticado na informalidade, sem qualquer incentivo ou reconhecimento por parte do Estado. Na contramão do que é propagado socialmente sobre esse público, a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua identificou que 70,9% dessa população possui atividade remunerada, como guardadores de carros, empregos na construção civil e de limpeza ou como ajudante de embarque de carga nos portos. Descobertos de seus direitos trabalhistas, a população em situação de rua e seu trabalho está às margens da lógica da política neoliberal, que processa uns cem números de dilemas no mundo do trabalho, como a precarização das relações de trabalho e o desenvolvimento do trabalho informal, condição das quais, na maioria das vezes, a população das ruas têm que se valer para sobreviver (Almeida, 2015; Brasil, 2008).

III. I. O *homo sacer* na cidade governada pela disciplina

Este lugar marginal não somente se expressa no campo social e do trabalho, ele se estende para o modo como o Estado e seu aparato legal se relaciona para com tal população, por meio do que Foucault (1979) nomeou de governabilidade, o conjunto de instituições, de procedimentos, análises e reflexões, somas e procedimentos que permitem o exercício de poder, tendo como alvo a população, em ações privilegiadas pela política e por dispositivos de segurança.

O filósofo político Giorgio Agamben (2010) toma as cidades gregas arcaicas como paradigma para caracterizar um sujeito excluído socialmente, nomeando-o de *homo sacer*.

Trata-se de um indivíduo que não encontrava um lugar no direito jurídico, nem na participação política e nem da vida religiosa. Tal indivíduo era, portanto, excluído da esfera pública e divina. Uma vida que, dirá o autor, era passível de ser tirada, exterminada. O direito grego, inclusive, não encontraria ilegalidade na morte do *homo sacer*, este vivendo uma vida nua sempre sob ameaçada de morte.

O *homo sacer* e sua vida nua por um tempo permaneceu fora do sistema político e jurídico. Todavia, à medida que o Estado necessita ordenar a vida biológica, sua existência precisa ser considerada e, portanto, ganhar espaço na polis. O poder do Estado passa a racionalizar as condições da vida e da vida nua, que passa a, novamente, permanecer num limbo entre o *homo sacer* que pode morrer, mas que também é insacrificável, para isso o Estado lança o artifício do *campo*. O campo nasce como uma alternativa à incapacidade do Estado de dar conta das vidas que habitam seu território. Ou seja, a relação entre o território, seu ordenamento através do Estado e das vidas dessa determinada nação - esses formam os três elementos da estrutura do Estado-nação, território, ordenamento, nascimento – que quando em crise, o Estado assume a decisão sobre as funções dos cuidados da vida biológica (Agamben, 2010).

Os campos apontados por Giorgio Agamben são literalmente campos territoriais, ou seja, uma delimitação espacial, na qual o *homo sacer* pode ser contido e inspecionado, dirigido e vigiado, enfim, um local no qual o poder legislativo do Estado se exerça diferentemente com relação aos indivíduos que ocupe esse lugar simbólico social. Os campos de concentração nazistas são, por excelência, exemplos do campo agambeniano.

A partir da compreensão da noção de *homo sacer*, é pertinente atentar para o não lugar - do qual já refletimos - que tais indivíduos ocupam no âmbito social. Entretanto, para

além da esfera social, Agamben aponta para uma diferença de lugar também no domínio jurídico. Talvez no Brasil não exista a primazia de um local físico instituído para tal prática e lógica de inclusão dos nossos *homo sacer* nos termos da lei, todavia, se evocarmos a ideia de um campo simbólico, construído historicamente e que funciona sob as leis das narrativas e das práticas discursivas cotidianas, esses espaços existem concretamente. Os espaços da rua ocupados pela população em situação de rua e determinados locais como os presídios, os manicômios, a cracolândia e suas variações, as favelas, podem se situar no conceito de campo proposto pelo filósofo. São locais onde as leis do Estado ganham outras conformidades, e a conformidade diz respeito a suspensão do que vale para o âmbito social geral. Nesses locais, o regime legal muitas vezes prevalece da ilegalidade, são campos nos quais a violabilidade da lei é frequente, onde a morte é uma constante, bem como onde suspensões dos contratos sociais ocorrem e a quebra da lei segue impune.

Lamentavelmente, encontramos a lógica acima também no município de Natal, quando temos que, de 2012 até o primeiro semestre de 2013, foram registrados 22 homicídios contra a população em situação de rua de Natal, e outros inúmeros ataques e tentativas de assassinato (Carta Potiguar, 2013). A lógica da vida a ser extinguida ultrapassa a teoria e exhibe a barbárie da vida nua na polis. Se mata e, muitas vezes, especificamente em relação a população em situação de rua, a justiça precisa ser reclamada, correndo o risco de o contraventor permanecer refratário à lei.

Foucault (1979, p. 87) descreve que ocorre nas cidades o *medo urbano*, medo da cidade, uma angústia diante a relação com a cidade que se expressa em várias condições: “medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoado das populações, das casas altas demais, da população numerosa demais”. Sente-se a necessidade de as grandes

cidades serem construídas como unidade, organizando o corpo urbano com coerência, homogeneidade, funcionando na dependência de um poder único e bem regulamentado que a governe.

Para Foucault (1979), nunca foi tão expressa a forma de disciplinamento social exercido pela governabilidade por meio da gestão da população. Geri-la nos níveis coletivos e de massa, mas também em profundidade e em seus detalhes, tornando agudo o problema da governabilidade, pois considera o alargamento da questão do desenvolvimento da disciplina. A disciplina manifesta através dos dispositivos de segurança do governo, passa a tratar a população como um dado, um campo no qual pode intervir, um objeto disponível às técnicas do governo.

Um exemplo recente dessa disposição do Estado, no controle e gerência sobre sua população, pode ser encontrado na decisão da gestão atual da cidade de São Paulo com respeito ao crescimento a olhos vistos da população em situação de rua no município. O atual prefeito Bruno Covas decidiu antecipar o censo previsto para 2020 apontando o motivo da urgência: o número de pessoas em situação de rua no município tem crescido exponencialmente. Se em 2015 a Fipe contabilizou cerca de 15.905 moradores de rua, a estimativa própria da gestão municipal para o ano de 2018 é de que 20 mil pessoas vivem hoje nesta condição em São Paulo (Folha de São Paulo, 2018). A contagem da população em situação de rua é de extrema importância, pois, como já explicitamos, foi e é a partir dela que tal segmento social ganhou e ganha visibilidade, emergindo nas discussões sobre políticas públicas. Contudo, a sua contagem também pode representar um modo de exercício do poder por parte do Estado, uma vez que seu crescimento desordenado na cidade reclama ações de estabelecimento da ordem.

Mesmo compreendendo que as existem leis que apontam para a produção de direitos sobre esse público, é importante refletir sobre a regulamentação de leis como uma espécie de política de controle exercida pelo Estado sobre os modos de vida. Deleuze (2013, p. 39) refletindo sob uma ótica foucaultiana, aponta a lei como sendo uma gestão dos ilegalismos, a partir de onde se pode permiti-los, fazendo-os possíveis, ou tornando-os privilégios da classe dominante, “tolerando outros como compensação às classes dominadas, ou, mesmo, fazendo-os servir à classe dominante, finalmente, proibindo, isolando e tomando outros como objeto, mas também como meio de dominação”. O poder disciplinar serve-se dessas formas de ordenamento legal para possibilitar a ação ilegal por parte de uns e tomar formas de infrações como delinquências, determinando pontos entre o legal e o infracional, permitindo a inferência sobre a diferenciação da ilegalidade, produzindo, a partir daí, modos de controlá-la.

Se antes, para agir conforme determinadas formas de exclusão o Estado lançava mão do estado de exceção, agora o Estado pode se valer do *campo* como uma possibilidade estatal de disposição à exclusão da vida nua, a qual outrora não poderia ser inscrita nem ordenada. Desse modo, a vida nua passa a operar dentro das leis do Estado. Se antes excluídos, agora se fazem presentes politicamente, no sentido de serem contados, considerados e controlados pelo Estado, pois que para isso o *campo* os inclui. "A um ordenamento sem localização (o estado de exceção, no qual a lei é suspensa) corresponde agora uma localização sem ordenamento (o campo, como espaço permanente de exceção)" (Agamben, p. 182). O *homo sacer* passa a ser o excluído incluído, mantendo a dimensão paradoxal da política ao mesmo tempo que mantém certa coesão social.

Aqui podemos resgatar Foucault (2008) quando discerne sobre os mecanismos de segurança que compõem a estrutura do sistema disciplinar, a partir do qual, cada vez mais, o sistema jurídico-legal se expande em decretos, regulamentos e leis para que o próprio aparelho do Estado possa funcionar. Ocorre que, desse modo, o *corpus* disciplinar é amplamente ativado e fecundado pelo sistema disciplinar, pois, ao mesmo tempo que se regulamenta, institui-se técnicas de segurança, “de vigilância dos indivíduos, de diagnósticos do que eles são, de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc, todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar” (p. 11).

Neste ponto, resgato um momento em que um popular reagiu energicamente durante uma reunião do Movimento Nacional da População de Rua, ocorrida no dia 14/07/2017. Conforme decidido na reunião anterior, neste dia se fazia a leitura do Decreto 7.053 que institui a Política Nacional da População em Situação de Rua. A população participante começou a ficar afetada pela leitura dos seus direitos, e com a constatação por eles de que eram cotidianamente violados, inclusive pelos dispositivos de assistência que deveriam garanti-los. Um homem jovem, em situação de rua, novo frequentador das reuniões, expressou sobre sua experiência de liberdade, que podemos considerar malograda no domínio da disciplina: “*Eu me sinto como um presidiário cumprindo um semiaberto que a sociedade me impôs*”. E continuou falando sobre sua descrença no Movimento: “*Não adianta vim aqui para ficar lendo esses textos, essas leis. Se lá fora, a realidade aprisiona*”⁶.

No contato com o outro radical, com a alteridade, o silêncio demarca a diferença, fazendo o sujeito escapar do lugar previsível e definido, entrando de encontro com o ainda

⁶ Enunciado registrado em diário de campo, na reunião de formação política do MNPR, no dia 14 de julho de 2017.

não, com o que pode ainda vir a ser, no lugar avesso à diferença ruidosa, que cala a fala e que faz falar as práticas de poder, numa estridência que invade o eu solitário e suas identidades paralisadas em si mesmas, portanto, ruídos imunes à diferença potente do imprevisível (Ribeiro e Baptista, 2016).

A forma como a disciplina afeta nossas vidas e, principalmente, as vidas nuas, é tão voraz que seus efeitos podem ser sentidos mesmo em momentos de irrupção de algo que minimamente a perturbe. Capturado pela lógica disciplinar, o *homo sacer* mantém seu ritmo. Como assinala Ribeiro e Baptista (2016, p. 376), numa “diversidade imóvel, intocável quando fixada na soberania das suas bordas”. O momento narrado acima expõe como pode ser difícil o encontro com a constatação da nulidade de uma cidadania instituída pelo Estado, mas sem qualquer percepção de estima na vida prática da maioria dessa população. A criação e o aniquilamento da força criativa da alteridade permanecem numa corda bamba, num equilíbrio temeroso. A propósito do homem jovem de voz firme e enérgica, depois do ocorrido, não me recordo de vê-lo novamente nas reuniões.

Encontramos na população em situação de rua uma correspondência semelhante ao do *homo sacer* agambeniano. A cidade apenas considera sua existência, devolvendo-o uma vida, ainda que nua, quando os limites de sua sobrevivência incidem sobre o arranjo urbano. Quando suas coisas, no nosso caso, ocupam sobremaneira as calçadas e ruas impedindo a passagem ou livre circulação, ou quando sua soma é por demais incômoda, enchendo as praças e marquises. Contudo, há que se perder no que pode ser controverso. Todo movimento que advém das lutas da população de rua se inscreve como oposição à lógica da vida nua. A participação na polis é resgatada pela própria população em situação de rua quando esta decide, apesar e a partir das intempéries e por meio da sua militância, chegar a

uma terceira margem no rio da cidade im/possível. Perceber que se pode ser nem excluídos, nem incluídos, mas em processo de autonomização de sua própria vida.

Adiante, refletiremos como esse conflito entre cidade e população em situação de rua pode ser problematizado a partir de sua relação com o capital e com o agenciamento de poderes que arranjam os territórios da pólis, visando sua função econômica. Igualmente, como este segmento populacional pode, a partir de sua relação singular com a cidade, criar outros circuitos de desvios da lógica do capital e apontar para novos modos de sentir.

III. II. Que Cidade? Um espaço para além dos muros.

Magnani (2002) descreve que os estudos sobre cidade tendem a abordar o impacto dos processos de urbanização que incorrem sobre ela. Aponta que dentre tais impactos existem aspectos desagregadores, tais como sistema de transporte colapsado, déficit no saneamento básico, a falta de moradia, a concentração e desproporcional distribuição dos serviços e equipamentos, aumento dos níveis de poluição e violência. São características das grandes cidades de países emergentes, provenientes de fatores desordenados de desenvolvimento e frutos do capitalismo selvagem.

O autor sublinha que tais aspectos levam a um efeito na cultura urbana: danos aos espaços e serviços públicos que desembocam na privatização da vida coletiva, segregação, fuga do contato com o outro, encerramento em lugares e redes sociais restritos, contextos de violência. São cidades que funcionam não apenas conforme sua função, mas também de acordo com os equipamentos e instituições que tornam possível sua lógica de funcionamento, ou seja, são partes constitutivas de tais aspectos desagregadores. Tal como

caracterizada por Magnani (2002), a cidade pode ser um berço fértil para o estabelecimento de frutos maduros para o capital, onde o crescimento e desenvolvimento da metrópole se transformam em restrições e separações nas relações sociais, tanto dos recursos utilizados por seus moradores, quanto pelo contato entre eles.

Em sua *Aula de 11 de janeiro de 1978*, Foucault (2008a) se utiliza do exemplo da cidade como espaço em que a disciplina é constantemente engendrada para fins do desenvolvimento de um território capitalizável e de controle da circulação e trânsito interno, exercendo um poder sobre a vida através da biopolítica. Descreve como a cidade se caracteriza por uma especificidade jurídica e administrativa que a isola de forma singular com relação a outras extensões, caracterizando-se por possuir uma distinção econômica e social acentuada em relação ao campo. As relações da cidade com seu entorno, suas trocas econômicas e comerciais encerra a cidade em um problema de circulação; “(...) o problema da cidade era essencial e fundamentalmente um problema de circulação” (Foucault, 2008a, p. 18).

A partir desse panorama, o deslocamento em direção às cidades se dá de maneira exponencial, na procura de atendimento às necessidades básicas por meio da busca de emprego e trabalho que vêm a crescer nos grandes centros urbanos. Desse modo, o fluxo migratório para as metrópoles condensa um monte populacional que permanece sem serviços públicos necessários para a manutenção da vida. A população em situação de rua fica assim compondo o cenário das grandes cidades, como um produto secundário do sistema capitalista, contudo não como cidadãos, mas como não sujeitos, pormenorizados e sendo mira de preconceitos. Assim, “a população que faz do espaço das ruas seu modo de

morar e sobreviver se dilui no cotidiano das cidades de acordo com suas necessidades mais emergentes: abrigo e alimentação” (Pizzato, 2012, p. 75).

Nesse sentido, podemos pensar que a constituição de uma cidade implica, necessariamente, numa alteridade com relação ao seu espaço exterior e tudo que vem dele. Ou seja, uma cidade se mantém através de resistências interiores, seja através de muros ou de sua lógica discursiva, econômicas e suas ações governamentais, para com os problemas que podem invadi-la. Esta lógica vai configurando a cidade e estabelecendo espaços e campos de tensão que esbarram no ordenamento da cidade como um território capitalizável. Aqueles fora da ordem capitalista permanecem também fora das relações das cidades, ainda que estejam dentro dela.

Para Foucault (2008a, p. 19), tal relação entre capital e território é necessariamente uma relação estética e simbólica. Portanto, a capital deve ser necessariamente o ornamento do território, algo preeminente com relação ao campo. “Mas deve ser também uma relação política”, na medida em que suas leis alcancem toda a extensão de seu território. Ou seja, a medida em que a cidade se separa e se distingue espacialmente do campo, ela se estende a ele e o alcança por meio da política e da lei.

Foucault (2008a, p. 23) aponta para a constituição da cidade como um espaço que é vazio e fechado, no qual são edificadas as multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o “tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio”. Trata-se de capitalizar um território, arquitetar um espaço, simbólico ou estrutural. Espaço no qual em seu interior “a disciplina é da ordem do edifício”.

Podemos entender a partir de Foucault que a cidade se faz em torno das possibilidades de seus recursos. Ali onde há viabilidade comercial é onde encontraremos os limites citadinos. Para além dos recursos materiais, os recursos simbólicos e políticos também edificam e mantêm as bases de uma cidade. A cidade é, portanto, a capital do capital. Desse modo, podemos verificar o desenvolvimento da cidade de Natal e a construção de seu território intrinsecamente relacionado com determinado projeto de cidade. Uma capital turística arquitetada para receber em suas ruas e avenidas indivíduos que possam consumir tais investimentos. Assim como a cidade foucaultiana que é projetada com função de permitir um alargamento de seus comércios, Natal é territorializada para fins de um espantoso plano rentável. E para isso é necessário que se demarque os espaços de uso da cidade, assegurando sua utilidade turística e delimitando espaços urbanos.

Um exemplar dessa relação entre territórios e delimitação de espaços ocorreu em janeiro de 2015, quando é protocolado junto ao gabinete da Prefeitura Municipal de Natal um abaixo-assinado por parte dos comerciantes e residentes da Av. Princesa Isabel, solicitando a retirada do Albergue Municipal do referido local. Os assinantes alegavam o aumento da quantidade de crimes no local após a instalação do serviço (Carta Potiguar, 2015), dado não confirmado pelos órgãos responsáveis.

Assim, a partir da caracterização da oferta dos serviços dispensados a tal população, bem como dos recortes dos noticiários antes mostrados, podemos ter um vislumbre do retrato do *modus operandi* da capital com relação à sua população das ruas, nos pondo a pensar exatamente no exercício de um tratamento disciplinar que opera como lógica à arranjar os espaços da cidade, configurando e reconfigurando modos de relação da capital - e do capital - com tal público, o instituindo como um seguimento marginalizado, bem

como o território do qual faz uso. O capital, representado no caso acima citado pelo agenciamento dos comerciantes, ignora os sem lugar, restringindo o espaço da rua Princesa Isabel, como espaço passível apenas à capitalização. Ribeiro e Baptista (2016) dirão que as cidades impulsionam modos de viver adequados ao corpo tutelado pela ordem da urbe, contudo, quando algo escapa a essa ordem, os corpos são tomados pela causalidade do espanto.

Todavia, para além do crescimento das cidades apresentar fatores de desagregação e de ensimesmamento, Magnani (2002) aponta para características que surgem e podem permitir a criação de novas formas de troca e mesmo de espaços abertos à sociabilidade e para rituais da vida pública. Apresenta a categoria *circuito* para tratar de regimes de trocas e encontros em um contexto amplo e diverso de cidade, possibilitando novos lugares de circulação que podem, inclusive, transpor as fronteiras da cidade.

Semelhantemente, Foucault (2004) destaca que na medida em que existem forças que operam no sentido de dominação, adestramento, controle da vida, há também o seu contrário, forças de resistências, modos de produção de vida que se opõem ao jogo do poder, e que, em certa medida, podem utilizá-lo de forma a produzir novas subjetividades.

Igualmente refletem Berino e Baptista (2007) sobre a diversidade nas cidades e sobre a potência que existe no encontro do contato com ela e de sua inclusão, apontando que é preciso dar importância para o reconhecimento das diferenças para além de um fim em si mesmo, pois se trata do estabelecimento de resistência no interior dos movimentos sociais, bem como um trabalho do poder. Chamam a atenção para essa dificuldade, sem, contudo, desconsiderar sua potência: "O diverso brilha nas cidades contemporâneas ofuscando a possível incompatibilidade entre tolerância e solidariedade. Tolerar-se o outro mas

decretamos a sina predestinada da sua diferença impossibilitada de ultrapassar suas fronteiras" (p. 149).

Diante dessas considerações, podemos nos questionar se o próprio modo de relacionamento da população em situação de rua com a cidade pode, de certo modo, inaugurar novos circuitos, na medida em que circulam por ela de modo diferente, se arranjam no espaço urbano numa fronteira tênue entre o público e o privado, estabelecendo padrões de troca e de experiências que, apesar de duras em seu cotidiano, escapam a lógica pretendida a uma cidade turística como Natal, perfazendo suas linhas e inaugurando outros lugares. Mesmo que o diferente cause estranhamentos, há que insistir nele pela via da inclusão. Estabelecendo na lógica da cidade pontos de contato com o dessemelhante, numa perspectiva de inauguração de novas narrativas, como aponta Berino e Baptista (2007) quando escrevem que o contato com o diferente desestabiliza nossas histórias de vida, nos impelindo a criar novas narrativas.

Entendendo privado e público diferente de um antagonismo, como propõe Magnani (2010), sem nenhuma redução em relação a lugar e ocupação, pois não operam de maneira unívoca, uma vez que, tanto privado quanto o público possuem nuances e modulações que não permite sua delimitação. Uma calçada, usando o exemplo da população em situação de rua, pode ser o mais público que uma pessoa com casa pode ter entre sua residência e a rua, mas a mesma calçada, à noite, pode se converter no lugar mais privado para alguém que dela faça cama.

Aqui, podemos considerar que a comunidade junto aos movimentos sociais possui importante papel como protagonista na luta e conquista dos direitos e na realização de uma cidade mais igualitária. O modo como a visibilidade da população em situação de rua se dá e

sua organização enquanto corpo político aponta para isso. Assim, a produção do espaço público e da relação desse segmento com a cidade pode ser discernida a partir de sua força política. Como nos brinda Luis Antonio Baptista em *A Cidade dos Sábios*:

Essas lutas nos apresentam as tramas de um humanismo que, temendo o inesperado e o caos, aciona modos de morar, modos de sentir, modos de calar, em que seus atores são fadados a representar uma completude enraizada ou então uma frágil e desnorteada modalidade de existir. Nessas lutas, o silêncio nem sempre é oposto, pois o lixo não só aduba, mas envenena e interpela a astúcia do urbano (Baptista, 1999, p. 107).

Ocupar o espaço público pela via da militância gera novas possibilidades de mudanças às vidas desses sujeitos e do urbano a sua volta, apontando para suas modalidades de existir. Interpelar a cidade, questionar seu *modus operandi* no tratamento para com esse segmento populacional, fazer frente ao discurso comum do urbano é se opor ao lugar de descartáveis urbanos. A ocupação desse espaço e do debate público pela população em situação de rua aponta para a conquista de um novo território que se faz político, para a apropriação de um espaço que extrapola os limites da cidade e seus muros, mas que, a partir desse espaço, o político, produz e reproduz o seu lugar na cidade, na medida em que é na cidade que sua organização política ocorre e que é pelo direito ao seu acesso que se luta.

IV - Movimentos sociais, militância política e produção de subjetividade

Neste capítulo, iremos nos debruçar brevemente sobre as peculiaridades das produções dos movimentos sociais, sua atuação e força enquanto organismo social capaz de produzir efeitos de mudanças na ordem política, pois que é, senão, organismo político. Apresentar algumas reflexões acerca da produção de subjetividade no âmbito dos movimentos sociais e como podem ser instigadas a partir da militância política. Igualmente, num segundo bloco, apresentar o surgimento do MNPR como movimento político e sua atuação no Brasil.

Corrêa e Almeida (2015) citam Monteiro (2009) para discernir uma psicopolítica dos movimentos sociais, que requer a definição desses dois conceitos, Psicologia Política e movimentos sociais. A Psicologia Política estaria em construção conceitual seguindo três caminhos; por meio da inter-relação entre os campos Psicologia e Política, que se utiliza de conceitos psicológicos para explicar contextos políticos; o segundo seria através da definição de um novo campo disciplinar, pela fusão da psicologia com a política, com fundamentos teóricos metodológicos próprios; e por fim, a proposição de um espaço multidisciplinar que visa analisar e explicar os fenômenos da vida pública, apontando para as organizações sociais da vida, os mecanismos de poder que nela operam, focando nos espaços comunicativos, persuasivos e de força que transitam neste campo.

Machado (2013) salienta que a luta política não deve se confundir com o adestramento do ativismo, nem com qualquer violência ou terrorismo. A subjetivação política deve sim ser considerada a partir das lutas sociais, compreendendo seu posicionamento sensível frente as diversas maneiras de ser e de estar no mundo. Que não

seja limitado apenas à produção de leis e regulamentos ou políticas públicas, mas que passe antes pela afirmação de uma comunidade política ou pela emancipação dos sujeitos políticos que assim se admitirem. Fundamentado em Rancière (2010), Machado (2013) aponta para a importância de se recuperar a subjetivação e os sujeitos políticos forjando processos de mudanças em suas realidades. A política advém das relações sociais, através da maneira como os indivíduos dão sentido as suas experiências, demarcando assim a relevância da esfera local. Assim, Rancière aponta para a localidade da manifestação política, apesar da expansão e alargamento da conexão mundial, o universal da política é sempre local. A política é a universalização da construção singular dos litígios. Em sua especificidade, a política é sempre inédita, sempre localizada e impremeditada.

Prado e Costa (2009) assinalam que durante um primeiro tempo a psicologia política se prestou dos movimentos sociais para produzir teorias psicologizantes sobre eles, como é o caso de Gustav Le bon e Sigmund Freud, que anunciaram a complexidade das formações coletivas evidenciando pouca simpatia em relação às massas. Fazia-se uma “psicologia das massas” patologizante, deslegitimando, até certo grau, alguns fenômenos de massa, inserindo uma dimensão subjetiva nos movimentos sociais que necessitam ser repensadas.

Os autores descrevem que é preciso entender que os movimentos sociais surgem concomitante com rupturas sociais nos séculos XIX e XX na Europa Ocidental e na América do Norte, junto ao surgimento e desenvolvimento também das Ciências Sociais. Assim, investigações sobre as massas, classes sociais, multidões e ações coletivas são investidas, criando-se teorias para explicação de tais fenômenos. Nesse período, Gabriel Tarde e Gustave Le Bon explicam os movimentos sociais como um produto da desorganização social e da patologia psicológica. Já nas décadas de 1940 e 1960, nos Estados Unidos,

igualmente ocorre uma repetição do binômio patologia psicológica e desorganização social para explicação do fenômeno dos movimentos sociais, considerando-os como anomalias sociais (Corrêa e Almeida, 2015).

Gohn (2010; 2012) aponta que no presente século, os atores que compõem os movimentos sociais se apresentam de nova maneira, pois possuem capacidade de dar repercussão global às suas ações, não apenas pelo uso da tecnologia, mas pela composição dos movimentos que aderem formas ativistas internacionais, a exemplo do Anonymous e Black Blocs – em pequena escala – que tiveram participação nas jornadas de junho de 2013⁷ em nosso país. As ações dos movimentos ganham força transnacional, apoiadas em entidades civis modernas, fóruns, conselhos e câmaras de participação e ligadas à ONGs, associações, movimentos e entidades. A autora assinala a importância de investigar a natureza e o sentido que há nas ações coletivas advindas dos movimentos sociais, uma vez que se diferenciam ora por apresentarem caráter emancipatório e gerador de mudanças, ora por serem movimentos integrativos de atitude conservadora.

Para a autora, os movimentos sociais no Brasil passam a atuar de maneira a desvincular-se dos movimentos coletivos dos anos 1970 e 1980, ligados à pressupostos ideológicos e políticos, e acabam se voltando mais aos vínculos sociais comunitários organizados segundo gênero, faixa etária, questões raciais e de etnias, religiosas, etc., que passam a compor um novo campo no associativismo brasileiro, que lutam contra projetos de políticas públicas que ameaçam seus direitos e suas condições de trabalho e vida. Desse modo, caracteriza as associações civis organizadas em redes, subdividindo-as em três

⁷ As jornadas de junho de 2013 é um termo utilizado para designar a onda de protestos que ocorreram no país naquele ano. Teve início em São Paulo, através de protestos contra o aumento da passagem do transporte público, sendo em seguida espalhado por diversas capitais do Brasil. Trata-se de uma série de manifestações de ruas que se configuraram como a maior do país.

grandes blocos: 1) movimentos e ações de grupos identitários que lutam por seus direitos; 2) movimentos e organizações de luta por melhores condições de trabalho e; 3) movimentos globais ou globalizantes (Gohn, 2010; Gohn, 2012).

Gohn (2012) percebe os movimentos sociais como grupos que se relacionam e geram efeitos de mutação e transformação social, tendo como pauta o entendimento sobre seus direitos e sua cidadania. Não se trata de uma cidadania individual, mas coletiva, que se produz no e pelo processo de luta. A prática dessa cidadania coletiva criada no interior dos grupos sociais, se manifesta através do reconhecimento e do enfrentamento das ameaças a sua consolidação.

Sobre a prática da militância, Vinadé e Guareschi (2007) descrevem que a militância pode entrar na vida das pessoas como uma via pela qual encontram a possibilidade de exercer-se enquanto sujeito, de ser o que se é. Os militantes demonstram não encontrarem no mundo um lugar para existirem como são, buscando no interior dos movimentos sociais e na militância um território onde isso seja possível. No contexto da sociedade capitalista e de um Estado mínimo que não atende as necessidades da população, essas pessoas se encontram desconfortadas em sua condição no mundo, o que as força a refletirem sobre suas condições de vida e questionarem sobre como podem se haver com tais inquietações. Essa “desacomodação” aparece como um disparador para a decisão no engajamento político. Portanto, para os autores:

Militar, hoje, é agir, é lutar, é estar imbuído do espírito coletivo, é criticar, contestar, não conformar-se com um mundo onde valores individuais, competitivos, narcísicos e de consumo comandam as subjetividades e as ações políticas. (p. 73).

Para o alcance da mudança social é necessário considerar que ela está intimamente relacionada às forças entre o universal e o particular, numa impossibilidade de optar por apenas um dos dois, nem o somente o universal nem só as demandas particulares, mas de considerar que as mudanças no social são equivalentes ao destino do universal e à pluralidade dos sujeitos políticos. Assim, na reflexão sobre luta política é preciso considerar que a questão importante para a democracia é tornar potente o discurso democrático em contextos diversos. Nesse sentido, os movimentos de esquerda têm tarefa importante no sentido de intensificar o discurso democrático, fazendo-o circular por toda a sociedade civil e igualmente fazendo-o chegar ao Estado, instituindo novos espaços políticos e lutando contra a concentração do poder (Costa e Prado, 2016).

E aqui devemos entender o poder como descreve Machado (2007) na introdução de *Microfísica do poder* de Foucault (1979), como algo não unitário nem global, mas como forças díspares, heterogêneas, que estão em constante mudança, portanto passíveis de transformação. O poder, assim entendido, não permanece como um objeto natural nem de posse somente do Estado, pelo contrário, é constituído por práticas sociais que, como tais, são construídas historicamente.

O poder para Foucault (1979) não teria apenas a força da proibição, mas antes, seu efeito circula em todo corpo social de forma contínua, ininterrupta, adaptada e individualizada. Ou seja, longe de representar a repressão proveniente de instâncias superiores, o poder está impregnado nos atos narrativos do corpo social, por isso mesmo ele se presentifica, não se dissolve, mostra sua potência. Nas palavras do próprio autor:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1979, p. 8).

O poder assim, estaria sim presente nas grandes corporações e no governo, se pensado num plano macro. Entretanto, Foucault coloca o poder em outro nível de funcionamento na esfera social, quando compreende o poder, principalmente, no âmbito das relações cotidianas, dos costumes, na família, na educação, nas escolas, no trabalho, etc. Esse modo de considerar o poder como o efeito das transversalidades do conjunto de formas, práticas, técnicas e funcionamentos, táticas e costumes, não nega a existência das classes e de suas lutas, mas, pelo contrário, as insere num quadro diferente, fazendo-as tomar parte da e na produção do que seria o poder, numa espécie de produção modesta de formas de se legitimar, posicionando seus personagens de modo outro no que seria pontos de enfrentamento, focos de instabilidades, incluindo as ameaças do embate, das lutas, a partir da subversão das relações de força.

A partir dessa compreensão de poder se evidencia que as lutas políticas podem se constituir como esferas nas quais a luta e a instituição de demandas comuns se caracterizam como pontos de referência para o exercício de poder. Fazer circular as pautas da militância e fazê-las saber pela sociedade e pelo Estado, permite - ainda que de forma molecular - que possam penetrar no discurso cotidiano da polis, circunscrevendo pontos de ruptura com o discurso instituído e articulando outros modos possíveis do exercício de poder. Sendo assim,

novas produções discursivas, não discursivas e práticas ganham espaço e visibilidade, permitindo a produção de subjetividade.

Precisamos a produção de subjetividade tal qual concebida por Guattari (1992), como uma subjetividade produzida por instâncias tanto individuais quanto coletivas e institucionais. Tratam-se de diferentes registros semióticos que influenciam para a produção da subjetividade, não necessariamente por relações hierárquicas, mas de forma plural e polifônica, desconectada de qualquer instância dominante de determinação com causalidade única. Na nossa compreensão, a produção de subjetividade parte da sensibilidade a tudo aquilo que diz respeito ao devir.

Para Guattari (1996) não pré-existe uma natureza humana que alcance a totalidade dos indivíduos, ou seja, uma estrutura psíquica dada, mas existiria sim uma subjetividade maquínica, algo da ordem do fabricável, moldável. Esta produção de subjetividade não está apenas submetida às ordens ideológicas, mas perpassa pela maneira como o indivíduo percebe o mundo, lida com o tecido urbano, com os processos de trabalho, com qualquer ordem social que faz suporte às forças de produção.

Nas palavras de Guattari (1992, p. 19) uma definição provisória e englobante de subjetividade seria: "o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva". Entendendo coletivo como "uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao socius, assim como alguém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos" (Guattari, 1992, p. 20).

Leite e Dimenstein (2010) refletem sobre o processo de produção de subjetividade no interior da militância do MST, apontando para a compreensão de que toda a força do gesto do militante, sua postura e a riqueza de seus símbolos agregam valor à jornada de luta do movimento. Ocorre a concepção de novas identidades, que perpassam pelos seus próprios elementos simbólicos, uma vez que marcam suas histórias e que ao longo das lutas podem ser ressignificados pela experiência da militância.

Tomando como exemplo um movimento desencadeado por estudantes chineses, Félix Guattari (1992) discerne que nele havia algo para além de apenas palavras de ordem de democratização política. Refere que as cargas afetivas ultrapassavam tal limite das reivindicações ideológicas. Trata-se de todo um estilo de vida, da totalidade de uma concepção das relações sociais, da construção de uma ética coletiva, que aí é colocada em questão.

Guattari (Guattari, F., 1992; Guattari, F., Rolnik, S. 1996) aponta que com a intensificação do capitalismo e dos modos de consumo, os indivíduos são engendrados por uma lógica de mercado, que tende a unificar a economia dos desejos numa massificação dos modos de se vestir, de se alimentar e até mesmo de se relacionar, sentir e amar. Tende-se para a fabricação, tal qual a lógica mercantil, da maneira como o homem contemporâneo experimenta e vive o mundo, bem como se relaciona consigo e com o outro. Estes seriam os modos maquínicos de produção de subjetividade, próprios do mundo contemporâneo capitalista e tecnológico. Guattari (1985) estabelece que a economia do desejo só pode subsistir mediante uma profunda modificação nas relações sociais em todos os níveis, uma transformação substitutiva às máquinas técnicas pelas máquinas desejanças, numa produção

do desenvolvimento de práticas analíticas e micropolíticas novas, inclusive relacionadas ao destino dos movimentos de luta das classes oprimidas.

Como modo de fazer resistência à fabricação maquínica de subjetividades massificadas, Guattari (1999) propõe a *revolução molecular*, entendida como *pequenas práticas de resistência* que se processam em meio as relações, no domínio da diferença e da diversidade. A revolução molecular produz pontos de ruptura e promove a abertura de espaços de singularização, por meio de devires minoritários, contudo, com potência em ato, privilegiando a identidade, seja no âmbito individual ou social cultural.

Castells (2006) define que para os atores sociais, identidade é o processo de construção de significado baseado em um traço cultural ou em um conjunto deles, que se inter-relacionam, colocando-se acima de outros significados. As identidades significam sentidos para os próprios atores, sendo construídas por um processo de individuação. Apesar de partirem de movimentos e instâncias dominantes, só são significadas se os atores sociais as internalizam, construindo o seu significado a partir daí, portanto envolvem autoconstrução e individuação.

Para o autor, a identidade coletiva é determinada pelo conteúdo simbólico que a representa, bem como pelo significado que possui para os que com ela se identificam ou não. A busca por esse significado passa pela reconstrução de identidades apoiadoras de princípios comuns, desse modo, a maioria das ações sociais giram em torno da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. Assim, a transformação social constitui sujeitos que não se formam com base em sociedades civis em desintegração, mas a partir de uma expansão da resistência comunal, gerando sujeitos transformacionais (Castells, 2006).

É preciso reconhecer o caráter identitário nas produções subjetivas dos movimentos políticos no intuito de superar a compreensão destes pela via do sujeito. Sujeito e identidade são experiências sociais históricas que se organizam dentro de lógicas diferentes, embora ambas se complementam. É a partir da identidade que os sujeitos tomam seus lugares de fala e que, portanto, fazem política. Desse modo, são as identidades dos sujeitos no interior dos movimentos políticos que criam as ações, a lógica de pertencimento a determinado grupo ou classe, bem como suas posições políticas (Prado e Costa, 2009).

Para os autores, os movimentos sociais são caracterizados por se constituírem dos “sem parcela” em contraposição ao poder hegemônico. Haveria uma produção de subjetividade por meio da inserção destes nos movimentos sociais, nos quais os “sem parcela” executariam uma série de atos de palavras, instituindo uma nova divisão do sensível, descobrindo-se como transgressores em relação à fala, passíveis de, a partir daí, firmar contratos e estabelecer novas perspectivas, reivindicando por serem contados. Essa compreensão do dano do sensível criado pelo militante como via de produção de subjetividade - militante tomado aqui como fazendo parte de um grupo e não como um sujeito particular - permite-o igualar-se aqueles concebidos como munidos da palavra, pressupondo uma divisão, porém igualitária, trazendo como escândalo “a igualdade de qualquer um com qualquer outro ser falante”, estabelecendo a partir daí uma cena comum no jogo político, na qual o militante se reconhece nas mesmas condições de ser falante e onde o interlocutor igualmente o *reconhece* como tal (Prado e Costa, 2009, p. 79).

Almeida (2015) considera a análise do processo de organização política da população em situação de rua delicada no tocante às condições extremas em que vivem e sua atuação política, que se faz consciente, fundamentada e revolucionária. Se temos presente as

dificuldades comuns à classe trabalhadora para o processo de organização política, que se depara com a precarização de suas condições de trabalho e com a crise do capitalismo, mesmo que suas condições básicas de vida estejam garantidas; o grau de dificuldade que enfrenta a população em situação de rua é consideravelmente maior, pois que enfrentam dificuldades básicas no comer, na saúde, na educação, no morar, no vestir-se, no viver. Portanto, a militância política coletiva desses sujeitos se coloca como uma oxigenação para as lutas de classes, legitimando a luta e fortalecendo um projeto de alcance da emancipação humana, na construção de um projeto hegemônico que coloque em xeque a ordem do capital.

IV.I. A Rua em movimento⁸: da rua à rua, do papelão ao avião⁹

Podemos melhor refletir sobre a militância da população em situação de rua no Brasil a partir de uma retomada das condições em que se deu o início dessa militância. Apontaremos a seguir como se deu o processo de organização política desse segmento até culminar na criação e consolidação do MNPR.

Pizzato (2012) refere que em meio a uma realidade contraditória no Brasil, iniciam embates de resistência e movimentos pela luta de direitos, principalmente durante o período da ditadura, exigindo um Estado que promovesse proteção social. Esse processo de lutas e mobilização popular foi intensamente marcado pela participação sindical, com grandes organizações públicas e articulada a movimentos sociais de diversos setores da sociedade, reivindicando garantias de direitos. Um desses movimentos, considerado inédito por Gohn (1997, apud Pizzato, 2012) foi o dos Moradores de Rua, que fazem parte de uma categoria

⁸ Recorte da fala de um dos entrevistados.

⁹ Recorte da fala de um dos entrevistados.

social vista anteriormente de maneira individual, por meio da filantropia, da prática da mendicância, mas que puderam se apropriar do caráter coletivo das lutas emancipatórias.

As primeiras iniciativas não governamentais de trabalhos endereçados para esse segmento remontam ao início dos anos 1950, em São Paulo, por meio das Irmãs Oblatas de São Bento, através da Organização do Auxílio Fraterno, começando por trabalhos no interior da instituição e depois, já nos anos 1970, com trabalhos executados junto aos moradores das ruas de São Paulo (Almeida, 2015).

Em 1970 é instituída a Pastoral do Povo da Rua, que até os anos 2000 executou ações direcionadas à população em situação de rua, as quais foram em sua maioria realizadas por entidades religiosas, com pouca intervenção do Estado, como a Lei Municipal 12.316 de 16 de abril de 1997, conhecida como a primeira lei do Brasil a regulamentar sobre direitos à população em situação de rua (Silva, 2010 apud Almeida, 2015).

Num resgate histórico, temos que, com relação a atuações voltadas à população em situação de rua o que predominava no Brasil eram ações com iniciativa de entidades religiosas caridosas e assistencialistas. Não havia por parte do Estado uma política voltada ao reconhecimento das necessidades desse público (Ferro, 2012; Silva, 2006). Antes da década de 90, as leis que existiam referente às pessoas da rua, eram leis que as criminalizavam e com intenções higienistas.

Segundo Silva (2006), ainda no fim dos anos 1980, ocorre em Belo Horizonte a abertura para o que seria um trabalho voltado às pessoas em situação de rua, por iniciativa da Pastoral de rua. É então na década de 1990 que se institui, por meio de uma lei municipal, o fórum da população de rua, formado por diversas entidades que apoiavam a população em seu processo de organização política. Com autoria da Vereadora Sposati, a lei é somente

instituída por pressão social, uma vez que ocorria em São Paulo fortes atuações higienistas, resultando num crescimento dos movimentos em favor dos direitos da população em situação de rua.

No Brasil, foi justamente na década de 1990 que saber sobre a população em situação de rua se tornou importante, reconhecer quais suas características, de onde vêm e quem são, bem como o modo como vivem tornou-se imprescindível. Assim, nas décadas seguintes as gestões municipais iniciaram um processo de pesquisas e modos de quantificar e qualificar essa população, com objetivo de promover estratégias de intervenção. Desse modo, se estabelece um novo modo de operar o governo sobre determinada população, pois passam a ser reconhecidos como pessoas destituídas de seus direitos, vítimas de um sistema que as oprime, não mais culpabilizados por suas mazelas (Lemões, 2016).

A formação de um movimento político por parte da própria população em situação de rua se dá com a organização política dos catadores de materiais recicláveis, que formam as primeiras associações e cooperativas de catadores, o que iria culminar no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (Almeida, 2015).

Ainda de acordo com Silva (2010, apud Almeida 2015), a população das ruas se mobiliza para o alcance de visibilidade perante o Estado, reivindicando em favor da precariedade das condições do viver nas ruas. O movimento vai tomando corpo e se associando aos debates nos fóruns e manifestações e em participação nos conselhos de Assistência. Conclui-se então que, no início do século XXI pouco existia em relação às reivindicações em favor da população em situação de rua e era quase inexistente sua participação política. As manifestações que existiam tinham teor religioso e ocorriam em poucas cidades. Contudo, é em 2001 que ocorre a “marcha à Brasília”, organizada pelo

movimento dos catadores de materiais recicláveis e onde há a participação de um número significativo de pessoas em situação de rua.

Santos (2012) corrobora com esse fato quando aponta que os primeiros passos para a composição do que seria o MNPR se deram em 2001, por meio da participação dos moradores de rua de São Paulo da “I Marcha Nacional da População de Rua”, ocorrida em Brasília. Ocasão em que várias pessoas em situação de rua estiveram presentes na marcha à Brasília, promovida pelos catadores de materiais recicláveis. Este foi, portanto, o primeiro evento de porte nacional em que a população em situação de rua se fez presente e que cuja a pauta se relacionava às suas demandas mais urgentes.

Sabemos, como já foi citado, que o estopim para o surgimento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR se deu como resposta à Chacina da Sé, ocorrida em 2004 na Praça da Sé, em São Paulo, e que vitimou quinze pessoas, sete delas brutalmente assassinadas e oito gravemente feridas. O ataque se deu por forças de defesa Estado, fato que expressa ainda mais a violência e opressão instituída pelos órgãos do governo. Movidos pela indignação após esse extermínio, organizações da população de rua de São Paulo e Belo Horizonte se consolidam e formam o MNPR.

Como detalha a Cartilha Para Formação Política do MNPR (2010)¹⁰, em setembro de 2005 outra vez entrecruza a história da população de rua e dos catadores de materiais recicláveis. Chamadas a participar do 4º Festival Lixo e Cidadania, o povo das ruas de Belo Horizonte se mobilizam e conclamam outros companheiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. Neste encontro é que houve o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), como expressão dessa participação organizada em várias

¹⁰ Arquivo consultado online, disponível em http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf, acesso em 16 de julho 2017.

cidades brasileiras. Atualmente, o MNPR se articula em 14 estados do país, são eles: Bahia, Minas Gerais; Paraná; Rio Grande do Sul; Espírito Santo; São Paulo; Rio de Janeiro; Pernambuco; Ceará; Distrito Federal, Maranhão, Goiás, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Como resultado dos protestos e reivindicações do MNPR, cria-se em 2006 pela Presidência da República do governo Lula, o Grupo de Trabalho Interministerial, com intuito de situar o debate sobre a população em situação de rua nas mais diversas áreas de atuação do governo no que tange a assistência nas áreas da saúde, educação, direitos humanos, habitação e cultura. Após três anos é instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua, através do Decreto Presidencial nº 7.053/2009. Como já citado, os dados para a construção da política se deu através Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, conduzida no período de agosto de 2007 a março de 2008 (Silva, 2012).

Dos princípios e objetivos apontados pela Política Nacional para População em Situação de Rua, citamos os seguintes:

Art. 5º I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais

e do Distrito Federal; IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

Art. 7º - São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua, (Brasil, 2009).

Como mostrado através da sua constituição enquanto movimento social, o MNPR exibiu assim sua potência de interferência por meio da sua luta no âmbito social e político, modificando toda uma conjuntura política, num contexto específico de um governo que se mostrou atento às suas demandas. Oportunidade em que se fez presente enquanto corpo político capaz de provocar tais garantias legais para todo o seguimento.

A partir da experiência de campo, pude constatar que o MNPR Natal é constituído por pessoas em situação de rua que objetivam o tensionamento político na busca pela garantia dos direitos já adquiridos, bem como pela luta na conquista de novas políticas públicas que possam garantir dignidade a essa parcela da população. É composto por militantes de base do movimento, e possui um coordenador, que o representa em cada estado. Também pude ver que participam como colaboradores do movimento entidades

filantrópicas e religiosas, alunos de cursos de graduação por meio de projetos de extensão e pesquisa, professores de universidades públicas e privadas, alunos de pós-graduação, etc.

Na Carta de Princípios do MNPR o movimento institui os pontos que devem guiar suas principais ações. A construção dos seus princípios deu-se conforme suas experiências e deve estender-se em todo território nacional, devendo igualmente ser alvo de todo coletivo.

São os princípios:

- Escuta às bases: todas as decisões importantes precisarão ter sido conversadas e asseguradas uma ação voltada a todos e não somente uma decisão da coordenação nacional;

- Democracia direta: princípio adotado para garantir que todas as decisões sejam tomadas após discussão, priorizando o consenso e caso haja necessidade, adotar o processo de votação;

- Ação direta: que as ações do movimento sejam de sua autoria e responsabilidade, respeitando as decisões coletivas, salvo quando necessário ouvir parceiros e colaboradores;

- Ser apartidário: princípio indispensável à unidade do movimento, garantindo a autonomia e a liberdade de expressão, o apartidarismo citado, também se aplica a outros grupos como igrejas, fundações e outros, podem-se estabelecer parcerias, mas nunca filiações;

- Apoio mútuo interno: deve-se priorizar a união e a solidariedade entre o movimento e seus membros;

- Solidariedade com as causas sociais: o velho ditado “unidos venceremos”, para o MNPR significa não realizar a luta sozinho, assim como buscar saídas para os problemas vividos por quem se encontra em situação de rua, outros grupos sociais encampam lutas em defesa de suas causas, por isso o MNPR acredita na união desses grupos para se conseguir a

vitória diante desse sistema opressor que opera em nosso país, por isso o MNPR tem a solidariedade com as causas sociais como princípio;

- Não violência: o movimento se coloca como movimento de luta de forma pacífica e democrática, em suas ações preserva sempre o patrimônio público, e jamais encampa ações que incitem a violência física ou verbal;

- Honestidade e transparência: entre as lideranças do MNPR e no repasse das informações públicas aos demais membros do movimento;

- Compromisso pessoal: o movimento acontece na medida em que cada membro se esforça e se empenha na sua realização e se compromete com a causa dele;

- Igualdade: o movimento reconhece os direitos de cidadania de todas as pessoas, respeitando a diversidade religiosa, orientação sexual, de gênero e etnias;

- Justiça: lutar contra os preconceitos e toda forma de discriminação social, restaurar os direitos violados, preservando a dignidade de cada morador de rua e combater toda forma de desigualdades;

- Controle social: monitorar as políticas pública visando o controle das ações governamentais para que não aconteçam políticas excludentes e higienistas.

Assim, por meio da atuação do MNPR, a população em situação de rua que ao longo da história é desdenhada pelo Estado e por parte da sociedade, inicia um processo de consolidação de um outro lugar na relação com o Estado, reivindicando um modo diferente que opere por outra lógica que não a do assistencialismo. Com isso, as ações a esse público se descaracterizam por serem apenas caridosas, passando a ser exigidas como garantias do Estado, considerando à população em situação de rua o reconhecimento de sua posição de sujeitos de direito.

V – O MNPR na cidade do Natal: “Vais encontrar o mundo. Coragem para a luta”¹¹

V.I. “Crônicas de Saudade”¹²

Iniciarei este capítulo destacando a constituição do Movimento Nacional da População em Situação de Rua na cidade de Natal. Para isso, me servirei pouco de uma biografia já desenvolvida sobre o assunto, mas principalmente, dos relatos obtidos da minha experiência de campo, a partir das entrevistas e do que, a partir daí, foi registrado em diário de campo, construindo assim uma costura cartográfica do desenrolar da fundação do MNPR/RN e da sua caracterização e funcionamento em Natal. As recordações e impressões vividas por nossos entrevistados reconstruirão com destreza o desenho que pretendemos, pois serão expostas a partir de seus pontos de vistas subjetivos. Portanto, o texto inicial adquirirá um caráter memorialista, sob a perspectiva dos que vivenciaram tal evento, num recorte entre biografia e passado contado em flashback. Recorro à memória dos atores sociais, pois é justamente suas histórias em relação a militância que contamos. Será por meio de suas indicações temporais que nos situaremos cronologicamente em alguns acontecimentos marcantes, permitindo até um acompanhamento da construção e produção de sua subjetividade, a partir das narrações das experiências lembradas. Para maior fluidez na leitura, a fala dos entrevistados seguirá em destaque com letra itálica, sem aspas ou uma menção

¹¹ Fala do pai de Sérgio à porta do colégio interno no romance introspectivo e realístico de Raul Pompéia (1863-1895), O Atheneu.

¹² Subtítulo do livro O Atheneu. A escolha por esse título faz alusão aos afetos que se fizeram presente na entrevista com o ator social que, no contexto no MNPR Natal, foi escolhido democraticamente como seu representante. A emoção durante o relato da recordação deste período que remonta ao início do MNPR no RN, foi constante na atmosfera da conversa com Vanilson.

direta anterior a transcrição, para que seu texto se misture ao do pesquisador, criando o que um texto cartográfico.

As experiências cartográficas irão se desenvolvendo no decorrer do capítulo, assim como a análise dos dados, tal como já está sendo desenvolvido desde o início do texto dissertativo, pois que numa cartografia, engessar a análise dos dados em um único capítulo não permite a fluidez que tal perspectiva pretende e oferece, sendo justamente por causa dessa disponibilidade fluida e processual que optamos pela escolha cartográfica enquanto perspectiva.

Foucault (2008b) atenta sobre o risco de querer encontrar a verdade do acontecimento, assinalando-a na ordem do discurso, uma vez que isso seria impossível, pois há sempre algo originário, secreto, do qual não podemos alcançar por inteiro. Não cabe, portanto, retroceder na busca de uma cronologia originária, mas, sobretudo, perceber o que de *já-dito*, o que de articulado aos enunciados e memórias dos atores podem anunciar das relações que se estabeleceram para a configuração do MNPR/RN.

No processo da memória está presente a dialética entre ausência e presença, estando aí sua riqueza e sua fragilidade, pois o interlocutor que faz uso da memória para ilustrar seu discurso se remete sempre a falta do objeto de que fala. Assim, a representação está ligada ao esforço de presentificação do que já não está, num entrelaçamento entre lembrança e esquecimento. Contudo, o que se fala é o que fica, quais aspectos do que já passou marcou o narrador. Nesse jogo entre lembrança e esquecimento, o registro histórico perfaz uma narrativa de esquecimentos, falhas, deslocamentos, regulação, que são acionados de acordo com a ideologia do sujeito. Há, portanto, um conjunto de forças que ora regularizam os sentidos, ora os desestabilizam, promovendo significações (Lavorati, 2015).

Em Natal (RN), por meio do IV Seminário de Direitos Humanos, ocorrido no dia 12 de outubro de 2012 no bairro da Ribeira, é que nasce os primórdios do que seria o MNPR e sua atuação na cidade. O seminário foi uma realização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, organizado pelo Centro de Referências em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) com colaboração de outras entidades. Levava o tema “Vivências de rua: sou invisível pra você? ”. Tratava-se de um evento voltado para a população em situação de rua da cidade e já intuía a instituição do MNPR no município. Contou com a presença da coordenação nacional do MNPR, que naquele dia, já circulava pela população presente diligenciando por uma possível liderança para o movimento no RN. Foi então que, durante o evento, um representante foi eleito democraticamente dentre os populares em situação de rua participantes do seminário, para uma atividade em Brasília, com o objetivo de participar de um curso de formação de lideranças (Almeida, 2015; Bezerra, 2014).

Este momento foi narrado por um dos entrevistados e penso ser de extrema relevância trazer aqui sua narrativa cheia de brilho sobre a vivência deste dia memorável, que desperta nele, ainda hoje, muitos afetos. Nosso narrador é o mesmo que despertou-me o interesse sobre a população em situação de rua e sua militância, foi através do contato com a energia da voz de Vanilson que as primeiras ideias sobre essa pesquisa nasceu.

Antes do dia daquele seminário de 12 de outubro de 2012, no mesmo ano, Vanilson havia participado de uma eleição fictícia, promovida pelos servidores do Albergue Municipal, na qual foi eleito o “prefeito do albergue”. Na ocasião, ele tinha preparado uma paródia que usava como parte de sua campanha para concorrer ao cargo. Vanilson viu naquela noite do IV Seminário de Direitos Humanos a oportunidade de cantar sua paródia:

Eu não sei se nós podemos cantar a paródia aqui. (...) O nome da paródia é "Vote e Acerte" em alusão a "Morango do Nordeste", aquela música de Lairton dos Teclados, né? E começa mais ou menos assim - começa a bater em algo para fazer ritmo e cantar - "Estava indeciso quando ele apareceu. Vanilson prefeito, o povo o escolheu. O povo de Natal já sofreu demais. Essa é a hora de correr atrás, essa é a hora de correr atrás, essa é a hora de correr atrás. Você só sofreu porque você votou, na pessoa errada no mal gestor. Muita gente fala eu não voto mais, vote consciente você é capaz. Eu digo que o voto significa para mim, ele pode mudar o Brasil e o nordeste, exerça seu voto, vote em quem merece. Apesar de existir sete bilhões de pessoa na terra, sem o seu voto o Brasil emperra. Ai, vou votar. Ai, ai, ai, vou votar, vinte e um para mudar."

Após cantar a música, a L. automaticamente disse: "população de rua do RN"... Eu me arrepio, entre aspas aqui porque, ao lembrar da L. eu lembro de toda a minha história enquanto movimento, né? A L. foi uma grande mulher, é uma grande mulher, que eu sei que ela estará conosco em nossas lutas, (...) e onde ela estiver. (...) E aí a L. lançou a ideia para população de rua local aqui de Natal e disse: "olha, vocês têm que escolher um representante, para representar a população de rua na região do RN num curso de capacitação de lideranças do Movimento Nacional da População de Rua em Brasília, pelo Ministério da Saúde". E aí a galera começou a gritar: "Prefeito! É prefeito! Prefeito! Prefeito!" Me escolhendo enquanto representante dessa população. Ora! Eu não tinha ideia da dimensão do que seria aquilo!

Sem imaginar (...) que após cantar aquela paródia (...) tudo iria mudar em nossas vidas enquanto população de rua do RN, ou enquanto movimento aqui no RN, ou

enquanto pessoa mesmo.

No dia dez de dezembro de dois mil e doze, dia mundial dos direitos humanos, nós estávamos dentro de um voo da LATAM. (...) Foi ali que eu me dei conta Ezra, do quão grande era essa missão. Eu estava saindo de um papelão e estava indo dentro de um avião para uma viagem, para uma formação política com formação de lideranças do movimento. (Enunciado de Vanilson, 2018)

Após essa primeira viagem para a sua formação política, Vanilson foi para mais um encontro realizado anualmente com a Presidência da República, no período do natal, ocorrida na cidade de São Paulo naquele ano (Almeida, 2015). Posteriormente, Vanilson, que continua sendo o coordenador do MNPR local no ano corrente (2018), seguiu junto com outros colegas de militância do MNPR de Natal para tantas outras viagens de formação política, bem como de atividades envolvendo a militância, como congressos, audiências, reuniões, seminários, encontros com a coordenação nacional e etc.

Tudo graças àquela brincadeira que um grupo técnico de um serviço de acolhimento fez, em dois mil e doze, (...) foi através de uma brincadeira, de uma eleição, que nós hoje estamos aqui na militância do Movimento Nacional da População de Rua no RN e a nível nacional. (Enunciado de Vanilson, 2018)

A ousadia e disposição do coordenador em aceitar tal posto e se colocar como mediador local para a constituição do MNPR/RN, mesmo sem saber ao certo *em que estava me metendo e quais seriam as implicações disso*, aponta para uma identificação com a

realidade do viver nas ruas e com as adversidades dessa condição, na qual viveu durante vinte e sete anos. Sua identificação inicial foi com a própria condição de estar nas ruas, ou seja, identificação com a identidade oprimida da população em situação de rua. Mas isso somente não é suficiente para essa virada emblemática de pessoa em situação de rua para militante dessa causa, há que se expandir essa experiência e construir o sentimento de transformação social como prolongamento desse projeto de identidade. Passa-se de indivíduo para sujeito, como descreve Castells (2006, p. 26), “Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”. A experiência do indivíduo precisa ganhar esta relevância coletiva, para que este se articule enquanto sujeito coletivo, representante dessa experiência, mas não só isso, apontando igualmente para um projeto de construção de modos de enfrentamento orientados para a mudança.

Através das participações dos militantes nos mais diversos eventos relacionados ao MNPR em âmbito nacional – que deu início com o coordenador local, mas que depois puderam ser experienciadas por outros militantes potiguares, bem como por outros coordenadores, a partir da coordenação colegiada – estes se muniram de diversos conhecimentos de formação e participação política, com relação a atuação do movimento em outras capitais, seus alcances em seus respectivos estados, seus enfrentamentos, principais pautas e conquistas, possibilitando a tradução e adaptação dessas experiência para a organização das lutas em terras natalenses, mobilizando o movimento local a refletir e atuar em direção de tais conquistas, fazendo os militantes vislumbrarem até mesmo o desempenho de funções e papéis nas políticas de atendimento para a população em situação de rua a partir dessas experiências vividas em outros estados.

Em Minas Gerais o que eu aprendi sabe o que foi? Que lá o que eu achei legal é que os moradores de rua têm auxílio moradia e tem uma que é assistente, é educadora popular, tudo isso falta aqui. Por que, assim, digamos, se eu, se caso tivesse essa política aqui, eu daria uma educadora popular ótima. Não é não? (...). Eu penso em ser uma educadora. Dá certo (Enunciado de Marcela, 2016)

Essas vivências e contatos com as realidades e organização do movimento em outros estados, propiciam e incrementam novas experiências ao repertório de lutas dos militantes, tornando mais amplo e diversos o campo político em que as reivindicações se manifestam, permitindo que uma ampliação da visão política dos atores em relação aos enfrentamentos do grupo ao qual pertence seja consolidada. Como por exemplo, a questão da discussão sobre gênero e a situação de rua, questão que tem sido levantada e refletida no MNPR/RN a partir da aproximação da questão problematizada em âmbito nacional, uma vez que a realidade das ruas é ainda mais difícil, no tocante a vulnerabilidade, no que diz respeito à mulher e ao público LGBT.

Refletindo a realidade nacional, o MNPR/RN é caracteristicamente composto por maioria de homens, havendo minoria de mulheres, não impossibilitando, contudo, que algumas desempenhem participação ativa, inclusive tomando a frente de discussões como a pauta de gênero relacionada às mulheres e LGBT's em situação de rua, havendo igualmente pessoas que se identificam como sendo LGBT's que integram o movimento.

Essa dinâmica transversal que implica na inclusão de pautas que consideram a reflexão acerca das minorias presentes no próprio grupo representado pelo movimento,

refletem o modo como este vem adquirindo identidade própria, impulsionado pelas violações que ocorrem na realidade do viver nas ruas, compreendendo e considerando que entre os que estão em situação de rua há também os mais vulneráveis à violências e riscos, como as mulheres e a população LGBT, o que impulsiona o movimento a se posicionar em relação ao tema, colocando-o dentre as suas pautas. Isto aponta para uma posição ética e política do movimento, que considera os conflitos sociais e as manifestações contemporâneas de violações, se organizando em ações coletivas direcionadas à sua consideração pelo poder público.

V.II - Companheiro de luta: O CRDH como propulsor do MNPR/RN, algumas considerações

Uma parceria que se deu desde o início do MNPR/RN e que vem contribuindo para sua consolidação e crescimento na capital potiguar, ocorre com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte por meio de formação política através de cursos, de projetos de extensão, participação de professores e alunos de cursos como psicologia, serviço social, pedagogia e enfermagem e etc. São profissionais e estudantes que participam, tanto com pesquisas relacionadas ao movimento como atuando junto à expansão do MNPR/RN. Desde sua fundação, o MNPR/RN permanece com a parceria com o CRDH/UFRN, que vem desenvolvendo diversos espaços de formação, acompanhamento, e suporte ao movimento, por meio de cursos de formação política e mesmo através de realização de Seminários com fundos conseguidos por meio de editais de atividades de extensão.

A formação e engajamento de alguns populares na militância se deu através dessa parceria. Mediante os cursos de formação política articulados pelo CRDH, o movimento ganhou corpo e pôde ir se consolidando. Algumas falas apontam para a importância dessa parceria.

Aí comecei a frequentar as reuniões, aí fiz a formação, participei da formação política, foi um ano a formação política com o CRDH, então foi muito irado, assim, muito irado mesmo, me abriu o olhar também pra outras coisas que eu não tinha e aí quando eu vi, eu já estava na coordenação. (Enunciado de Luanda, 2017)

Ou quando em outro relato essa parceria desemboca no engajamento militante:

O Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN (...) já tinha um trabalho com a população de rua, o CRDH, mas não sabia como exercer esse trabalho ou como se aproximar, e aí fizeram um evento, é, Vivências de Rua, População de Rua: Somos invisíveis para você? Perguntava (...) o slogan. Isso foi no dia vinte e três de outubro, esse evento, na praça da Ribeira, na praça Augusto Severo, (...) eu fui para lá e de repente através de uma história que é longa que eu estava no Albergue Municipal, né? (...) foi a partir daí que eu entrei na militância do movimento. (Enunciado de Vanilson, 2018)

Há também um consistente trabalho de apuração de denúncias e, quando detectadas o encaminhamento para resolução das violações:

Certa vez eles foram visitados, o CRDH por (...) uma pessoa em situação de rua, dizendo que à noite, é, dentro do albergue, funcionários tiravam seu sangue com seringas, olha que coisa, e aí o pessoal ficou "poxa será que isso é verdade?", e foram lá ((começa a tossir)) desculpa. Na verdade, não havia essa questão de retirada do sangue por trabalhadores, mas haviam várias violações que foram denunciadas naquela época e aí o pessoal do CRDH disse "a gente tem que se aproximar dessa população". (Enunciado de Vanilson, 2018)

A parceria entre o MNPR/RN com a UFRN por meio do CRDH se confunde com a própria história e trajetória do movimento que, como explanado acima, foi um órgão importante no tocante à constituição do movimento em Natal. Por meio desse acompanhamento do CRDH, o MNPR/RN tem se fortalecido na discussão e reflexão acerca das políticas sociais destinadas a esse segmento, refletindo sobre a produção de políticas públicas que possam ser instituídas no plano municipal e estadual. Os eventos promovidos por essa parceria demonstram cronologicamente o apoio do CRDH/UFRN junto ao MNPR/RN, em ordem cronológica, foram eles: I Seminário da População em Situação de Rua, em novembro de 2013; Seminário Potiguar da População em Situação de Rua, dezembro de 2014; Seminário Potiguar da População em Situação de Rua, ocorrido em novembro de 2015; Curso de Formação Política (2015); Curso de Inclusão Digital – TEC Rua (2014 - 2016); Encontro LGBT do Movimento Nacional da População em Situação de Rua/RN, em 2016; IV Seminário Potiguar da População em Situação de Rua, em 2017; 1º Seminário Potiguar da “População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável

também em 2017, bem como o Projeto de Extensão Descartáveis Urbanos ou Cidadãos de Direito? Uma aposta na População de Rua da cidade de Natal (2015, 2016, 2017, 2018).

Esses eventos demarcam não só a contribuição do CRDH para com o MNPR/RN, mas foram através deles que os integrantes do movimento, que muitas vezes não podem viajar para outros estados por falta de recursos, puderam conhecer o que tem se produzido nacionalmente em relação a políticas desenvolvidas para essa população e sobre as mobilizações e conquistas em outros estados, podendo assim contribuir junto ao movimento nas discussões sobre estratégias e encaminhamentos para com os poderes públicos do estado em que atua.

Em Natal, o MNPR também conta também com o apoio de algumas entidades religiosas, como é o caso da Paróquia da Igreja do Galo, que providenciou um espaço próprio da paróquia para que os integrantes do movimento pudessem realizar suas atividades, como as reuniões semanais de formação política, contribuindo de forma concreta para a manutenção do movimento em Natal. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal - SINSENAT também se constitui como um parceiro do movimento, disponibilizando seus espaços para a execução de reuniões e de seminários.

O MNPR/RN não possui recurso financeiro e nem sede próprios, o custo para a promoção de atividades e participação dos integrantes em eventos como fóruns, seminários, cursos, palestras, ou mesmo para viagens para atuação em outras cidades, necessita ser patrocinado. Muitas vezes, tal recurso chega ao movimento por meio de apoio financeiro da rede de assistência social do município, de empresas, da Câmara Municipal, por meio de doações dos próprios participantes do MNPR/RN, além de programas de captação de recursos públicos concorridos por projetos de extensão da UFRN (Lima, 2018).

Ocorre que, com o crescente esfacelamento das políticas de suporte e financiamento de iniciativas nas universidades públicas que ocorreram após o golpe orquestrado pelo atual governo, desembocando no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e na tomada de poder por um governo neoliberal, entidades universitárias ligadas às ciências humanas e sociais se viram ameaçadas com os cortes no orçamento e com a retirada dos investimentos públicos. Este foi o caso do CRDH, o qual deixou de existir como órgão independente e passou a funcionar na UFRN somente como um projeto de extensão. No período em que ficou extinto o CRDH, o MNPR/RN sofreu as consequências e sentiu grandes dificuldades em sua condução, resultando em um período de fragilização e quase desvanecimento de uma de suas atividades principais, as reuniões de formação política.

Este fato aponta para certa fragilidade em que, naquele momento, se encontrou o MNPR/RN, uma vez que, para sua sustentação, havia ainda alguma dependência de um órgão que o acompanhasse enquanto mobilizador de seu processo organizativo.

Na reunião do dia 20 de outubro de 2017, houve uma discussão acalorada sobre as questões relacionadas a pouca participação da população de rua nos eventos promovidos pelo movimento e nas reuniões do movimento. Um popular, que identificarei por H., se manifestou sobre a falta de interesses de alguns em estar presente, que *não participam simplesmente porque não querem*. Outro popular disse que há dois anos ocorriam maior trabalho de base e de formação política com o CRDH, que nesse período a participação da população nas reuniões chegava a soma de até trinta pessoas, que esse trabalho de base estava enfraquecido e que este seria possivelmente o motivo do esvaziamento do movimento. Outro popular concorda, reconhecendo que foi importante para si os momentos de formação promovidos pelo CRDH, para seu engajamento e adesão ao movimento. H.

retoma a fala, e novamente diz que não adianta colocar a culpa no movimento com relação à mobilização, que se trata de uma desvalorização da população de rua em relação as propostas do movimento. Nesse momento, ocorre um tensionamento nos participantes, a grande maioria se manifesta sobre a precariedade dos trabalhos de base e cursos de formação promovidos pelo CRDH, sendo uma de suas consequências a falta de interesse dos populares para com o movimento. H., visivelmente chateado, se levanta e deixa a reunião. O debate continua sobre a extinção do CRDH, a sua relevância como instituição que mais colaborava com o MNPR/RN e sobre os frutos e consequências de seu fim naquele tempo.

Apesar do MNPR/RN ser bem articulado na capital, ter uma história consistente no que diz respeito a sua atuação na cidade de Natal e mesmo em âmbito nacional, fica evidenciado, neste tempo da pesquisa em campo, sua forte dependência ao CRDH como um parceiro inerente a sua constituição e ao seu funcionamento. Precisamos considerar aqui o pouco tempo em que o MNPR/RN está em atividades, seis anos completados no ano corrente (2018), o que pode apontar para essa estrutura de base ainda em fase de estruturação. Contudo, registramos esses fatos para que ações possam ser pensadas com fins a esta firme formação de sua base, possibilitando uma autonomização maior do movimento.

V.III – Reuniões de formação política, um espaço para o ensaio da efetivação da militância e formas de subjetivação

A partir de trabalho de pesquisa desenvolvido sobre a prática de formação política nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Paiva (2004) descreve que o aprendizado político e social que ocorre nos sujeitos que se inserem em práticas de

formação no interior dos movimentos sociais, encontram aí valores para um estilo de vida democrático, desenvolvendo a construção de uma cultura política. Esses atores produzem sua organização através da politização dos conflitos sociais, buscando compreender a contribuição na execução de novos aprendizados.

Um traço característico do MNPR/RN é o desenvolvimento de reuniões semanais com duração de duas horas ou mais, chamadas de reunião de formação políticas, nas quais os militantes não somente exercitam a formação política, mas se apresentam como oportunidades de o movimento se organizar e estabelecer sua consolidação. Algumas vezes, nas reuniões, era comum a bandeira símbolo do movimento estar estendida ao chão, muitas vezes sob o peso de livros com temáticas gerais, panfletos informativos sobre o movimento, preservativos, etc, que ficam disponíveis aos participantes da reunião. As cadeiras são sempre dispostas em círculo, facilitando a comunicação e a troca de informação, possibilitando igualmente a visão de todos e oportunizando a fala, que tende a circular entre os presentes.

Das reuniões que estive presente, participaram populares em situação de rua e apoiadores do movimento, como universitários, professores, pesquisadores, representantes de mandatos de determinados políticos ou de entidades apoiadoras. Nas reuniões é comum o exercício de estudos de textos referentes à população em situação de rua, ou de leitura de decretos e políticas como a Política Nacional da População em Situação de Rua, ou textos desenvolvidos pelo o movimento, como textos para serem lidos em determinados eventos. Também nas reuniões são encaminhados a produção de ofícios, de notas de repúdio em nome do movimento. Os preparativos para seminários, para participação em fóruns, mesas, e eventos são igualmente colocados nas pautas dos encontros, como os temas a serem

trabalhados, recebendo sugestões dos participantes presentes. Após seminários e eventos importantes, faz-se nas reuniões um levantamento dos pontos relevantes, da providência para o melhoramento do evento e de suas fragilidades.

Nesse exercício de construção e posicionamento nos encontros do movimento, era possível acompanhar o modo de inserção dos atores na dinâmica das reuniões. Alguns se posicionavam mais vezes, outros menos e outros não se posicionavam. Os mais antigos, sempre colocavam suas opiniões, uns mais energicamente e outros com mais timidez. Havia também aqueles que aos poucos se posicionavam, apontando suas sugestões na medida da participação nas reuniões. Os populares em situação de rua, aos poucos, iam tomando parte na participação do movimento a partir do reconhecimento do grupo enquanto organização social política que intervém diretamente em suas realidades. Suas falas em reunião sinalizavam muitas vezes a construção e formação de sua militância, destacando a dinâmica de subjetivação que essas reuniões promovem. Os atores que se colocam espontaneamente e aos poucos demonstram mais interesse em participar, são candidatados às participações em eventos nos quais o movimento precise ser representado, perfazendo o repertório de vivência militante dos participantes. Essa formação se dá as vezes de forma morosa, mas produz resultados que podem ser expressos nas falas dos entrevistados.

Para mim eu acho que a organização do movimento é fantástica. Eu acho que a gente tem conseguido muitos avanços, mesmo que devagarzinho, devagarzinho, mas a gente tem conseguido. E como hoje a gente falou, né? Da. de Verônica, que é um exemplo para mim, assim, fuderoso ((risos)). Que é quando chegou não abria a boca. E a gente vê que toda essa militância da gente, essa luta, faz com que essas pessoas

tenham voz e consigam falar. Vixe, hoje ver Verônica abrindo a boca para dizer o nome dela já é uma luta, já é uma conquista do cacete. Colocar hoje, como a gente vai ter no seminário, uma mesa só com a população de rua, que isso nunca aconteceu, vai ser muito importante, vai ser, realmente, a prova de que toda a militância está dando certo. (Enunciado de Luanda 2017)

Durante essas reuniões, era comum sempre ter um lanche providenciado pelos apoiadores do movimento. Bolachas, biscoitos, café, chás, sucos, frutas. Também ocorriam comemorações de encerramento das atividades no ano, aniversário de algum participante, nos quais algo mais planejado acontecia. Sabemos que quem permanece nas ruas é constantemente violado no acesso à necessidade básica do alimentar-se, o alimento é tão importante e precioso para a população em situação de rua que me lembro quando foi chamado por um popular de *refrigério*. Esses momentos em que se disponibilizava algum lanche, ainda que não ficasse evidente tal intenção, certamente produzia certo interesse dos populares em situação de rua para a participação das reuniões, convidando-os a estarem presentes nos encontros do movimento. A prática do movimento de dispor o alimento nas reuniões se apresentava como uma estratégia, seja intencional ou não, de convite à participação das pessoas nas reuniões do grupo, podendo contribuir, a posteriori, para seu engajamento enquanto militante. Essa noção do tempo *devagarzinho* em que se dá a tomada de posicionamento político no movimento e da participação nos encontros citada acima na fala da entrevistada, também é mencionada por outra militante, relacionando essa dinâmica de pertencimento e efetivação com o interesse inicial pelo alimento disponível:

Foi lá na ribeira, com as meninas Fernandinha, foi Carol, foi Vanilson também, sabe? Aí começou a falar, aí eu ia para as reuniões, não ficava muito ligada não, aí depois eu fui me ligando, devagarzinho foi indo. Por que é, é, é, como se diz? É, é, aos poucos sabe? A gente, a gente 'somo' complicado, para você chegar a nós aqui, é devagar, (...) É devagarzinho, porque, vamo! Aí aquela bolachinha, pronto, aí, essa tal de bolachinha, chama a atenção, por que a gente tem fome. Na rua, a gente tem fome. Aí, enquanto a gente tá comendo ali, tá ouvindo, tu entende? Tem uns que vai mesmo só para comer, mas tem uns que escuta. Que nem eu. Eu escutei e guardei. Tem uns que escuta, senta e vai ficando. (Enunciado de Marcela 2016)

Com a participação nas reuniões de formação política e nos seminários promovidos pelo MNPR/RN, pude constatar que o movimento tem enorme relevância no que tange às ações governamentais na cidade de Natal. Sua atuação é muito positiva em Conselhos de Saúde e de Assistência, tendo como objetivo assegurar as leis que institui o funcionamento dos dispositivos de acolhimento, de saúde e de assistência social, bem como a participação enquanto ocupantes de cadeiras, a partir das quais podem votar sobre decisões que estão intimamente ligadas a suas rotinas. Essa participação ativa, muitas vezes, reflete na exclusividade do grupo representante das pessoas em situação de rua serem, algumas vezes, os únicos representantes de movimentos sociais ou mesmo da sociedade civil a estarem presentes nesses encontros de decisão, como nos Conselhos Municipais de saúde ou de Assistência, por exemplo. Desse modo, o MNPR/RN vem atuando numa constante sensibilização do poder público no estado, contando, inclusive, com apoio e representação na Câmara Municipal nos mandatos atuais da vereadora Natália Bonavides (PT) e do

deputado estadual Fernando Mineiro (PT), como por exemplo, nas providências para a adesão e implantação da Política Estadual para a População em Situação de Rua, uma vez que as ações para o atendimento desse segmento no estado só opera no plano municipal, bem como com a providência de um senso da população em situação de rua, com uma peculiaridade interessante que considera a participação da própria população de rua na execução e trabalho de contagem do seu segmento no município.

Nas reuniões de formação política pôde ser verificado que as tarefas executadas pelo grupo componente do MNPR/RN são distribuídas de modo democrático e participativo. As decisões do movimento sempre consideram a opinião dos participantes presentes durante as reuniões, através do voto e da opinião e discussão das propostas. Desse modo, não se concentra o poder de decisão em um representante apenas, bem como as funções e ações do movimento, como participação em fóruns, seminários, composição de mesas, coordenação de reunião, sejam disponibilizadas a quem delas queira e sinta-se à vontade em executar. Uma característica bastante interessante das reuniões de formação política do movimento é que os participantes sentem liberdade para expor suas falas de modo democrático, trazendo contribuições aos debates, opinando sobre as decisões do grupo, fazem denúncias acerca da lógica de funcionamento dos dispositivos de referência, trazendo relatos de violação de direitos, ou seja, há por parte dos integrantes, mesmo daqueles mais novos, certa confiança para com o coletivo do movimento e a expectativa de encaminhamentos referentes as falas trazidas. Por parte do movimento, essas falas sempre são acolhidas e ouvidas, discutindo possíveis encaminhamentos.

Podemos conferir a esses posicionamentos e tomadas de falas durante as reuniões, seja por militantes mais antigos ou por recém-chegados, uma via para um processo de

subjetivação. A circulação das falas compunha, durante as reuniões, práticas de discursos que objetivavam a defesa dos direitos do grupo, promovendo certa unidade no funcionamento dos encontros e da própria construção de identidade do grupo. Ocorriam nas reuniões a circularidade das relações de poder em exercício no grupo, uma vez que a todos era dada a possibilidade de fala, gestando estratégias e tensionalidades, convergindo para modalidades subjetivas condizentes com a proposta do movimento. Ficou evidente que, para os populares, a participação das reuniões como sujeitos que se sentiam incluídos pelos discursos e práticas reunidos ali, promovia efeitos de poder, atravessando suas próprias falas e sendo incorporando suas práticas.

Nestes encontros de aprendizagem política, novos mecanismos de constituição de valores vão se dando, por meio da consolidação de condutas e hábitos próprios do enfrentamento dos conflitos sociais destacados nos encontros coletivos de grupo, no decorrer do processo de formação/educação dos movimentos sociais, capacitando e qualificando seus integrantes (Paiva, 2004).

Essas falas carregadas de uma identidade reconhecida no movimento podem ser ilustradas quando em uma reunião um dos militantes presentes lança uma pergunta relacionada as normas e regras dos serviços de acolhimento e atendimento: *Porque as pessoas em vulnerabilidade passam a existir - ganham vulnerabilidade - criminalmente para os serviços*¹³, numa crítica clara ao modo como são tratados pelo signo da delinquência por tais serviços. Ou quando depois de uma sugestão da criação de um serviço para atendimento de crianças em situação de rua que fosse igual ao Centro Pop, uma popular diz: *Que seja igual? Que seja eficiente, não deficiente*¹⁴, apontando para a precariedade do serviço. Ou

¹³ Enunciado registrado em diário de campo, na reunião de formação política do MNPR, no dia 12 de maio de 2017.

¹⁴ Enunciado registrado em diário de campo, na reunião de formação política do MNPR, no dia 12 de maio de 2017.

quando em uma crítica a um projeto que distribuía roupas a populares em situação de rua com carimbos com o slogan ou símbolo do projeto nas roupas, outro popular se manifesta: *é marcando o gado*. Essas são algumas formas de manifestação dessas falas em reunião, que passam a compreender que serviços não são uma espécie de caridade, mas fazem parte de uma política de atendimento que visa atender aos seus direitos básicos, entrando assim, em consonância com o projeto político do movimento.

Outra característica forte do grupo que se evidenciou durante minha inserção no campo, foi a constatare manifestação de um modo de funcionamento de grupo baseado em redes de apoio. Sugiro a palavra rede pensando em seus dois sentidos, a partir de sua característica de entrecruzamentos de informações que detectam e se endereçam algumas demandas - seja do grupo enquanto movimento, seja de seus participantes ou mesmo de um popular conhecido que não vai às reuniões – objetivando possíveis indicações de resolução para o problema encontrado. Mas rede também apontando para o uso da internet como instrumento para o exercício dos propósitos coletivos, pois possuem grupos em mídia social que se articulam em tempo hábil para as soluções das questões que aparecem. Muitas vezes, tais questões se colocam de modo instantâneo, sendo rapidamente consideradas pelo grupo que se envolvem a procura de uma solução possível.

Essas questões podem ser de ordem logística relacionadas ao movimento ou a sua agenda, mas também ocorrem encaminhamentos relacionados, por exemplo, a uma urgência do estado de saúde em que se encontra um popular, ou alguma necessidade básica de outro pendente de ser providenciada, ou mesmo intercorrências de violação de direitos, e ainda envolvimento com exposição social de risco, esses são exemplos que foram observados como demanda ao apoio em rede desenvolvido como modo de funcionamento do grupo, um

funcionamento que aponta para uma configuração enquanto comunidade. Importante destacar que para a resolução de certas demandas, que incorrem em gastos financeiros ou da disponibilidade de veículos, os apoiadores dos MNPR/RN desempenham um papel destacado na efetivação das soluções encontradas.

A influência da internet no funcionamento do movimento como uma ferramenta facilitadora da continuidade do agenciamento nos moldes de uma comunidade, ou como um operador para seu movimento em rede, expande a atuação do movimento para além dos momentos de encontro presencial. Evidentemente, nem todos possuem acesso à internet ou mesmo algum dispositivo que possibilite, contudo, a maioria das demandas pessoais apresentadas por alguns militantes de base eram relacionadas justamente a esses que sequer eram frequentes nas reuniões, e que embora não participassem dos grupos online, eram de algum modo representados por seus colegas. As atuações do movimento online se desterritorializam, possibilitando um prolongamento dos alcances para outros que não somente os incluídos na rede.

Em sua tese sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Leite verifica que os movimentos sociais seguem o fluxo das transformações mundiais contemporâneas, considerando e incorporando tais mudanças em suas atuações e militâncias. Assim, a atualidades dos movimentos sociais está conectada ao contexto de mudanças em âmbito mundial, convocando esses atores sociais a novos arranjos e formas de atuação social.

No caso do MNPR/RN esses elementos aparecem incorporados e exercitados por meio da internet, possibilitando uma extensão da prática coletiva por meio da rede. Essa característica do movimento reflete o que aparece em algumas falas dos entrevistados,

quando estes relatam sobre suas experiências na rua e de como o cuidado com os colegas de rua é fundamental para essa sobrevivência na própria rua:

Acabei ficando na rua (...) conheci o povo da rua, eles me abraçaram de um jeito (...), mas foi a rua quem me abraçou primeiro. Eles me ensinaram onde comer, onde tomar banho, eu fiquei menstruada na rua e eles conseguiram absorvente para mim, sabe? Tipo, me acolheram mesmo assim, de uma forma que eu nunca vi em lugar nenhum. (Enunciado de Luanda, 2017)

Ou em outro relato:

Às vezes eu só tinha uma quentinha, dividia pra cinco. Cada um dava uma colherada, entendeu? Se eu tivesse um pão eu dividia no meio, tu entende? (...) Eu tenho um amigo meu que chama R. sabe por que ele me ama? Só por que eu enrolei ele, tu entende? Ele tava dormindo na rua sem lençol. Aí eu peguei meu lençol, porque eu só andava com muito lençol (...) O meu apelido é mãe, sabe? Aí eu forrei ele, aí eu digo: R., tais com frio né R.? Pegue! (Enunciado de Marcela, 2016)

Para refletir sobre esse *modus operandi* do MNPR/RN, destacamos Casttels (2006), quando descreve que no momento em que as pessoas se agregam em torno de mobilizações sociais, participando de movimentos urbanos, nos quais se revelam interesses defendidos por todos e onde se tem a vida compartilhada, estes encontros produzem novos significados, provocando nos participantes desses movimentos uma resistência ao processo de individuação, numa tendência ao agrupamento em estruturas comunitárias, que na medida da participação vão gerando um sentimento de pertença por meio de uma identidade cultural

e comunal. Quando organizados em processos de mobilização social com finalidades determinadas e organização territorial, objetivam a conquista da autonomia política local e atuação como cidadãos, traduzindo significados não somente para os atores sociais envolvidos, mas para todo o conjunto da comunidade.

No IV Seminário Potiguar da População em Situação de Rua, com o tema interessantíssimo, que apontava para a proposta de uma cidade diversa e de direito: “Diver (cidade): na luta por direitos iguais” do qual pude participar, foi expressiva a manifestação da autoria da população em situação de rua presente na organização do encontro. Toda a atmosfera do evento exaltava a identidade dos atores ali presentes. Desde a arte do folder, que consistia em um desenho feito por um popular que ilustrava uma cidade escura, com prédios enormes e bem iluminados ao fundo, e na penumbra da calçada sob o que parecia a luz de um poste, um homem encolhido em situação de rua; até a decoração do movimento, com cartaz preto com letras brancas grandes dizendo: “População em situação de rua – Chega de omissão: Minha casa, minha luta!”, junto a varais e cata-ventos espalhados com a exposição de fotos que registravam os cinco anos de movimento, muitas delas tiradas pelos próprios militantes, compunham o cenário do auditório. A mesa onde ocorreu os debates estava decorada com desenhos de casas das mais diversas, feitas em papel ofício pelos próprios populares. E para compor a atmosfera, uma trilha sonora com canções de força e resistência, com registro em diário de campo de algo próximo a isso: “Resistência irmãos, irmãs, pela terra e pelo pão, resistência por todas periferia, resistência, construiremos rebeldia”. Neste seminário, houve a primeira mesa composta exclusivamente por populares em situação de rua, intitulada *Fala Pop Rua!*, a mesa incluiu seis populares, que falaram

livremente sobre políticas de atendimento, questões do viver nas ruas, o sonho da casa própria e sobre o movimento e a autonomia da população.

Nesses eventos ocorre a mesma dinâmica dos encontros de formação política do MNPR/RN, neles a população em situação de rua que já frequenta as reuniões ou mesmos os que são convidados pelos que delas participam, sentem-se livre para expressar suas falas, participando ativamente das discussões, trazendo experiências do cotidiano das ruas, seja do enfrentamento da violência, das dificuldades frente aos atendimentos conduzidos pelos serviços públicos, apontando controversas em relação às falas dos palestrantes convidados, enfim, articulam-se com espontaneidade, demonstrando confiança no coletivo do movimento. Desse modo, esses encontros possibilitam e promovem visibilidade social da população em situação de rua, bem como encorajam aqueles populares que não vão às reuniões do MNPR/RN a se aproximarem das construções políticas voltadas para o público do qual faz parte, possibilitando o conhecimento sobre seus direitos, fazendo o primeiro contato com o próprio movimento e despertando o interesse em participar com mais afinco dos seus encontros.

A aquisição de conhecimento é também destacada pelos participantes do movimento. O intercâmbio entre diferentes níveis de conhecimento que tais participações nos encontros do movimento permitem, aparece como um modo de se deparar com essas manifestações de saber:

Agregou a questão do conhecimento, né? Sobre política, sobre (...) pessoas que num (...) fazia nem, assim, o mínimo de ideia que existiam (...) o grau de (...) conhecimento delas também, que tava muito longe, né? O patamar. Nós tá aqui na

rua e, pensar que não, uma pessoa da universidade, uma pessoa que vem de outro estado, de outro país, e dá uma palestra e a gente tá lá escutando, prestando atenção. Então, o que agregou mesmo foi o conhecimento (Enunciado de Hallison, 2017)

Nesses encontros, os atores sociais se organizam coletivamente para construir reivindicações que passam intrinsecamente pelos conflitos e tensionalidades dos sujeitos ali envolvidos, definindo o modo e o conteúdo da ação coletiva, por meio do confronto ou da negociação com os representantes das entidades governamentais presentes, ou mesmo com autoridades dos serviços de atendimento a esse público.

Resgato Prado e Costa (2009) para refletir sobre a mudança de posição que ocorre quando um grupo ou classe social se insere em movimentos sociais na luta por direitos, se situando no embate com o poder hegemônico. Há uma superação da condição de desamparados, de sem parcela, ou seja, de desafortunados, para a condição de transgressores, de atores sociais que ferem o status quo por meio do desencadeamento de atos de palavras. É por meio da fala, instituída como ato produtor de novos contratos, estabelecadora de perspectivas de reivindicação da parcela que lhes é de direito, que fazem uma incisão no sensível, um corte no que está dado, uma interrupção no curso do tempo, um furo no discurso histórico intransigente, possibilitando a produção do novo.

O processo de subjetivação, tal qual anunciado por Guattari (1992) remete a uma função poética na composição de subjetivação, a partir de uma re-singularização, não por meio de padrões formais como matrizes de modelização, mas como operadores que catalisam existências sensíveis a assumir consistência e persistência.

Este esforço militante do MNPR/RN conduz ao grupo um exercício de saber fazer com o discurso, com a fala, utilizando-a na performance militante dos seus membros. O ordenamento dos discursos ganha participantes em seu terreno, na medida em que os sem parcela se presentificam neste campo, anunciando suas demandas e estabelecendo sua fala no cenário político.

O exercício do poder por meio das práticas discursivas vai permitindo a construção de uma divisão na condição de desiguais, uma resistência opositiva ao lugar de estranho, um vislumbre à saída do limbo social, uma via outra que não o de meio termo, seja no campo jurídico como denuncia Agamben, ou da periferia territorial da polis como aponta Foucault, ainda que, para tanto, os campos periféricos sejam uma via de ocupação para o exercício da transversalidade do poder, pois que o poder é fluido como água, entra nas fissuras mais recônditas, inaugurando poços que, em tempo oportuno, podem transbordar.

Ao modo *devagarzinho* muito bem colocado nos relatos acima, o projeto político do MNPR/RN vai sendo compreendido por seus integrantes, que passam a tomar parte da sua identidade por meio da participação nas reuniões e eventos promovidos pelo movimento, momentos em que os elementos simbólicos próprios do grupo se fazem presentes e vão sendo internalizados pelos seus militantes.

V.IV. A descoberta da cidadania e seu efeito de subjetivação. O movimento é vivo!¹⁵

Na medida em que vão participando dos encontros promovidos pelo movimento, sejam das reuniões de formação política, ou de eventos como seminários, conferências, atos públicos e outros, os participantes vão tomando parte no processo de militância e passam a

¹⁵ Relato do entrevistado H., 2017.

interagir incluindo suas falas posicionadas a partir das discussões das quais puderam presenciar. Esse exercício, como foi colocado no bloco anterior, possibilita a prática discursiva através da exposição dos seus conflitos, da proposição de pautas nas reuniões e seminários, da problematização de questões no interior do movimento, nas denúncias dos dispositivos de acolhimento, enfim, a partir de uma série de atos de fala os sujeitos se agregam ao campo de forças presente no movimento e vão se articulando e compondo novas modalidades subjetivas expressas e manifestadas pelos enunciados.

Nos relatos obtidos das entrevistas, essa dinâmica de construção de um discurso engendrado pelos enunciados emitidos nos encontros e reuniões praticados pelo movimento, bem como atravessado pelos cursos de formação política, também está intimamente ligado ao reconhecimento de si enquanto cidadão de direito. Não se trata de uma tomada de consciência, pois como sugere Foucault (2008b), não estamos no campo psicológico apenas, mas trata-se de uma construção por meio da prática militante no posicionamento político consoante com o saber obtido sobre seus direitos.

Neste bloco, iremos apresentar algumas transcrições dos acontecimentos discursivos que obtivemos nas entrevistas como horizonte para a busca de pontos de subjetivação que aí se colocaram, apontando para certo trânsito detectado pelos atores entrevistados, o qual revela mudanças em sua posição de fala, em seus discursos e práticas, evidenciados pela maneira em que passaram a se expressar após um tempo de militância. Resgato Foucault (2008b, p. 28) quando coloca que “É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado”.

O enunciado é para Foucault (2008b) um acontecimento que comporta uma verdade da qual a língua e o sentido não podem dar conta por completo. Guarda a noção de interdiscurso, ou seja, de discursos que se relacionam entre si, através do confronto, da confluência de suas forças e de sua relação com outros discursos. A articulação da enunciação e sua unidade de sentido estão atrelados à posição de quem enuncia, não relacionadas às instâncias psicológicas, mas às interações entre os jogos de relações externas ao próprio discurso, as quais intervêm sobre o discurso e sobre o enunciador, no modo como fala, descreve, analisa e nomeia os fenômenos.

Guattari (1992) destaca que é necessário, portanto, compreender a enunciação para além do campo das individualidades, pois desse se encontra descentrada. Está sim relacionada à emergência de lógicas de intensidades não discursivas e, principalmente, a incorporação e aglomerações práticas do que seriam vetores de subjetividades parciais. “A subjetividade coletiva não é resultante de uma somatória de subjetividades individuais. O processo de singularização da subjetividade se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies” (Guattari e Rolnik, 1986, p. 37).

Ou seja, o enunciado não está apartado dos discursos que lhe fazem retaguarda. Há sempre uma série de inter-relações que estabelecem a emergência do enunciado, é como um eco do que anterior a ele mesmo já foi produzido e do que em consonância a ele está sendo reproduzido. Portanto, o enunciado sempre será resultado de um conjunto de sequências linguísticas, de outros enunciados semelhantes e de práticas discursivas e não discursivas. Desse modo, podemos considerar o coletivo do MNPR/RN como um campo em que se expressam transversalidades de diferentes instâncias, agenciando potencialidades na produção de subjetividades.

Nas entrevistas, foi possível detectar que, a partir do momento em que se aproximavam do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e, conseqüentemente, das suas práticas discursivas e não discursivas, um antes e um depois se efetuava na vida dos atores, isso se dava na medida do conhecimento dos direitos que diziam respeito a esses sujeitos. Desse modo, foi possível destacar as subjetivações que vão se dando na relação desses sujeitos com o contexto da militância, possibilitando que vislumbrem as relações de poder e as forças processuais que estão em jogo e que atravessam as suas realidades. O saber sobre seus direitos passa a operar uma mudança no modo como eles mesmos se reconheciam, que passa de um indivíduo reconhecido por um nome apenas à um sujeito repleto de direitos, como ilustram os enunciados:

O que me chamava a atenção era a reivindicação dos nossos direitos. Entendeu? Ah! Eu tenho direito? Eu não sabia que eu tinha direito! Então agora eu já sei que eu tenho direito. Eu sou um ser humano. Foi isso que mudou a minha vida e mudou o meu, meu jeito de ser. (Enunciado de Marcela, 2016)

O que mudou em mim é que eu aprendi mais, eu não conhecia nada de população de rua, eu não sabia de meus direitos e de meus deveres, eu não sabia nem quem eu era antes de entrar no movimento e a partir do movimento, do momento que eu entrei no movimento, hoje eu tenho uma noção melhor do que é uma luta social, hoje eu tenho uma noção melhor do que é orçamento participativo, hoje eu tenho uma noção melhor de leis e diretrizes e portarias que regem várias situações, não só referente a

população de rua, mas referente aos direitos sociais no Brasil, né? (Enunciado de Vanilson, 2018)

Para além de saber sobre seus direitos e da população em situação de rua somente, a militância proporcionou para o entrevistado uma compreensão das questões relacionadas a conjuntura política e aos movimentos sociais, abrindo o seu leque de entendimento sobre os direitos sociais como um todo no Brasil. No relato acima, o entrevistado fala sobre a descoberta de sua própria condição de cidadão, a partir do conhecimento de seus direitos e deveres. Descreve que não sabia nem quem ele mesmo era, ou seja, não havia um reconhecimento de si enquanto sujeito político, cidadão de direitos. Ao questionar sobre o que ele deseja expressar ao dizer que não sabia quem era, o ator responde:

Quando eu digo que eu não sabia quem eu era é porque realmente eu não sabia quem eu era, eu não sabia. Eu sabia que eu era V., eu não sabia é das lutas que poderiam vir e como vieram e como enfrentá-las. Então, assim, eu não sabia, realmente, quem eu era naquele momento. Mas a partir do momento que eu comecei a (...) conhecer essa luta, conhecer os direitos, aí eu comecei a me conhecer também. (Enunciado de Vanilson, 2018)

Abre-se uma nova modalidade subjetiva quando a noção de direitos e deveres anunciada pelo entrevistado é percebida, um campo aberto de possibilidades de ações, no sentido de aspectos relacionados às práticas de lutas que se concretizam como cenário outro para sua existência. Com o reconhecimento de seus direitos, os autores passam a estampar

em seus horizontes uma série de caminhos que possibilitem o alcance desses direitos, verificados na condição de estarem sendo violados, com isso, apontam a prática militante como ação que coloca em perspectiva a conquista dos direitos adquiridos:

Antes e após o movimento (...) são dois mundos diferentes, que o primeiro mundo você não conhece nada sobre os seus direitos, as leis, e no segundo momento, quando você passa a ser parte do movimento, que você já é automaticamente, você já é do movimento, quando você passa a ser do movimento, as coisas começam a abrir, né? Os horizontes, assim, do conhecimento, horizontes sobre as leis, sobre o que você pode, o que não pode. (Enunciado de Hallison, 2017)

A noção do conhecimento sobre seus direitos e deveres é uma constante nas falas, como quando uma entrevistada diz: *Porque (...) pra você ter direito tem que saber os deveres, né?*¹⁶, comparecendo com maior relevância a questão dos direitos, daquilo que é garantido por lei e que era desconhecido pelos populares antes de ingressarem no MNPR/RN. Esse saber sobre os direitos aparece em uma fala como algo que era anteriormente oculto, escondido do conhecimento dos populares, sendo os *deveres* algo que é percebido, que já se tem percepção sobre sua existência, pois é constantemente difundido:

Então, muitas vezes, antes disso, antes do movimento, enquanto pessoa em situação de rua, você só sabe o que você não pode, então o que não pode é regra pra todo cidadão. O que você não pode é bem escrachado, assim, em outdoor, em todo canto, o que você não pode fazer. Enquanto isso, os seus direitos são tudo oculto, escondido

¹⁶ Enunciado de M., 2016.

por trás de um, de uma lei, de uma metáfora que não sei o que, e é difícil muita gente ter compreensão disso. Então também tem que ter um pouco (...) de inteligência, tanto da escola como (...) do mundo mesmo, pra descobrir até onde é os nossos direitos. (Enunciado de Hallison, 2017)

Para Foucault (2008, p. 30), além do próprio enunciado, é preciso considerar a “intensão do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas”, trata-se de reconstituir o discurso que anima a voz que ouvimos, de perceber o texto miúdo e invisível que atravessa as linhas do discurso.

Fundamentados em Foucault, portanto, podemos considerar no enunciado acima a evidência da relação entre o sujeito e o disciplinamento experimentado em sua experiência de rua e como o reconhecimento acerca dos seus direitos denunciam a existência dessas forças disciplinares. As forças entre o poder e não poder – ou contra-poder, como diria Foucault – representadas pelo discurso do que se pode ou não se pode fazer, se expressam em sua fala. Neste ponto, resgato Foucault (1979) quando aponta para o modo operativo em que o poder disciplinar se desenvolve socialmente. Sem precisar ser dito de forma literal, o poder disciplinar vai regulando as ações dos sujeitos, se expressando no controle dos seus corpos por meio das práticas cotidianas, *direitos escondidos por trás de uma lei, de uma metáfora.*

O enfrentamento do uso abusivo de substâncias psicoativas também aparece nas entrevistas como um ponto positivo e reforçado, a partir da entrada no MNPR/RN:

Me ajudou muito a sair das drogas, porque eu não era assim, eu era uma pessoa que usava todo dia. (...) O movimento pra mim foi o, a melhor coisa que aconteceu, sabe? Na minha vida. Porque eu tou ajudando o próximo também né? (Enunciado de Marcela, 2016)

A aproximação dos populares em relação ao MNPR/RN não é sem tensionamentos. O tempo de conciliação com as práticas discursivas do movimento é também cheio de conflitos, pois confronta uma série de outros discursos estabelecidos e já incorporados pelos novos participantes, dentre eles o do assistencialismo e o preconceito e estigma da própria condição de estar nas ruas. Portanto, a experiência já mencionada anteriormente de uma aproximação que se desenvolve *devagarzinho* é parte do tempo necessário para os populares se familiarizarem com os discursos e práticas do movimento, incorporando-os após a sua compreensão. Capturados pela lógica massificante do sistema capitalista, no qual o alcance dos bens e serviços se dá por meio do capital somente, os populares não entendiam os serviços de assistência como parte de seus direitos adquiridos, vendo no movimento certo tipo de “manipulação” dos populares para críticas às violações praticadas pelos serviços. O enunciado a seguir descreve esse primeiro tempo de conflito, no qual o encontro com a militância gera certa desconfiança, que precisa ser superada para que seja estabelecida certa aceitação para com as pautas do movimento:

Achava que o movimento manipulava as pessoas da rua pra tá contra a gestão, né? A gestão (...) do serviço, Albergue, Centro Pop. E depois eu vi que era diferente, né? Que não era assim e tal, que era uma luta por direitos. A princípio não gostei e tal,

achei (...) um pouco o discurso dele muito incentivando a questão (...) das tretas, (...) da confusão no serviço, mas depois eu fui ver que não, que era totalmente diferente, que ele tava tentando que as pessoas que tivessem dentro do serviço tivessem uma consciência mínima de política sobre os seus direitos. (Enunciado de Halison, 2017)

Ao passo que vão exercitando a militância, algumas mudanças também no nível da experiência com a fala vão se colocando. Nas entrevistas, estas mudanças eram relatadas quando colocada a questão sobre o quais experiências, práticas e aspectos na vida dos atores poderiam ser apontados como tido sofrido alguma mudança após as participações nos encontros do MNPR/RN:

Você tá pensando que eu falava assim? Eu não falava assim não, eu falava toda (...) toda doida. Não sabia nem me comunicar direito (...). Melhorou muito! Por causa do movimento. Com certeza! Porque eu fui pra conferências, conheci gente nova (...). O meu defeito é que eu não gravo muitas coisas na cabeça, sabe? Mas eu sinto que eu mudei muito mesmo. (Enunciado de Marcela, 2016).

Ou em outro relato:

Ah na questão da (...) comunicação, sabe? Que antes eu era muito travado, (...) eu ainda sou um pouquinho, ainda. Mas destravou mais, (...) mudou bastante a questão da oratória, tentar desenvolver a conversa, assim, de frente a frente, né? A questão do diálogo melhorou, melhorou bastante a questão do diálogo, melhorou, melhorou. (Relato de Hallison, 2017)

Essa nova experiência com a fala aponta para a própria ocupação da posição dos sujeitos como autores de seus discursos, mediados pelo conhecimento de sua condição de cidadãos de direito. Podemos entender que essa cultura coletiva do MNPR/RN relacionada a formação política, a explanação sobre os direitos da população em situação de rua, sobre as políticas públicas para essa população, dos embates e debates que se desenrolam nos seus encontros, esse conjunto de práticas vão agenciando uma série de discursos com intencionalidades à disseminação desse conhecimento. Com isso, vão se formando lugares de permissão de fala, nos quais os sujeitos estão livres a comunicar o que pensam e sentem.

É ao passo que vão ensaiando seus enunciados, que tal mudança vai operando. Não se trata somente de um exercício da fala, de um aperfeiçoamento com base na repetição, mas de um reconhecimento da ocupação de outro lugar, um lugar de direito que lhe é legítimo e que por isso legitima seus discursos. Se antes os sujeitos eram atravessados somente pela ordem disciplinar e opressora, agora e aos poucos, o devir sujeito se coloca como projeto de singularização.

Além de um certo limiar

No tempo em que se desenvolveu esta pesquisa, estivemos muito próximo dos sujeitos pesquisados, o que permitiu a partilha desses sabores e, igualmente, dos dissabores da realidade das ruas. A força encontrada nessa gente, que preserva uma riqueza desmedida de vontade de viver, permaneceu por muitas vezes no campo do inconcebível. Neles, foi a agudeza na habilidade da sobrevivência que impressionava, constrangia e fazia calar. Mas era a humildade sincera do humano que envolvia e aproximava.

No momento mesmo em que concluímos esta pesquisa, as processualidades do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Natal estão a pleno pulmões. Sua permeabilidade abre e fecha para os fluxos de forças que o mobilizam, pois, *o movimento é vivo!* Falas, gritos, arrepios, choros, risadas, cheiros, abraços e risos, compõem o ritmo no seu movimento agitado. De um fim está muito longe, pois que a rua como condição de muitos parece ainda ter uma morte distante.

O movimento de devir do MNPR/RN segue resistindo, pela força própria e legítima de seus operadores, gerando espaços de embates e promovendo conquistas na cidade do Natal. Embora a cidade se conforme a lógica do capitalizável, a força política do movimento prossegue em suas ruas, auditórios, praças, marquises, câmaras, modelando formas de se fazer ouvir, operando por meio de poderes moleculares de resistência e luta. O curso de seu percurso não cabe nos limites da cidade, seus muros concretos e muralhas simbólicas, não impedem que o MNPR/RN se estenda para além de suas fronteiras.

É demasiado importante que a conquista do espaço público e político pela população em situação de rua aconteça. A apropriação desses territórios passam a provocar mudanças

em toda uma estrutura estagnada que as referenciava, promovendo a existência de novos territórios no campo teórico, estético, cultural, público e político, por meio da disseminação de produções acadêmicas originais, várias produções audiovisuais e documentários que tratam sobre essa militância; novos debates públicos sobre o tratamento ofertado a esse público no âmbito do cuidado, saúde, emprego e assistência, através de congressos e eventos em âmbito nacional sobre esses temas; das conquistas legais, em síntese, são manifestações das produções no campo social relacionadas a ocupação do território político por esse segmento. Para além de tudo isso, que já é muito, igualmente provoca alterações em suas próprias vidas, uma vez que participam dessa construção política por meio da própria militância, dando sentido às suas vidas e a seu propósito, enquanto movimento social e organização na qualidade de uma classe que milita. A totalidade de seu ser histórico ganha novas roupagens, apontando para um outro lugar que não o mesmo de séculos de história.

Retratar a cidade e suas relações com a população em situação é um trabalho laborioso no tocante ao apontamento da dinâmica capitalista consumista – no sentido daquilo que consome, que tende a extinguir algo – mas, também, de valorizar o que de dentro da cidade pode estabelecer laços e encontros, contornando a irrupção do real que cerca a cidade e seus entornos. A dinâmica do viver nas e das ruas no contraste com todo o aparelho e lógica capitalista e de mercado, tende a ser difícil e sofrível, numa força que supera o modo do *animal laborans*, citado por Escorel. Para além de simplesmente viver para sobreviver, é possível, ainda que sob o signo da exclusão, perfazer outros caminhos de encontro à vida. Pois apesar do chorume no bueiro, dali alguma flor pode brotar.

Expressando os efeitos utópicos de uma sociedade mais igualitária e do alcance de uma hegemonia de poder em um Estado de direito, mesmo com a concretude de suas ações e

apesar da amplitude que vem alcançando, frente a dinâmica do capitalismo, ao aprofundamento do sistema neoliberal e às constantes violações de seus direitos, o MNPR/RN encontra-se como uma força política microfísica, operando resistência ao status quo. Todavia, as conquistas alcançadas e os fatores de rompimento com a dinâmica do poder já se podem sentir fisicamente, configurando-se através dos direitos alcançados e do movimento de luta permanente da população em situação de rua.

A dimensão diversa da população em situação de rua é que compõe a atmosfera do que é processado pelo MNPR/RN. Uma confluência de vidas e experiências que agregam na composição da identidade do movimento. Poetas com o dom do palavreado frágil, fotógrafos que captam o charme da ideia e o real da vida, cantoras que rasgam o verbo da garganta viva, mães de filhos gentis e fortes, amigos de colo e até bebês de esperança. Todos esses circulam nos encontros do movimento, nos encontros de muito movimento.

Atentos à fatura dessa dinâmica, nossos sentidos perscrutaram os processos de subjetivação dos notáveis que ali se mostraram. Acompanha-los com esse objetivo não se deu de modo fácil, a grandeza do fenômeno se colocava de modo tão vasta, que a atenção algumas vezes, se perdia diante a sonoridade das profusões e das profundidades das imagens. Aos poucos a polifonia das singularidades do grupo se presentificavam, desenhando figuras do coletivo, a composição cartográfica começava a soar.

Olhos e ouvidos miravam para o que as vozes diziam e os corpos comunicavam. Os atores falaram com fascínio, descobriam direitos. A revelação das letras que legislavam sobre os sujeitos da pesquisa, se mostrara para esses como uma referência de quem são e do que podem vir a ser. A descoberta das políticas que insidiam sobre suas vidas, ancorava de novos sentidos a dimensão de seus seres. A partir desse conhecimento, que não é qualquer

um, os sujeitos de direitos se percebem enquanto tal e desse lugar emitem suas vozes.

Essa dinâmica de percepções sobre si e sobre seu grupo, do alcance do sentido políticos que os inscreve, possibilita aos atores sujeitos da pesquisa, se organizarem coletivamente na luta pela efetivação desses direitos e pela conquista de novos. O saber sobre seus direitos opera no sentido de muni-los de poder em seus processos de militância. Restaurando a dimensão do discurso pela via do posicionamento político.

Ficou evidente que as subjetivações encontradas no coletivo advêm das formas de organização política do movimento. As reuniões de formação política são momentos de grande profusão dos discursos que expressam a identidade do MNPR/RN. Os cursos de formação política foram igualmente apontados como condutores dessa construção militante, sendo o conjunto de repertórios que se confluem desses momentos que conformam os atores da pesquisa e suas modalidades de subjetivação.

Por fim, confiamos que as considerações aqui expressas possam formular reflexões que girem em torno de contribuições para os grupos coletivos. Esperamos que a presente pesquisa contribua nas discussões acerca dos movimentos sociais e da militância como dispositivos de grupos potentes na geração de processos de subjetivação.

Referências

- Agamben, Giorgio (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo - 2ª ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 197.
- Almeida, H. T. (2015). O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal.
- Almeida *et al.* (2014). Centro de Referência em Direitos Humanos e a População em situação de rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In: I. Paiva *et al.* (Org.). *Direitos humanos e práxis: experiências do CRDH-RN*. Natal, Brasil: UFRN.
- Arendt, H. (1983/2010). Os domínios público e privado. In: *A Condição Humana*. 11ª ed., Trad. de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 46-90.
- Baptista, L. A. S. (1999). *A Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus.
- Baptista, L. A. S.; Silva, R. L. E. (2017). A Cidade dos Anjos do Improrrogável. *Polis e Psique*, v. 7, p. 49-73.
- Barreto, N. H. F (2016). A população em situação de rua e a efetividade do direito à moradia na cidade do Natal/RN. Monografia (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- Barros L. P.; Kastrup V. (2010). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos E, Kastrup V, Escóssia L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina; p. 52-75.

- Berino, A. P.; Baptista, L. A. S (2007). Conflitos urbanos e políticas da diferença. *Estud. pesquis. psicol.* [online]. Vol.7, n.2, pp. 141-151.
- Bessa, D. (2009). *Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social*. 347 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília.
- Bezerra, F. S. (2014). “Eu quero é botar meu bloco na rua”. A organização do Movimento Nacional de População de Rua de Natal: Trajetórias, lutas e desafios. Monografia (Graduação em serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Bordignon, J. S; Silveira C. C. S; Delvivo, E. M; Araújo, C. P; Lasta, L, D; Weiller, T. H. (2011). Adultos em situação de rua: acesso aos serviços de saúde e constante busca pela ressocialização. *Revista Contexto e Saúde: Ijuí*. Ed.: UNIJUI, v. 10, n. 20. P. 629.634. Acesso em 22 de ago. de 2015 em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1610>
- Branco, R. C. (2006). *A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Brasil (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretariade-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/pesquisas>

_____ (2009). Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009^a. Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção I, 24 dez. 2009. Acesso em: 12 ago. 2015 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

_____ (2012). Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2012: define as diretrizes e funcionamento das equipes de Consultório de Rua. Diário Oficial da União 2012; 26 jan. Acesso em 27 de ago. de 2015 em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html

_____ (2014). Ministério da Saúde. Saúde da população em situação de rua: um direito humano. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa – Brasília: Ministério da Saúde, p. 38, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf

Burke, Peter (2010). Cultura popular e transformação social. In: *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.

Bursztyn, M. (2003). Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In M. Bursztyn (Org.). *No meio da rua: nômades excluídos e viradores* (pp. 27–55). Rio de Janeiro: Garamond.

Cardoso Jr., H. R. (2003). Para que serve uma Subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo.

Psicologia: Reflexão e Crítica, 13 (3), 343-349, 2013. Acesso em 29 de ago. de 2015 em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a08v18n3.pdf>.

Carta Potiguar (2013). Nota de repúdio contra as violências sofridas pela população em situação de rua de Rio Grande do Norte. Natal, 05 de julho de 2013. Acesso em 03 de ago. de 2015 em:

<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/05/nota-de-repudio-contras-violencias-sofridas-pela-populacao-em-situacao-de-rua-do-rio-grande-do-norte/>

_____ (2015). Nota de apoio aos serviços socioassistenciais à População em situação de rua de Natal/RN. Natal, 12 de fevereiro de 2015. Acesso em 03 de ago. de 2015 em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2015/02/12/nota-de-apoio-aos-servicos-socioassistenciais-a-populacao-em-situacao-de-rua-de-natalrn/>

Carvalho, D. B.; Seixas, P. S.; Yamamoto, O. H. (2002). Modernização urbana e a consolidação da psicologia em Natal - Rio Grande do Norte. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 131-141, jan./jun. 2002. Acesso em 22 de ago. de 2015 em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000100016&script=sci_artte

Castells, M. (2006). *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra, pp. 530.

Corrêa, F; Almeida, M. (2015). Teorias dos movimentos sociais e Psicologia Política. In: No interstício das disciplinaridades: a psicologia política. Orgs. Silva, A. S.; Corrêa, F. 1º ed. Curitiba – Ed. Prismas, p. 85-122.

Costa, D. L. R. (2007). *A rua em movimento: experiência urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Costa, Frederico Alves, & Prado, Marco Aurélio Máximo. (2016). Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. *Estudos de Psicologia* (Natal), 21(2), 216-227. <https://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20160021>
- Deleuze, G. (2013). Foucault. Tradução de Claudia Sant' Anna Martins; rev. trad. Renato Janine Ribeiro – São Paulo: Brasiliense, pp. 144.
- Escorel, S. (1999). Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 276p, 1999.
- Escóssia, L.; Tedesco, S. (2010). O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: Passos E, Kastrup V, Escóssia L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina; p. 92-108.
- Ferro, M. C. T. (2012). “Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados”. In: *Revista Direitos Humanos*, Nº 08. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, p. 35-39, Janeiro 2012.
- Fipe – Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas. Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2015 – Resultados. São Paulo: Fipe, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/8GFTnm>
- Folha de São Paulo (2017a). Decreto de Doria permite retirada de cobertores de moradores de rua. São Paulo, 22 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1852151-decreto-de-doria-permite-retirada-de-cobertores-de-moradores-de-rua.shtml>

_____ (2017b). Glicério tem protesto contra retirada dos objetos de moradores de rua.

São Paulo, 10 de abril de 2017. Disponível em:

<https://mural.blogfolha.uol.com.br/2017/04/10/glicerio-tem-protesto-contra-retirada-dos-objetos-de-moradores-de-rua/>

_____ (2017c). Moradores de rua morrem em SP e Curitiba após onda de frio. São

Paulo, 19 de julho de 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902430-ao-menos-um-morador-d-e-rua-morre-em-sp-apos-tarde-mais-fria-do-ano.shtml>

_____ (2004). O povo da rua. São Paulo, 29 Ago. 2004. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloberaba/2004/08/1520146-o-povo-da-rua.shtml>

Folha de São Paulo, 2018. População de rua deve chegar a 20 mil e faz prefeitura antecipar o

censo. São Paulo, 31 de julho de 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/07/populacao-de-rua-deve-chegar-a-20-mil-e-faz-prefeitura-antecipar-o-censo.shtml>

Foucault, M (2008). Aula de 11 de janeiro de 1978. In: *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo:

Martins Fontes, p. 3-38.

_____ (2008b). A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. - Rio de

Janeiro: Forense Universitária.

_____ (2005). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 - 1976). 4 ed.

Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 382p.

_____ (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 295.

_____ (1977). Introdução à vida não fascista. In *Anti-Édipo e esquizofrenia*.

Frangella, S. M. (2004). *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

Gazeta do Povo Online (2007). Prefeitura de Apucarana "expulsa" mendigos. Curitiba, 23 mar. 2007. Acesso em 22 de ago. de 2015 em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=646954>

Gohn, M. G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ; Ed. Vozes.

_____. (2012). *Movimentos sociais e educação* (Coleção questões da nossa época, v. 37). São Paulo, Brasil: Cortez.

Guattari, F.; Rolnik, S. (1996) *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Rio de Janeiro; Editora Vozes, 4 ed.

Guattari, F (1992). Da produção de Subjetividade. In: Guattari, Félix. *Caosmose; um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 11- 44.

_____ (1985). O inconsciente maquínico e a revolução molecular. IN: *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução de Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.

- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1) p.15-22, 2007. Acesso em 22 de ago. 2015 em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-7182200700010000
- Lavorati, C. (2015). Entre palavras e imagens: desdobramentos da memória em W. G. Sebald. In: *Identidade, memória e subjetividade*. Camargo, H. W.; Teixeira, N. C. R. R. (Org) - Londrina, Ed. Syntagma, p. 48-62.
- Leite, J. F.; Dimenstein, M. (2011). Processos de subjetivação da militância política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Revista Polis e Psique*, Vol. 1.1, n.2, p.12-20, 2011. Acesso em 23 de ago. de 2015 em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/viewFile/19174/25914>
- _____. (2010). Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 269-278. Acesso em 20 de junho de 2018 em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200007
- Lemões, T. (2016). Entre visibilidades condicionandas e condutas legítimas: direitos, gestão e agência de pessoas em situação de rua. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia – ABA*, v. 2, p. 54-59.
- Lima, B. M. (2014). “Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir”: Direito à cidade e População em Situação de Rua em Natal/RN. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal.
- Machado, Frederico Viana. (2013). Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 13(27),

261-280. Recuperado em 06 de junho de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200005&lng=pt&tlng=pt.

Machado, R. (2007). Por uma genealogia do poder. In: Michel Foucault (1979). *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 7-23.

Magnani, J. G. C. (2010). Os circuitos dos jovens urbanos. In: Sociologia: *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, pág. 13-38, 2010. Acesso em 20 de fev. de 2017 em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8785.pdf>

_____ (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online], vol.17, n.49, pp.11-29, 2002. Acesso em 15 de abril de 2017 em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>

Melo, Tomás (2013). *Memória, trauma e sofrimento: a construção de uma identidade militante no Movimento Nacional de População de Rua*. Anais da X Reunião de Antropologia do Mercosul, GT 23, Córdoba, Argentina.

Natalino, M. A. C. (2016). Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Texto para discussão nº 2246. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília.

Netto, J. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*. n, 3. Brasília: ABEPSS, Grafilini, p. 41- 51.

O Globo (2017). Moradores de rua são acordados com jatos de água fria em SP, diz CBN. São Paulo, 19 de julho de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/moradores-de-rua-sao-acordados-com-jatos-de-agua-fria-em-sp-diz-cbn-21607407>

- Oliveira, M. P (2007). O retorno à cidade e os novos territórios de restrição à cidadania. In: Santos, M.; Becker, B. K. (Org.). *Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamperina, p. 171-196.
- Passos, E.; Benevides, R. (2010). A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: Passos E, Kastrup V, Escóssia L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina; p. 17-31.
- Pastorini, A. (2004). A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.
- Paiva, I. A. (2004). A dimensão educativa do fazer militante no MST. Trabalho apresentado na 27ª Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Grupo de Trabalho - Movimentos Sociais e Educação, nº 3. Acesso em 24 de agosto de 2018 em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t037.pdf>
- Pizzato, Rejane (2012). A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: Dorneles, Aline; Obst, Júlia e Silva, Marta (Orgs). (Org.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 1 ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, v. 1, p. 11-25.
- Pereira, Potyara (2009). Política social: temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Prado e Costa (2009). A raridade da Política e a Democracia: os movimentos sociais entre sujeitos e identidades. In: Bernardes e Medrado (2009). *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Maceió: Abrapso, 2009, p. 71-83.

- Ribeiro, E. S.; Baptista, L. A. S. (2016). Ruídos e Silêncios de um Corpo na Cidade: paradoxos da produção da diferença no contemporâneo. *Psicologia em Revista* (Online), v. 22, p. 372-389.
- Rolnik, Suely (2006). O Cartógrafo. In: *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2 ed., p. 65-72.
- Romagnoli, R. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166-173, 2009. Acesso em 02 de set. de 2015 em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>
- Santos, N. D. (2012). *O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina: uma trajetória de luta* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil). Acesso em 08 de novembro 2017 em: http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/uploads/8/11032016150347_TCC_Nara_Damiao_dos_Santos.pdf
- Schuch, P. (2015). A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: Fonseca, C.; Machado, H. (Org.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Cegov. p. 121-145.
- Silva, M. L. L. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil - 1995 a 2005*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- Soares, M. M. (2012). *Os marcos da paisagem da cidade no contexto da trama urbana de Natal/RN: um estudo a partir do Morro do Careca, Midway Mall, o Pórtico dos Reis*

- Magos e a Ponte Newton Navarro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Stoffels, Marie-Ghislaine (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Relatório Descritivo - Tabelas e gráficos das variáveis isoladas das pesquisas (2013-2016): “Direitos Humanos da População em Situação de Rua na Cidade de Natal: Investigando Limites e Possibilidades de Vida” & “Direitos Humanos e População em Situação de Rua: Conhecer Intervindo em Contextos de Vulnerabilidade Social” (PROPESQ/UFRN). Natal.
- Valencio, N. F. L. S.; Pavan, B. J. C.; Siena, M.; Marchezine, V. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 556-605. Acesso em 19 de ago de 2015 em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>
- Vergara, E. M. (2016). *Bandeira x papelão: contribuições para o empoderamento e gestão coletiva de direitos do Movimento Nacional de População de Rua do Rio Grande do Norte – MNPR/RN*. Relatório de estágio pós-doutoral. Programa de pós-graduação em serviço social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Vinadé, T. F., & Guareschi, P. A. (2007). Inventando a contra-mola que resiste: Um estudo sobre a militância na contemporaneidade. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 68-75. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300011>
- Wacquant, Loïc (2014). Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal. Uma cartografia analítica. In: *Criminalização e penalização da pobreza*. pp 139-164.

Anexos

Roteiro de entrevista:

- Me fale um pouco sobre sua vivência nas ruas.
- Como se deu sua aproximação do Movimento Nacional da População em situação de rua – MNPR?
- Há quanto tempo você participa do movimento?
- De que maneira você percebe o movimento?
- Após sua inserção no MNPR, como você compreende o viver nas ruas?
- Como a militância política no MNPR tem afetado sua vida? Que aspectos de sua vida você percebe mudanças?
- Você tem participado de cursos de formação política? Como tem sido essa experiência?
- Há relação do MNPR com outros movimentos? Como tem sido essa relação?